

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS**  
**SOCIAIS**  
**EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E**  
**SOCIEDADE**

**DISSERTAÇÃO**

**OS MOVIMENTOS NOS MERCADOS: MOVIMENTOS DE**  
**AGROECOLOGIA EM SÃO JOAQUIM/SC**

**FELIPE JOSÉ COMUNELLO**

**2010**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**OS MOVIMENTOS NOS MERCADOS: MOVIMENTOS DE  
AGROECOLOGIA EM SÃO JOAQUIM/SC**

**FELIPE JOSÉ COMUNELLO**

*Sob a Orientação do Professor*

**John Wilkinson**

Dissertação de mestrado apresentada como  
requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Ciências Sociais** no Programa  
de Pós-Graduação de Ciências Sociais em  
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ  
Março de 2010

333.31816  
G677m  
T

Comunello, Felipe José.

Os movimentos nos mercados: movimentos de agroecologia em São Joaquim/SC/ Felipe José Comunello, 2010.

107 f.

Orientador: John Wilkinson

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 100-107

1. Movimentos Sociais - Teses. 2. Agroecologia – Teses. 3. Mercados – Teses. 4. Circuitos – Teses. I. Wilkinson, John. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (ICHS/DDAS)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE (CPDA)**

**FELIPE JOSÉ COMUNELLO**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 03/03/2010

---

John Wilkinson. Dr. UFRRJ/CPDA  
(Orientador)

---

Georges Flexor. Dr. UFRRJ/CPDA

---

Claire Cerdan. Dr<sup>a</sup>. CIRAD

## **DEDICATÓRIA**

À memória do avô Orbelino Berlanda, que deu a mim seu  
último sábio conselho, antes de começar esse mestrado,  
em fevereiro de 2008.

## AGRADECIMENTOS

Essa dissertação é fruto de dois anos de estudos, pesquisas, escritos e reflexões, em que, como de praxe, é de minha responsabilidade. Procurei produzir algo que possa ser lido como uma busca por conhecer mais esses fenômenos. Portanto, algo que não se encerra nessa dissertação, que pode servir apenas como ponto de partida ou ponto (s) intermediário (s).

Nessa empreitada, de modo especial agradeço ao povo e ao governo brasileiros que mantêm o ensino e a pesquisa públicos, ainda que o acesso a isso seja realidade para pequenas parcelas da população. Agradeço particularmente ao CNPQ que proporcionou uma bolsa, fundamental para minha manutenção nesses dois anos. Do mesmo modo, agradeço a UFRRJ, em especial na figura dos funcionários da secretaria e da biblioteca do CPDA, bem como todos os professores que ocuparam a coordenação do mesmo.

Agradeço especialmente os professores com os quais tive contato ao cursar as disciplinas: Eli Lima, Verônica Secreto, Regina Bruno, Sergio Leite, Zezé e John Comerford. Destaco o apoio da professora Eli, minha primeira orientadora, da Zezé, que nas aulas de metodologia com sua profunda experiência de pesquisa me ajudou a transformar a pedra bruta que era meu projeto de pesquisa em algo mais lapidado e ao Sergio, com que estagiei nas aulas de Sociedade e Agricultura na graduação. Agradeço também ao professor Moacir Palmeira do PPGAS/MN/UFRJ, com quem convivi no precioso curso Sociedades Camponesas.

Agradeço ao meu orientador John Wilkinson por tudo que fez nesse período. Também emprestou à minha pesquisa sua larga experiência, sempre com dicas certeiras. Além do que, vê-lo cantarolando e assoviando pelos corredores do CPDA, com a disposição que lhe é peculiar, foi sempre motivador.

Agradeço aos professores Fátima Portilho e Georges Flexor que estiveram na banca de defesa do projeto. Agradeço também a professora Claire Cerdan (CIRAD) que esteve, junto com Georges, na defesa da dissertação..

Agradeço aos companheiros de morada, pela fundamental parceria no dia a dia carioca: Paulo Niederle, Catia Grisa, Waldemar Wess Junior, Teresinha Feitosa e Sergio Barcellos. Estes ao dividirem comigo uma casa, também dividiram muitos momentos de angústias e de alegrias. O Serginho merece um agradecimento especial, pois dividimos o mesmo teto desde o primeiro dia, quando fomos acolhidos pelos amigos César Da Ros e Everton Picolotto e o próprio Junior, aos quais também agradeço.

Agradeço a todos e todas colegas da turma de mestrado ingressa em 2008. Tivemos ótimas discussões em sala de aula, conversas de bar, churrascos que foram muito agradáveis. Agradeço em especial a Manuela Cordeiro, Bernard Pereira, Marcelo Castañeda, José Miguel, Aline Caldeira, Hugo Moreira. Agradeço também a todos os alunos do CPDA e aos amigos cariocas com que convivi nesse período.

Agradeço aos amigos Moisés e Gabriela Savian, de Lages, que me receberam em sua casa proporcionando conforto afetivo e uma “base de apoio” na pesquisa de campo. É indescritível a importância que esse apoio teve para minha pesquisa de campo. Aproveito para agradecer os amigos e professores da UDESC de Lages, João Fert Neto e Cleimon Dias, que desde os tempos de graduação contribuíram enormemente para minha formação de pesquisador.

Em São Joaquim a gentil recepção dos entrevistados e das demais pessoas com quem convivi, além da contribuição fundamental para as informações que constituíram a pesquisa, também me mostrou que a cidade mais fria do Brasil, pode ser calorosa na recepção. Eles me

abriram as portas de suas ricas histórias. Espero ter sido justo ao máximo com a gentileza com que fui recebido.

Agradeço também aos amigos de Porto Alegre, onde moro hoje. Ao meu primo Arlei, pela ótima recepção na cidade, com quem aprendi bastante sobre uma das referências dessa dissertação (Zelizer) e ao meu primo Flavio, também pela ótima recepção.

Agradeço aos meus pais José e Arlete, que nunca mediram esforços para que fosse possível seguir em frente. Devo-lhes grande parte da inspiração dessa pesquisa. Agradeço também ao apoio de meus irmãos, Claudia e Lucas, e de todos os familiares.

Por fim, outra grande parte da inspiração dessa pesquisa devo a minha namorada, Lorena Fleury, uma grande revisora e debatedora dessa dissertação, a qual só é possível agradecer com rosas e mais rosas vermelhas.

## RESUMO

COMUNELLO, Felipe José. **Os movimentos nos mercados: movimentos de agroecologia em São Joaquim/SC**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2010, 107p.

A institucionalização econômica dos movimentos sociais, no quadro dos “novos movimentos sociais econômicos”, tornou-se realidade no período recente. Analisamos as relações de mercado dos produtores agroecológicos de maçã de São Joaquim (SC) como parte desse processo, discutindo: a) a emergência das organizações de movimentos sociais no município, que impulsionaram essa produção em claro sentido de contestação à modernização da agricultura; b) o envolvimento desses produtores em dois grandes circuitos onde negociam sua produção, o agroecológico e o orgânico. O fio condutor dessas análises são as redes de relações sociais que sustentam esse processo e os circuitos nos quais os produtores entram. Concluimos que as relações de mercado nas quais esses produtores se envolvem estão amparadas tanto no trabalho com a produção, quanto no trabalho com a política. Isso significa trabalhar com agroecologia, onde os ganhos são incertos e estão sujeitos aos princípios ideológicos e morais, aos obstáculos técnicos, ao emaranhado de relações sociais e aos significados simbólicos.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais, Agroecologia, Mercados, Circuitos.

## ABSTRACT

COMUNELLO, Felipe José. **Movements at markets: movements of agroecology in São Joaquim/SC**. Dissertation (Master Science in Social Sciences, in Development, Agriculture and Society). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2010.

The economic institutionalization of social movements in the context of "new economic social movements," became a reality in recent years. We examine the market relationship of the agroecological apple producers of São Joaquim (SC) as part of this process, discussing: a) the emergence of social movement organizations in the city, which stimulated the production in clear opposition to the modernization of agriculture, b) involvement of these producers in two large circuits where they negotiate their production, agro-ecological and organic. The pathfinder of this analysis is the social networks that sustain this process and the circuits in which producers enter. We conclude that the market relations in which those producers are involved are sustained both in work with production, and work with the policy. That means working with agroecology, where the gains are uncertain and are coupled to the ideological and moral principles, the technical obstacles, the tangle of social relations and symbolic meanings.

**Key Words:** Social Movements, Agroecology, Markets, Circuits.

## RESUMÉ

COMUNELLO, Felipe José. **Les mouvements dans les marchés: mouvements de agroécologie en São Joaquim/SC**. Dissertation (Maîtrise en Sciences Sociales, en Développement, Agriculture et Société). Instituto de Ciências Humanas e Sociais (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2010.

L'institutionnalisation économique des mouvements sociaux, dans le cadre des “nouveaux mouvements sociaux économiques”, devient réalité dans la période récente. Nous analysons les relations du marché des producteurs agroécologiques de pommes de São Joaquim (SC) comme partie de ce processus, en discutant: a) l'émergence des organisations de mouvements sociaux dans la municipalité, qui ont poussé cette production dans un sens clair de contestation à la modernisation de l'agriculture; b) l'enveloppement de ces producteurs en deux grands circuits où ils négociaient sa production, l'agroécologique et l'organique. Le fil conducteur de ces analyses sont les réseaux de relations sociales qui soutiennent ce processus et les circuits dans lesquels entrent les producteurs. Nous concluons que les relations de marché dans lesquelles ces producteurs s'enveloppent sont soutenus autant dans le travail avec la production, que dans le travail avec la politique. Ceci signifie travailler avec agroécologie, où les gains sont incertains et sont sujets aux principes idéologiques et moraux, aux obstacles techniques, au enchevêtrement de relations sociales et aux signifié symboliques.

**Mots-clés:** Mouvements Sociaux, Agroécologie, Marchés, Circuits.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPM: Associação Brasileira dos Produtores de Maçã

APL: Arranjo Produtivo Local

BRDE: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CETREJO: Centro de Treinamentos de São Joaquim

CNPQ: Conselho Nacional de Pesquisa

Cooperserra: Cooperativa Regional Agropecuária Serrana

CPT : Comissão Pastoral da Terra

CSN: Companhia Siderúrgica Nacional

CTG: Centro de Tradições Gaúchas

EBAA: Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa

Econeve - Cooperativa Ecológica dos Agricultores e Consumidores de São Joaquim e Região

Ecoserra: Cooperativa Ecológica de Agricultores, Artesãos e Consumidores da Região Serrana

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENA: Encontro Nacional de Agroecologia

Epagri: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FASE : Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

GVC: Cadeia Global de Valor (*Global Value Chain*)

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

Inmetro: Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

IPEAS : Instituto de Pesquisa e Experimentação Agrícola

JICA: *Japan International Cooperation Agency*

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MAPA: Ministério da Agricultura

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMC: Movimento de Mulheres Camponesas

MST : Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NSE: Nova Sociologia Econômica

OMC: Organização Mundial do Comércio

ONG: Organização Não Governamental

PAM: Pesquisa Agrícola Municipal

PEDEF: Plano Estadual de Desenvolvimento da Fruticultura

PI: Produção Integrada

PIF: Produção Integrada de Frutas

PIM: Produção Integrada de Maçã

PROFIT: Programa de Fruticultura de Clima Temperado

PROFRUTA: Programa de Desenvolvimento da Fruticultura

PT: Partido dos Trabalhadores

PTA :Projeto Tecnologias Alternativas

SAFRA: Sociedade Agrícola Fraiburgo

SDR: Secretaria de Desenvolvimento Regional

SNCR: Sistema Nacional de Crédito Rural

STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDAM: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UDESC: Universidade do Estado de Santa Catarina

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                     |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| FIGURA 01. Localização dos principais municípios onde se produz maçã em Santa Catarina.<br>.....    | 36 |
| FIGURA 02: Recomendação para o cultivo de macieira de acordo com a temperatura.....                 | 41 |
| FIGURA 03 - Evolução da Importação e Exportação Brasileira de Maçã, Período 1970 a 2007<br>.....    | 49 |
| FIGURA 04: Resumo da definição de Produção Integrada.....                                           | 51 |
| FIGURA 05: Inauguração e bênção da sede da Credineve .....                                          | 58 |
| FIGURA 06: Capa do Jornal Mural, São Joaquim, Janeiro de 1999.....                                  | 59 |
| FIGURA 07. Nota de apoio do Sindicato no Jornal Mural, São Joaquim, Janeiro de 1999.....            | 65 |
| FIGURA 08: Documento de registro da história da Credineve.....                                      | 67 |
| FIGURA 09. Linha do tempo, síntese da história da agroecologia elaborado pela Rede Ecovida<br>..... | 84 |
| FIGURA 10. Logomarca da Rede Ecovida .....                                                          | 87 |
| FIGURA 11. Mapa de rotas do circuito de comercialização da Rede Ecovida .....                       | 89 |

## **LISTA DE QUADROS E TABELAS**

|                                                               |    |
|---------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 01: Importação de maçãs pelo Brasil (1960 – 1969)..... | 43 |
| Quadro 02: Produção Brasileira de Maçã (1960- 1969) .....     | 43 |

## SUMÁRIO

|                                                                                       |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO .....                                                                      | 14  |
| CAPÍTULO I – OS MOVIMENTOS NOS MERCADOS .....                                         | 19  |
| 1.1 A autonomia da economia e do mercado.....                                         | 20  |
| 1.2 O mercado como uma construção social .....                                        | 22  |
| 1.3 Mercados múltiplos e circuitos .....                                              | 26  |
| 1.4 Os novos movimentos sociais econômicos.....                                       | 30  |
| CAPÍTULO II – DA FORMAÇÃO DO SETOR MACIEIRO ÀS DINÂMICAS DE<br>QUALIDADE .....        | 35  |
| 2.1 A modernização da agricultura: do setor agroindustrial ao agronegócio .....       | 37  |
| 2.2 Do setor macieiro ao agronegócio da maçã em Santa Catarina? .....                 | 40  |
| 2.3 São Joaquim: cooperativas, pequenos produtores e as dinâmicas recentes.....       | 46  |
| CAPÍTULO III – A FORMAÇÃO DA CREDINEVE E DA ECONEVE .....                             | 56  |
| 3.1 Uma andorinha só não faz verão: a inauguração da Credineve .....                  | 56  |
| 3.2 Com a bênção dos padres .....                                                     | 62  |
| 3.3 A Cooperativa Econeve .....                                                       | 70  |
| CAPÍTULO IV – ENTRANDO NOS CIRCUITOS DE MAÇÃ AGROECOLÓGICA E DE<br>MAÇÃ ORGÂNICA..... | 77  |
| 4.1 Uma mosca no caminho .....                                                        | 77  |
| 4.2 A formação dos circuitos agroecológico e orgânico .....                           | 81  |
| 4.3 Entrando nos circuitos .....                                                      | 89  |
| CONCLUSÃO .....                                                                       | 97  |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....                                                      | 100 |

## INTRODUÇÃO

Quando estudante de agronomia, fiz parte de um grupo que viajou para conhecer o Centro Ecológico e agricultores ecológicos de Ipê no Rio Grande do Sul. A viagem era parte de um mini-curso sobre agroecologia realizado pelos estudantes da faculdade de Agronomia da UDESC de Lages/SC. Estávamos no ano de 2003, eu recém havia começado a graduação e aquele mini-curso me pareceu o mais atrativo por motivos que não recordo precisamente. Lembro que procurava algo diferente dos demais mini-cursos, mas também já tinha curiosidade por algo como uma “agricultura natural”. De fato, chegando a Ipê logo percebi que o falado no mini-curso de agroecologia destoava realmente não apenas dos demais, mas do que víamos na faculdade como um todo. Em Ipê, os agricultores ecologistas produziam sem agrotóxicos, sem fertilizantes químicos e com suas próprias sementes.

Eu, que durante a adolescência na década de 1990, em minha terra natal, Formosa do Sul, no oeste catarinense, quando a modernização da suinocultura se fazia sentir, havia presenciado a migração de muitos vizinhos de volta ao “Rio Grande” ou ao “Mato Grosso”, pois a agricultura já “não dava nada”, via ali uma possível solução: é possível produzir “sem venenos”, superando as dificuldades impostas pela modernização! Passado um tempo, percebi que agricultores como os de Ipê, agrônomos e outros simpáticos à agroecologia eram poucos em relação aos demais.

Nesse compasso uma série de questões foi surgindo e ao concluir a faculdade de agronomia, senti a necessidade de buscar respondê-las em outro campo, as ciências sociais. Ao começar o mestrado essas questões foram colocadas em prova, todas se mostrando muito importantes: se é possível produzir ecologicamente, por que mais pessoas não produzem desse modo? Por que a grande maioria dos professores da faculdade de agronomia, e dos agrônomos em geral, esnoba a produção ecológica? Será a produção ecológica incapaz de fornecer alimentos suficientes?

Se pensarmos que a pesquisa é uma constante problematização do empírico, precedida pelo acionamento de conceitos dispostos numa teoria prévia que se vai reelaborando no decurso do trabalho, poder-se-ia considerar que a mesma é constituída por finais provisórios. No intercurso desses finais provisórios, escolher os conceitos e os eventos que serão mobilizados para a explicação científica, são tarefas que ocupam (e algumas vezes assombram) as mentes dos pesquisadores principiantes. O tempo que temos para finalizar esta dissertação está definido pelas regras das instituições. Porquanto, há de se medir com paciência o tamanho da tarefa que é possível cumprir em dois anos, o tempo nos dado pelas mesmas. Sucintamente, era preciso escolher uma questão para ser analisada, que satisfizesse as minhas próprias e ao mesmo tempo contribuísse para os estudos desse campo.

Analisar o processo de modernização da agricultura já foi feito por diversos autores<sup>1</sup>. Estas análises, em geral, apontam para a profunda modernização da agricultura brasileira a partir de meados dos anos 1960, em termos de mudanças nas técnicas de produção, nos meios de comercialização. Alguns indicam o processo mais amplo de reestruturação da sociedade brasileira nesse período, que culminou com a extensa industrialização e a urbanização do país. Um processo fortemente financiado pelo Estado brasileiro e sem a participação democrática, visto que vigorava a ditadura militar.

---

<sup>1</sup> No capítulo 02 faremos uma breve discussão sobre o tema e indicaremos alguns autores, tais como Goodman *et al* (1990), Palmeira (1989) e Sorj (1986). Mas, para além daqueles que mobilizamos nessa dissertação, há uma gama variada de autores que se debruçaram, e muitos que continuam se debruçando, sobre o tema.

Nem todas as mudanças deveram-se à modernização, mas essa foi classificada muitas vezes como “dolorosa” e “perversa”. Contestando a mesma, emergiram movimentos que propunham uma agricultura alternativa no início dos anos 1980. Essa proposta consolidou-se em torno da agroecologia nos anos 1990, colocando em voga a construção de um novo modelo de agricultura. Nesse novo modelo, grosso modo, trata-se de produzir alimentos livres de agrotóxicos e fertilizantes químicos, sem o uso de sementes melhoradas geneticamente ou transgênicas, com baixo uso de derivados do petróleo, em um ambiente biodiverso, por agricultores locados em pequenas unidades. Em determinados momentos, esses movimentos pretenderam e/ou pretendem questionar muito mais do que apenas um modelo de agricultura predominante, mas a própria sociedade.

Esses movimentos não se fizeram, e/ou não foram feitos, apenas por e para produtores. Nas últimas décadas, cada vez mais se notou o consumidor como um elemento fundamental nesse contexto. Seja na busca por alimentos saudáveis, seja prestando solidariedade aos que produzem à parte ao modelo dominante, os consumidores também se movimentaram. Movimentando-se organizadamente ou não, premiando estes produtores com preços maiores ou não, de classes altas e baixas, os consumidores também fizeram sentir suas demandas.

No entanto, para os produtores, fazer o produto chegar aos consumidores é uma tarefa que envolve distintas dimensões. Em uma sociedade como a nossa, onde as trocas são predominantemente realizadas via mercado, por mais que existam vias alternativas e importantes, essa é uma das principais maneiras pelas quais se relacionam produtores e consumidores. Os produtores sabem disso: é preciso vender, dizem comumente. Ou seja, não basta simplesmente produzir de acordo com os preceitos do movimento, é preciso ter algum destino para o produto, que implique em retorno monetário, seja em moeda local ou em moeda nacional, que propicia a participação em outras trocas. Mas, além disso, vender é uma ação carregada de significados e intrincada em contextos sociais. Enfim, não basta apenas saber da existência de uma demanda por estes produtos. Tampouco basta apenas saber da existência de sua oferta. É preciso que ambas se encontrem e esse encontro no mundo concreto não acontece automaticamente ajustado pelo mecanismo dos preços.

Como se manifesta esse processo é o tema geral dessa dissertação. Particularmente, nosso estudo se deteve em uma reconstrução histórica da emergência da produção de maçã agroecológica em São Joaquim, estado de Santa Catarina. Impulsionada por movimentos sociais que tomaram a agroecologia como um projeto para a construção de um modelo de agricultura oposto ao da modernização, essa produção materializou-se no município com a criação da Cooperativa Econeve. A Cooperativa Ecológica dos Agricultores e Consumidores de São Joaquim e Região (Econeve) contou com cerca de trinta associados na sua fundação. Ela é tributária de um grupo de agricultores que se formou a partir da primeira metade da década de 1990.

Foi quando alguns padres da Igreja Católica, envolvidos com a pastoral social e da saúde, articularam um grupo que realizou encontros no município e cursos de educação popular em Lages, no Centro Vianei de Educação Popular. Além de agricultores, também participavam do grupo dois agrônomos da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri. Um deles extensionista do Escritório Local da empresa, e outro situado no Centro de Treinamentos de São Joaquim (CETREJO).

Da ação desse grupo surgiu em 1999 a Cooperativa de Crédito Rural Credineve, hoje Cresol São Joaquim. Com o crédito oferecido pela Credineve, os pequenos produtores do município, um grupo social com mais de 500 produtores e suas famílias, que hoje são amplamente conhecidos como agricultores familiares passaram a produzir ou a aumentar a

produção de maçã, numa escalada de modernização que para a grande maioria dura até os dias atuais. O fato é significativo, pois pouco mais de vinte anos antes, o Brasil praticamente não produzia maçã e quando então começa a produzir, esse público não consegue alcançar os financiamentos, incentivos fiscais e a assistência técnica oferecidos pelo Estado. Essa última foi realizada para esse público apenas por técnicos isolados, como é o caso do extensionista da Epagri mencionado.

Após se estabelecerem enquanto produtores de maçã, esses mesmos agricultores familiares são colocados frente à proposta de produzir agroecologicamente, pelo movimento que haviam se originado no início do processo. Especialmente através da Credineve, em parceria com a ONG Centro Viane de Lages e com os técnicos do escritório local da Epagri, uma série de cursos, experimentações e viagens foram realizados para estimular a produção agroecológica. O resultado foi a criação da Econeve.

Analisando esse resultado, nos chamou a atenção que dos cerca de trinta sócios que fundaram a Econeve, apenas dez implantaram pomar agroecológico. Desses, apenas seis continuaram produzindo. Mais do que isso, percebíamos que esses produtores eram todos vinculados, em maior ou menor grau, com as organizações que foram criadas ou conquistadas ao longo desse processo: Cresol São Joaquim, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Partido dos Trabalhadores, Rádio comunitária Quebra-Gelo, Jornal Carucaca, Movimento de Mulheres Agricultoras. Enfim, notávamos que um fundo político era comum aos produtores de maçã agroecológica de São Joaquim.

Isso nos levou a tomar a seguinte questão principal para a pesquisa: como os produtores de maçã agroecológica, no universo de agricultores familiares que produzem maçã, são os agricultores que possuem posições de direção política ou pessoas com outra inserção profissional, mas com um envolvimento político comum. Com base nas formulações de Granovetter (1985) sobre o enraizamento social das relações mercantis, e, especialmente na idéia de que laços fracos constroem pontes entre grupos sociais (GRANOVETTER, 1973; 1983), formulamos a hipótese de que o cosmopolitismo proporcionado pelas posições políticas ocupadas por esses produtores ao longo do tempo no universo dos agricultores familiares lhes favoreceu a construir relações de mercado para negociarem sua produção de maçã agroecológica.

Com o passar do tempo percebemos que as relações de mercado nas quais estavam envolvidos estes produtores não eram baseadas em laços fracos. Mais importante do que isso eram os laços fortes proporcionados pelo envolvimento com os movimentos sociais que propunham a agroecologia. Com isso começamos a refletir sobre a possibilidade das relações de mercado dos produtores de São Joaquim ser parte da institucionalização econômica dos movimentos sociais no quadro dos “novos movimentos sociais econômicos” (WILKINSON, 2007; GENDRON *et al*, 2009).

Autores como John Wilkinson e Corinne Gendron têm destacado como de meados dos anos 1990 em diante os movimentos sociais buscaram nos mercados desempenhar suas lutas. Com apoio da noção de circuito de Zelizer (2005; 2006) percebemos que a institucionalização econômica dos movimentos de agroecologia se deu acompanhada da formação de dois grandes circuitos de comercialização para esses produtos: o agroecológico e o orgânico. Esses circuitos são demarcados por relações sociais distintas, significados compartilhados, símbolos e meios de troca específicos, entre outras características.

Para realizar a pesquisa de campo efetuamos uma discussão metodológica. Considero a metodologia, tal como sugerem Sautu *et al* (2005), “conformada por procedimentos ou métodos para a construção da evidência empírica”. A técnica escolhida para a pesquisa é uma das mais correntes nas ciências sociais, a entrevista. Devido ao nosso interesse de explorar dados

qualitativos, de modo a desvelar as características das relações em que se baseiam a comercialização da maçã agroecológica, a pesquisa foi feita através da entrevista em profundidade, semi-estruturada. Marradi et al (2007) definem entrevista em profundidade

[...] como uma forma especial de conversação entre duas pessoas [...], dirigida e registrada pelo pesquisador com o propósito de favorecer a produção de um discurso conversacional contínuo e com certa linha argumentativa por parte do entrevistado, acerca de um tema de interesse definido no marco de investigação (MARRADI et al, 2007, p. 216 [tradução nossa]).

Para escolher os entrevistados recorri ao que os autores indicam como amostra intencional, que se trata de uma escolha de acordo com critérios relevantes para a pesquisa. Nesse sentido, foram entrevistados cinco dos seis produtores de maçã agroecológica, sendo um casal, dois técnicos da Epagri e um técnico do Centro Vianeí<sup>2</sup>, a responsável pelas vendas da Ecoserra e dois ex-produtores de maçã agroecológica. Para a realização da entrevista utilizei na maioria dos casos o auxílio de um gravador e de um roteiro de perguntas. A cada entrevista ao roteiro de perguntas eram incorporadas novas questões, que surgiam com o aumento das informações recolhidas, sendo que ao final o próprio roteiro constituiu um importante instrumento de apoio para a análise. As entrevistas foram também transcritas para servir à análise dos dados.

Utilizei também como importantes fontes de informação as edições do Jornal Carucaca editado pelos movimentos sociais de São Joaquim e a coletânea do Boletim Pixurum do Centro Vianeí, que me foram gentilmente cedidas. Além disso, tive acesso a fotos e outros documentos, também gentilmente cedidos por todas as organizações, que me ajudaram a restituir um conjunto de informações, permitindo a construção da análise.

De posse dessas análises construí o texto que é apresentado nessa dissertação. O primeiro capítulo é uma discussão das bases teóricas que nortearam o caminho percorrido desde a formulação do projeto de pesquisa até a escrita final. Está organizado de forma a apresentar primeiro o tema geral da formação dos mercados nas chamadas sociedades modernas, com destaque para a obra de Karl Polanyi. Na sequência apresentamos uma discussão sobre o funcionamento concreto desses mercados, tendo como referência principal a obra de Mark Granovetter, um dos precursores da Nova Sociologia Econômica. Discutimos então a noção de circuito de Viviana Zelizer, a emergência dos novos movimentos sociais econômicos, com John Wilkinson e Corinne Gendron, ao final destacando os movimentos de agroecologia.

O segundo capítulo é uma análise da trajetória do setor macieiro no Brasil, especialmente no que toca o estado de Santa Catarina e o município de São Joaquim. Primeiramente fazemos um resgate das condições em que deu-se a modernização da agricultura, fundamentais para a implantação do setor macieiro. Com isso, discutimos então os principais atores que estiveram na base na formação do setor em Santa Catarina. Procuramos reconstituir, tendo como base as formulações de Granovetter, as redes de relações sociais que foram a base dessa formação. Essas foram destacadamente as conexões entre empresários oriundos do setor de extração de madeira em Fraiburgo, um representante do grupo Perdígão de Videira no governo estadual e empresários franco-argelinos. Na sequência discutimos a formação do setor em São Joaquim, destacando os grupos sociais que estão são a base do nosso trabalho, as recentes dinâmicas de qualidade na produção agroalimentar e as dinâmicas territoriais. É um interesse particular dessa última parte do capítulo estabelecer que no quadro das dinâmicas de qualidade predomina no setor macieiro a busca pela Produção Integrada de Maçã – PIM e nas dinâmicas territoriais o incentivo ao turismo

<sup>2</sup> Não foi possível, devido a condições estruturais, entrevistar um dos técnicos da Epagri que esteve presente no início da formação da Econeve e da Credineve, o agrônomo Elvio Peruchi.

e a vitivinicultura, enquanto a produção agroecológica é característica dos movimentos sociais oriundos da agricultura familiar.

O terceiro capítulo trata da formação dos movimentos sociais de São Joaquim, tendo como fio condutor a criação da Credineve (Cresol São Joaquim) e da Econeve. Procuro, fundamentalmente inspirado nas formulações Granovetter, construir as conexões sociais que estão na base da organização desses movimentos, destacando ao final a formação da Econeve no quadro dos movimentos de agroecologia. A própria noção de movimentos de agroecologia é discutida com afinco nesse capítulo, que começa tomando a análise da inauguração da Credineve como um momento central onde é possível visualizar várias características do contexto geral dos movimentos sociais de São Joaquim. Na sequência analisamos com mais profundidade o momento anterior à formação da Credineve para elucidar as conexões que levam à formação da Econeve. Esta é analisada na última parte, desvelando suas conexões com os movimentos mais gerais.

O último capítulo é destinado a analisar como os produtores vinculados a Econeve construíram suas relações mercantis. Primeiro destacamos nesse capítulo o obstáculo técnico que é a mosca-das-frutas. Com essa discussão chegamos à questão de que este inseto tornou-se um impedimento para “trabalhar com agroecologia” para a grande maioria dos agricultores familiares de São Joaquim. Vimos, assim, que o trabalho com a agroecologia era definido para eles como a condição de produtor agroecológico, que se completava com a comercialização das frutas. Assim, verificamos como estabelecer relações mercantis ocupa uma dimensão importante na condição desses produtores. Na sequência evidenciamos que aqueles que conseguiram superar o impedimento técnico causado pela mosca-das-frutas, fundamentalmente combinam com a produção o trabalho político. Sobretudo, essa combinação está relacionada com a circulação dos produtores em dois circuitos diferentes, o agroecológico e orgânico. Essa circulação, com todos os seus paradoxos, tinge a maneira como os movimentos sociais se relacionam com os mercados.

## CAPÍTULO I – OS MOVIMENTOS NOS MERCADOS

Desde que se iniciou a produção de maçã agroecológica em São Joaquim, existem possibilidades concretas de vendas, além é claro da inclinação dos produtores a vender o produto. Falar em possibilidades de vendas requer considerar que existem compradores potenciais. A realização da venda configura uma troca entre compradores e vendedores, que mediada por uma moeda, nos coloca diante do que comumente é entendido como uma relação de mercado. Entretanto, mais do que isso, o termo mercado é também entendido de outras maneiras diversas, ganhando um sentido amplo no senso comum, de um ente abstrato que coordena as relações entre compradores e vendedores por meio dos preços dos produtos. Esse ente abstrato vez por outra se expressa em sentimentos opostos de amor e ódio, em termos fortes como “economia de mercado”, “sociedade de mercado”, “Deus mercado” e “ideologia de mercado”.

Diante disso, como abordar consistentemente o fenômeno mercado? Swedberg (1994) argumenta que na literatura econômica o mercado enquanto tal é pouco estudado. Para o autor essa disciplina se dedica muito mais a examinar tão somente os preços, tendo como base os amplamente conhecidos mercados de concorrência perfeita; predições da abordagem individualista da microeconomia. Tais mercados implicam em características como transparência, homogeneidade, permeabilidade, mobilidade etc, que geralmente não estão presentes na vida concreta. De acordo com Smelser e Swedberg (1994, p. 5 [tradução nossa]), “por contraste, o sociólogo foca o ator como ente construído socialmente, como ‘ator-em-interação’, ou ‘ator-em-sociedade’”. Coerente com nossa abordagem, nesse capítulo vamos buscar com autores mais afeitos à sociologia e à antropologia estabelecer alguns marcos de entendimento.

Na primeira parte discutimos a ideia de autonomização da esfera econômica e a emergência do mercado como instituição central nas ditas “sociedades modernas”. O fio condutor dessa discussão são algumas formulações de Karl Polanyi. Na sequência, vamos tratar da abordagem do mercado no contexto de surgimento da chamada Nova Sociologia Econômica (NSE), trabalhando principalmente com os autores Mark Granovetter e Viviana Zelizer. Objetiva-se, assim, na segunda parte, com Granovetter, estabelecer as bases para compreender, como as redes de relações sociais são cruciais para o entendimento do funcionamento da economia. Na quarta parte, com Zelizer, estabelecer as bases para compreender, além da importância das relações sociais, o papel importante das resoluções morais, significados e simbolismos na economia. Na última parte desta seção, trataremos da emergência dos “Novos Movimentos Sociais Econômicos”, dos quais o *Fair Trade* é o exemplo mais estabelecido, tendo como base os autores John Wilkinson e Corinne Gendron. A intenção é verificar como os movimentos de agroecologia atuam nos moldes de tais movimentos, que dirigem suas ações ao mercado.

Em resumo, pretendemos nesse capítulo construir um quadro teórico de referência para analisar como a existência de produtores de maçã agroecológica no município de São Joaquim é parte de um contexto social, cultural e simbólico no qual estão inseridos. É nesse contexto, que esses produtores, integrantes de movimentos sociais vinculados a proposta da agroecologia, direcionam suas energias para integrar os circuitos onde podem vender os seus produtos, carregados de significados sociais e simbólicos. Assim, verificaremos como esses mercados são estritamente relacionados à atuação política dos produtores.

## 1.1 A autonomia da economia e do mercado

Karl Polanyi, escrevendo em momentos diferentes do século XX, operou com a idéia de que a “sociedade moderna” ocidental se forma no século XIX com a autonomização das esferas econômica e política. Guardadas as complexidades contidas nesse fato, pode-se afirmar que está implícita nessa assertiva a idéia de que deixamos sociedades onde as relações estavam amparadas na confiança construída em relações mais solidárias na comunidade (*Gemeinschaft*), para constituirmos relações com fins mais auto-interessados nas sociedades (*Gesellschaft*). Dito de outra forma, grosso modo, esta teria sido a passagem de uma situação onde o comportamento humano era orientado na relação com instituições onde predominavam valores comunitários, de tradição e de solidariedade, para outra situação onde seria orientado por instituições onde a preponderância é do cálculo instrumental e racional.

Os termos de análise expostos nesse primeiro parágrafo não são de uso restrito por Polanyi. Pelo contrario, são de uso amplo e comumente associados a autores clássicos, como comunidade e sociedade à Ferdinand Tönnies, ação tradicional e ação racional à Max Weber, solidariedade orgânica e solidariedade a Émile Durkheim. Estes procuraram dar conta, no surgimento das disciplinas das ciências sociais, de fenômenos que se desenrolaram principalmente nos séculos XVIII e XIX na Europa. Não por acaso Polanyi publica, em 1944, uma de suas mais conhecidas obras, com o título “*A Grande Transformação*”. A grande transformação a que se refere envolve a emergência do mercado como a instituição central, onde são trocados os bens endereçados ao consumo humano nas sociedades modernas. Tal emergência, no entendimento de Polanyi, ocorre a par da separação da economia como uma esfera autônoma da sociedade. Com isso, o autor trata a “sociedade moderna” como “economia de mercado”, caracterizada da seguinte maneira:

Uma economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados; a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo auto-regulável. Uma economia desse tipo se origina da expectativa de que os seres humanos se comportem de maneira tal a atingir o máximo de ganhos monetários. Ela pressupõe mercados nos quais o fornecimento dos bens disponíveis (incluindo serviços) a um preço definido igualarão a demanda a esse mesmo preço. Pressupõe também a presença do dinheiro, que funciona como poder de compra nas mãos de seus possuidores. A produção será então controlada pelos preços, pois os lucros daqueles que dirigem a produção dependerão dos preços, pois estes formam rendimentos, e é com a ajuda desses rendimentos que os bens produzidos são distribuídos entre os membros da sociedade. Partindo desses pressupostos, a ordem na produção e na distribuição de bens é assegurada apenas pelos preços (POLANYI, 2000, p. 89-90).

A ocorrência de tal economia de mercado, no entendimento de Polanyi, foi possível com a formação dos mercados nacionais. Por sua vez, os mercados nacionais foram possíveis com a transformação da terra, do dinheiro e do trabalho em mercadorias. Polanyi demonstra como na Inglaterra, país berço da Revolução Industrial, o marco decisivo foi o fim da Lei Speenhamland (*Speenhamland Law*), que vigorou de 1795 a 1834. Enquanto os cercamentos dispunham a terra para a formação de um mercado de terras e o dinheiro também logo se desenvolveria num elemento crucial para a indústria, a Lei Speenhamland proporcionava o “direito de viver” aos pobres, por meio de uma renda mínima, independente de seus proventos. Segundo Polanyi, está

Lei era amparada por um sistema paternalista de organização do trabalho, que foi forçado a extinção pela emergência da classe média ao poder e pela própria aceitação de uma nova organização pelos pobres. É dessa forma que o Projeto de Reforma (*Reform Bill*) de 1832 e a Emenda da Lei dos Pobres (*Poor Law Amendment*) de 1834 serão vistos como o ponto de partida do capitalismo moderno.

À parte as enormes transformações que se seguiram, cabe reter as mudanças que caracterizam a autonomização das esferas econômica e política. Antes de ser transformada em mercadoria, a terra era o elemento crucial da ordem feudal. Como argumenta Polanyi,

[...] era a base do sistema militar, jurídico, administrativo e político; seu status e função eram determinados por regras legais e costumeiras. Se a sua posse era transferível ou não e, em caso afirmativo, a quem e sob quais restrições; em que implicavam os direitos de propriedade; de que forma podiam ser utilizados alguns tipos de terra – todas essas questões ficavam à parte da organização de compra e venda, e sujeitas a um conjunto inteiramente diferente de regulamentações (POLANYI, 2000, p. 90).

No caso da terra, nas sociedades tradicionais, Dumont (2000, p. 17) também identifica que “os direitos sobre a terra estão, com efeito, imbricados na organização social: os direitos superiores sobre a terra acompanham o poder sobre os homens”. Para Polanyi o mesmo também se aplicava ao trabalho, acentuando que “sob o sistema de guildas<sup>3</sup>, como sob qualquer outro sistema econômico na história anterior, as motivações e as circunstâncias das atividades produtivas estavam inseridas na organização geral das sociedades” (POLANYI, 2000, p. 89-90). Ou seja, como dito anteriormente, antes da formação dos mercados nacionais eram as regras baseadas na tradição e nos costumes da organização social que regiam o comportamento. O mesmo identifica que uma sociedade com economia controlada por princípios de mercado não existiu antes de nossa época. Nas palavras do autor, “embora a instituição do mercado fosse bastante comum desde a Idade da Pedra, seu papel era apenas incidental na vida econômica” (POLANYI, 2000, p. 62).

Louis Dumont (2000) argumenta que é a partir de então que se estabelece uma distinção clara entre o que denominamos de “político” e de “econômico”, que seriam distinções não conhecidas pelas sociedades tradicionais. Com Dumont e sua discussão sobre a formação da ideologia moderna, aprofundamos um pouco mais na tese fundamental de Polanyi. A doutrina liberal, hegemônica no século XIX e início do século XX, “repousa sobre uma inovação sem precedente: a separação radical dos aspectos econômicos do tecido social e da sua construção num domínio autônomo” (DUMONT, 2000, p. 18). Dumont acrescenta que estamos separados das sociedades tradicionais por uma *revolução nos valores*, que parece ter sido engendrada ao longo dos séculos no Ocidente cristão.

Marshall Sahlins (1992) sublinha o fato de que a expansão global do capitalismo não se fez com a passividade dos povos colonizados. Pelo contrário, essa expansão dependeu dos modos de mediação em esquemas culturais locais. Sahlins desenvolveu seu argumento analisando como sociedades localizadas no setor transpacífico do sistema mundial – Havaí, Kwakiutl e China - organizaram o impacto do capitalismo. Esse artigo, *Cosmologias do Capitalismo*, publicado originalmente em 1988, é central na obra de Sahlins (LANNA, 2001). Portanto, vale a pena destacar nas suas próprias palavras o argumento central, desenvolvido direcionado às ilhas:

<sup>3</sup> Guildas eram corporações nas quais se organizavam os artesãos, geralmente hierarquizadas em mestres, aprendizes e jornaleiros. Eram comuns nas comunidades antes da emergência das indústrias e do trabalho assalariado.

Mercadorias européias aparecem como sinais de benefícios divinos e concessões míticas, negociados em trocas e ostentações cerimoniais que são também sacrifícios costumeiros. Assim sendo, “do ponto de vista nativo”, uma exploração pelo Sistema Mundial pode representar um enriquecimento do sistema local. Apesar de haver uma transferência lucrativa de força de trabalho para a metrópole, através de valores de troca desiguais, os povos das terras remotas adquirem mais bens, de extraordinário valor social, com menos esforço do que jamais poderiam no tempo dos ancestrais. Seguem-se então as maiores festas, trocas e cantorias que já aconteceram. E, como isto significa uma acumulação máxima de benefícios divinos com poderes sociais humanos, o processo, em sua totalidade, é um *desenvolvimento*, nos termos da cultura em questão (SAHLINS, 1992, p.11).

Essas sociedades mantiveram ao longo dos séculos XVIII e XIX um sistema de trocas regular com mercadores ocidentais. Sahlins apresenta uma contribuição interessante ao tratar das cosmologias diversas com as quais operavam os mesmos. Contudo, como argumenta Lanna (2001, p.119), “Sahlins omite o fato da dominação ocidental”. No caso do Havaí, por exemplo, não realça como os norte-americanos são também responsáveis por eles sucumbirem. Sahlins parece não estar tão preocupado com o que Polanyi sublinha: os riscos advindos da generalização do mercado auto-regulado. Dumont parece se deter em como esse movimento de generalização produz efeitos nos valores do homem moderno.

Contudo, Sahlins ao contrário de Polanyi, fornece pistas para pensar como nem todos estão em busca de mais ganhos monetários. Mitos, ostentações cerimoniais, *status* e prestígio social estão envoltos nas trocas mercantis. Se ele demonstra isso ao discutir as sociedades localizadas no que chamou de setor transpacífico do sistema mundial, deixa em aberto para pensar também as sociedades ocidentais. Ao finalizar sua conferência para um público britânico, na qual se baseou o artigo *Cosmologias do Capitalismo*, Sahlins propõe pensar como o hábito de beber chá está ligado a um esquema de nativo de proporções cósmicas. Assim, os rituais diários de beber chá (como também o consumo de chocolate, café e açúcar nas sociedades ocidentais) não estão ligados a um valor nutritivo, mas a modos de encarar a vida, próprios da nossa sociedade.

Voltando a Polanyi, cujo tema do surgimento do mercado auto-regulado é o eixo dessa seção, podemos agora dizer que o mesmo é bastante controverso. Discussões recentes enfatizam como essa noção de mercado auto-regulado de Polanyi admite o desenraizamento (*disembeddedness*) da economia da sociedade. Ou seja, como pressupõem que o mercado está autônomo das relações sociais, culturais e políticas. O tema é complexo e tem estimulado diversos autores a aprofundar as análises sobre a obra de Polanyi. Block (2003, p. 2, [tradução nossa]), por exemplo, enfatiza que “Polanyi vislumbrava a idéia de uma economia de mercado sempre enraizada, mas ele não pode dar a idéia um nome ou desenvolvê-la teoricamente porque representa também uma grande divergência de seu ponto de partida teórico inicial”. Ademais, como relembra Steiner (2006a), Polanyi não se interessou pelo funcionamento concreto dos mercados, mas pelas consequências políticas do sistema de mercado.

## 1.2 O mercado como uma construção social

Como explicar então o funcionamento concreto de um mercado específico? Economia, política, mercado e sociedade comumente vistos em “caixinhas” separadas – mesmo em muitos trabalhos acadêmicos – como se relacionam? Os trabalhos do sociólogo norte-americano Mark Granovetter lançam pistas importantes para abordar essas questões. Eles são considerados estreitamente ligados ao surgimento da Nova Sociologia Econômica (GRANOVETTER, 1973; 1983; 1985)<sup>4</sup>. A tese doutoral de Granovetter (*Getting a Job*, em 1974) já havia sido um estudo exemplar desse tipo de abordagem, como o próprio autor expressa mais de vinte anos depois no prefácio da segunda edição (GRANOVETTER, 1995). Nessa tese o autor demonstra como a procura por emprego se dava em ampla maioria através de redes sociais (família, amigos, conhecidos) e não por anúncios de jornais, de revistas etc.

Com isso, Granovetter começa a criar uma distância do que eram os estudos sociológicos de mercado de trabalho de então, mais presos a atributos das pessoas (escolaridade, classe social etc). Ou seja, o autor procura elaborar um quadro teórico que encontre explicação nas relações sociais, o que se concretiza em 1985. Nesse artigo, Granovetter dialoga prioritariamente com a Nova Microeconomia. Portanto, não direciona sua argumentação para outras áreas das ciências sociais, como a Antropologia, que também trabalhava a noção de *embeddedness* de Polanyi. Tampouco Granovetter buscou um diálogo com a própria obra de Polanyi. Elegendo como foco principal o debate com a Nova Microeconomia, Granovetter localiza a noção de enraizamento intermediária em duas correntes teóricas presentes na mesma e também na sociologia. Para o autor, estas consideram os comportamentos humanos por um lado sub (*under*), e por outro super (*over*) socializados. No primeiro caso o indivíduo seria movido pela busca racional do interesse próprio, e, no segundo, os padrões de comportamento interiorizados tornariam as relações sociais circunstanciais. Estas correntes “convergem assim no fato de isolarem os atores do seu contexto social mais imediato” (GRANOVETTER, 2007).

O isolamento do contexto social imediato pode ser visto como a atomização dos indivíduos, mencionada na introdução desse capítulo, premissa básica dos mercados de concorrência perfeita. As transações econômicas realizadas por esses indivíduos atomizados seriam garantidas por uma moralidade generalizada e por arranjos institucionais. A moralidade generalizada seria um efeito geral que permite garantir a ordem nas transações. E os arranjos institucionais surgiriam quando necessários, para evitar os comportamentos oportunistas. O argumento de Granovetter, por outro lado, sustenta que as transações se dão em relações sociais concretas, não necessariamente garantindo a ordem e a ausência de oportunismo. Com isso, “a preferência dominante em fazer transações com indivíduos de reputação conhecida implica que poucos estão realmente dispostos a confiar na moralidade generalizada ou nos dispositivos institucionais para evitar problemas” (GRANOVETTER, 2007).

Granovetter (1973) levanta um questionamento crucial: como as pessoas se relacionam com amigos de seus vínculos mais próximos, ou seja, com amigos de seus amigos e com amigos de seus parentes. Esse questionamento permite a Granovetter explorar a importância dos conhecidos nas relações interpessoais. E deu origem à clássica expressão “a força dos laços fracos”. Pois, os laços fracos são os que permitem o relacionamento de pessoas em pequenos grupos com outras de grupos diferentes. Em termos gerais, o autor assinala que com essa abordagem é possível analisar os padrões de interações entre um nível micro e um macro.

---

<sup>4</sup> Swedberg (2004) trata como pronunciamento doutrinário da Nova Sociologia Econômica o artigo *Economic action and social structure: the problem of embeddedness*. Steiner (2006b) também associa o surgimento da sociologia econômica contemporânea aos trabalhos de Mark Granovetter, o qual a denominou de Nova Sociologia Econômica.

Para essa formulação laços fortes são considerados somente os simétricos e positivos definidos pela quantidade de tempo, intensidade emocional, intimidade e serviços recíprocos que caracterizam o laço. Granovetter não está preocupado em como medir a força do laço, apenas se é forte, fraco ou ausente. É comum para o autor considerar um laço forte o existente entre familiares e amigos e fraco o normalmente identificado pelas pessoas como um conhecido.

De uma diáde de amigos ou familiares tomados arbitrariamente, como exemplifica o autor, é provável que em um grupo maior de pessoas muitos conheçam um deles ou ambos. Essa sobreposição do círculo de amizade pode ser máxima quando os laços são fortes, mínima quando ausentes e intermediárias quando fracos. Na suposição lançada pelo autor, os indivíduos de uma diáde, A e B, possuem um laço forte. Se A se relaciona com C, que não conhece B, é provável que a única maneira para C e B se conhecer é por meio de A. E é provável que quanto mais tempo e similaridade haja na relação entre B e C, ambos tornem-se amigos também. Porém, pode acontecer uma “tensão psicológica” entre eles por compartilharem da amizade de A.

O laço entre B e C quando estes se relacionam com A, será sempre presente, seja forte ou fraco. Ou seja, um trio onde A se relacione B sem que este conheça C tende a ser ausente, pois os membros tendem a estabelecer algum tipo de relação. Vale destacar que o trio somente existiria se B e C não se conhecessem – o que é pouco provável, segundo o autor. Como Granovetter ilustra, um trio é quase “proibido”, pois em algum momento ou outro A, B e C tendem a se relacionar. Mas, o mais importante disso é que os relacionamentos se dão em graus diferentes. Na conceituação de Granovetter, fortes e/ou fracos.

O significado da ausência de trios pode ser visto com o conceito de ponte, “uma linha em uma rede que proporciona o único caminho entre dois pontos” (GRANOVETTER, 1973, p. 1364, [tradução nossa]). Assim, quando uma pessoa tem vários contatos, uma ponte que estabelece com outra pessoa pode ser o único caminho para seus contatos a conhecerem. Granovetter assinala que em grandes redes é raro que haja um caminho apenas, mas os caminhos mais curtos podem ser os preferenciais e mais eficientes. Além disso, os laços fortes serão pontes somente quando uma pessoa não tiver outro laço forte, o que é pouco provável em uma rede de qualquer tamanho. Já os laços fracos não têm essa restrição, mas não são automaticamente pontes.

Com essas considerações se percebe que os laços fracos oportunizam pontes que ligam níveis sociais diferentes. Granovetter destaca a importância dessa formulação para o papel dos laços fracos na difusão de informação. Por meio de estudos empíricos o autor demonstra como a densidade de laços fracos influencia a difusão da informação, ao passo que a localização do indivíduo na rede influencia como esses laços fracos poderão ser usados. Além disso, o autor também ressalta o papel coesivo dos laços fracos, pois os laços fortes tendem a enclausurar os indivíduos em círculos sociais, reduzindo as possibilidades de relações sociais.

Passados dez anos, é publicada uma revisão feita por Granovetter de estudos empíricos que testaram diretamente as hipóteses (GRANOVETTER, 1983). Granovetter reafirma os argumentos de que indivíduos com poucos laços fracos podem ser privados de informações oriundas de partes distantes do sistema social, podem ter seu acesso ao trabalho dificultado e podem ter dificuldades para se organizar e participar de movimentos políticos. Outros aspectos importantes retomados são as incoerências e fragmentações que podem ocorrer em sistemas sociais com poucos laços fracos, como por exemplo, dificuldade de se espalhar o desenvolvimento científico e subgrupos separados por raça, etnia, geografia ou outras características.

Um foco dos estudos empíricos revisados por Granovetter são os impactos dos laços fracos nos indivíduos. Defende que os laços fracos são vitais para integração dos indivíduos nas sociedades modernas e que a principal fonte dos mesmos é a divisão do trabalho, numa clara

alusão a Durkheim. A especialização e a interdependência resultaram numa grande variedade de relacionamentos especializados. Nisso, Granovetter discute um trabalho onde se argumenta que uma linguagem elaborada é necessária nesse contexto onde as pessoas não conhecem exatamente o comportamento das outras. Assim, os laços fracos são “exatamente o tipo de laços que conduzem a complexos círculos e a necessidade de flexibilidade cognitiva” (GRANOVETTER, 1983, p. 204-205, [tradução nossa]).

Dos estudos revisados que se reportam à busca por emprego, Granovetter demonstra que tendem a se confirmar as hipóteses elaboradas em 1973. Em meio a algumas diferenças nos métodos dos estudos, algumas novidades são encontradas. Uma delas é que o efeito dos laços fracos na conquista de emprego tende a ser maior de acordo com a elevação do nível de educação e de realização ocupacional. O efeito dos laços fracos para o primeiro emprego não difere em significância para outras mudanças de emprego. Os indivíduos com alto *status* ocupacional e cosmopolita têm maiores condições de ter e de usufruir dos laços fracos. Para os indivíduos de grupos de baixo nível sócio-econômico os laços fracos não geram ampliação real de oportunidades, pois não ligam grandes distâncias. Isso confirma a afirmação de que os laços fracos são importantes quando constroem pontes.

Uma observação de Granovetter é que os laços fortes são também importantes, pois embora os laços fracos providenciem informação fora do seu próprio círculo social, os primeiros “têm grande motivação para ser de assistência e são tipicamente mais facilmente disponíveis” (GRANOVETTER, 1983, p. 209, [tradução nossa]). Assim, o autor sugere que verificar a importância dos laços fracos e fortes é uma questão analítica relevante. Mesmo para indivíduos de alto *status*, geralmente de classe alta, que usufruem de uma maior densidade de laços fracos, os laços fortes são importantes. Contudo, o autor pontua que para esses os laços fortes são mais difíceis de serem mantidos, pois exigem a frequência a clubes privados, escolas especiais e outros registros sociais.

O enraizamento social da ação humana e os relacionamentos fortes e fracos são importantes para a compreensão do funcionamento de um mercado. Um trabalho que se tornou bastante conhecido, ao efetuar uma discussão sobre os efeitos das relações sociais nos mercados, foi o de Marie France Garcia-Parpet. Em 1986 a autora pesquisou um mercado computadorizado para a venda de morangos de mesa, próximo a Paris. Esse mercado foi proposto por um grupo de produtores descontentes com a situação anterior, em conjunto com um técnico que propôs as premissas da teoria econômica para a organização do mercado. O mercado deveria levar à concorrência perfeita, onde qualquer pessoa poderia dispor seus morangos para a venda ou comprá-los. O que a autora observou foi que as práticas mais imediatas correspondiam à teoria econômica por esta ser o próprio quadro de referência às mesmas. Mas, para ser possível esse mercado, foram mobilizadas relações de parentesco, de vizinhança ou de alianças políticas, e outras que subjaziam o aparente (imediato), que constituem parte do que chamou de construção social. Para Wilkinson (2002), é importante ressaltar nesse estudo que:

[...] em primeiro lugar, o novo mercado foi o resultado de grandes esforços de construção, envolvendo alianças e a implementação de novas regras e sistemas técnicos. Segundo, esse mercado não surgiu apenas como uma simples negociação de distintos interesses, mas exibiu intencionalidade e normatividade. (WILKINSON, 2002, p. 816)

Granovetter não trata dessa noção de construção social de um mercado no artigo de 1985. Nesse trabalho está evidente em seu argumento que as transações que ocorrem no mercado estão

amparadas nas relações sociais. A noção de construção social das instituições econômicas é discutida pelo autor em outro artigo, como segue:

[...] instituições econômicas não emergem automaticamente em resposta a necessidades econômicas. Ao invés, elas são construídas por indivíduos cuja ação é não só facilitada como também constrangida pela estrutura e pelos recursos disponíveis em redes sociais nas quais eles são enraizados. (GRANOVETTER, 1992., p. 7, [tradução nossa])

Tal ideia pode ser aproximada do entendimento do mercado como uma estrutura social, tal como nos sugere Richard Swedberg<sup>5</sup>: “o que usualmente se quer dizer por este termo é algum tipo de interações recorrentes e padronizadas entre agentes que são mantidas por meio de sanções” (SWEDBERG, 1994, p. 255 [tradução nossa]). Assim, até aqui temos um modo para abordar o enraizamento de um mercado em relações sociais, no nosso caso o mercado de maçãs agroecológicas. A seguir, com Zelizer, vamos construir a abordagem para nos ajudar a compreender as marcações sociais e simbólicas que as maçãs agroecológicas recebem para se transformar em maçãs orgânicas.

### 1.3 Mercados múltiplos e circuitos

Viviana Zelizer tornou-se, assim como Granovetter, uma das personagens mais importantes da NSE, como ela mesma afirma (ZELIZER, 2007). Segundo a autora, nos últimos quinze anos, não só cada vez mais passou a proferir cursos de Sociologia Econômica, como também suas pesquisas foram consideradas parte de um campo específico de estudos na NSE. Antes de apresentar os principais argumentos de Zelizer, vale destacar como os de Granovetter receberam algumas críticas. Em seguida, discutimos as contribuições de Zelizer, que decididamente se posiciona diante das controvérsias geradas pelos escritos de Polanyi.

Se for possível resumir em poucas palavras o argumento central elaborado por Granovetter (2007) em 1985, pode-se dizer que toda a ação humana é socialmente situada, e, portanto, assim também a ação econômica. Destaca-se neste argumento que a ação está enraizada (*embedded*) em contínuas conexões sociais; dito de outra maneira, em redes sociais. *Embeddedness*, construção social e redes sociais são conceitos que marcaram profundamente os pesquisadores que se inspiraram na NSE e particularmente na obra de Mark Granovetter. Isso aconteceu através de uma forte disseminação dos artigos de Granovetter<sup>6</sup>. Mas, também, por

<sup>5</sup> O autor chama atenção para a complexidade do fenômeno mercado, que teve o surgimento do termo *market* durante o século XII significando “(1) uma praça de mercado (*marketplace*) física; (2) a reunião em tal lugar; (3) o direito legal para realizar um encontro em uma praça de mercado” (SWEDBERG, 1994, p. 255 [tradução nossa]). E no século XIX os economistas adicionaram o seu próprio significado, “o mercado como um mecanismo abstrato de formação de preços (*pricemaking*) que é central para alocação de recursos em uma economia” (SWEDBERG, 1994, p. 255 [tradução nossa]).

<sup>6</sup> Numa pesquisa no portal Google acadêmico no dia 27 de abril de 2009 foram encontradas aproximadamente 180 páginas em português sobre “the strength of weak ties”. Pesquisando em toda a web, no mesmo portal, foram encontradas aproximadamente 11.900 páginas. Nas páginas em português praticamente todas as ocorrências estão relacionadas aos artigos (um ou mais) de Mark Granovetter, “*The strength of weak ties*” publicado no *American Journal of Sociology* em 1973 e “*The strength of weak ties: A network theory revisited*” publicado em *Sociological Theory* em 1983. Na pesquisa em toda a web os dois artigos são os que aparecem no início dos resultados, respectivamente.

meio de um intenso debate sobre a centralidade desses conceitos e da obra de Mark Granovetter para a disciplina.

Uma das críticas mais eloquentes foi realizada por Krippner (2001), argumentando que ao contrário do elaborado por Polanyi, o *embeddedness* de Granovetter não dá conta das múltiplas dimensões em que a ação econômica está enraizada. Segundo a autora, traçando um curso intermediário entre as concepções na sociologia e na economia, que consideram a ação por um lado sub (*under*), e por outro super (*over*) socializados, Granovetter permanece aprisionado nas formulações originais que separam a economia do social. A autora contrasta as diferenças entre as elaborações de Polanyi e de Granovetter e afirma que o conceito de *embeddedness* tornou-se vagamente definido por este último. No entanto, Fligstein e Dauter (2007) argumentam que isso foi o caso no início e que pesquisadores que se detiveram sobre o tema a partir de diferentes pontos de vista examinaram os modos em que as transações econômicas estavam socialmente estruturadas.

O próprio Granovetter respondeu à crítica de Krippner, no simpósio sobre a obra de Polanyi, “*The Next Great Transformation? Karl Polanyi and the Critique of Globalization*”, realizado na *University of California Davis* em 2004, do qual também participaram Greta Krippner, Fred Block, entre outros. Granovetter argumenta que no seu artigo de 1985 não estava tomando o conceito emprestado de Polanyi, nem o re-apropriando ou o re-introduzindo: “Algo mais complicado aconteceu. Eu revi meus antigos cadernos de notas e percebi que usei o termo *embeddedness* em algumas das primeiras notas, antes de nunca de ter lido Polanyi” (KRIPPNER *et al*, 2004, p. 113 [tradução nossa]). Sobre a crítica de seu cuidado com a análise de redes, Granovetter afirma que é uma decisão estratégica de pesquisa, focar no nível intermediário entre o micro e o macro. E que, antes da sua abordagem ganhar a amplitude que ganhou, ele havia alertado sobre os limites, embora apenas em um parágrafo, como segue

Por fim, resta acrescentar que o nível de análise causal adotado na perspectiva da imersão [*embeddedness*] foi o das causas próximas. Tive pouco a dizer sobre as amplas circunstâncias históricas ou macroestruturais que levaram os sistemas a demonstrar as características socioestruturais que possuem, de forma que não recorro a essa análise para responder a questões de ampla escala sobre a natureza da sociedade moderna ou as fontes das mudanças econômicas e políticas. Mas o enfoque sobre as causas próximas é intencional, já que essas questões mais amplas não podem ser satisfatoriamente abordadas sem uma compreensão mais detalhada dos mecanismos pelos quais as mudanças gerais têm seus efeitos. Afirmando que um dos mecanismos mais importantes e menos analisados é o impacto dessas mudanças nas relações sociais em que a vida econômica está imersa. Se é assim, não se pode estabelecer uma ligação adequada entre os níveis micro e macro sem uma compreensão muito mais completa dessas relações (GRANOVETTER, 2007).

Em uma espécie de balanço sobre o estado da arte da NSE, Viviana Zelizer (2007) alerta que um processo de crítica tem sido feito, especificamente sobre a ideia de *embeddedness*. Esse processo tem ampliado o escopo da disciplina para temas poucos comuns no início, como mercados múltiplos, a cultura das firmas, a produção e reprodução da desigualdade e os grupos domésticos como sítios de intensa atividade econômica.

Em geral, os sociólogos em busca de uma sociologia econômica alternativa criticaram a ideia de *embeddedness*, que implicava que os processos sociais proporcionavam a carapaça à economia, mas o conteúdo real dessa carapaça

eram os sistemas de trocas racionais analisados pela ciência econômica. (ZELIZER, 2007, p. 1058 [tradução nossa]).

A autora já no final da década de 1980<sup>7</sup> propunha uma abordagem interdisciplinar para o estudo do mercado, que além de sublinhar o caráter a-histórico e irrealista dos modelos “puros” da macro e da microeconomia (mercado auto-regulado), também atente para os múltiplos mecanismos de estruturação social das relações de mercado. Seu objetivo principal (ver ZELIZER, 1992) foi propor uma alternativa a meio caminho do que chamou de absolutismo cultural (Michael Taussig, Marshall Sahlins, Arjun Appadurai, Mary Douglas, Daniel Miller, entre outros) e o absolutismo sócio-estrutural (Mark Granovetter, Harrison White, Ronald Burt, entre outros). Essa alternativa foi o modelo dos “mercados múltiplos”, que busca alcançar ao mesmo tempo os efeitos dos fatores econômicos, culturais e estruturais. A autora ressalta que mais difícil do que propor tal programa é construir o modelo de interações. Ou seja, como mostrar que diferentes tipos de relações sociais e valores culturais jogam um papel ativo em diferentes modos de produção, de troca, distribuição e consumo?

Nos anos 1980 Zelizer empreendeu dois estudos que fundamentaram suas proposições, são eles: *Morals and Markets: The Development of Life Insurance in the United States*, de 1983, e *Pricing The Priceless Child: The Changing Social Value of Children*, de 1987. Conforme Zelizer (1992), *Morals and Markets* demonstra como surge o mercado de seguros de vida, uma instituição econômica de grande importância econômica nos Estados Unidos, na interseção entre interesses monetários e sagrados. Do ponto de vista cultural, demonstra como mudam as atitudes acerca da avaliação monetária da vida humana, assim como as definições culturais do risco e da especulação sobre o desenvolvimento do seguro de vida. Do ponto de vista sócio-estrutural, demonstra as tensões que surgem quando são substituídos os papéis dos amigos, vizinhos e familiares no cuidado do morto, que se baseavam fortemente no dom, para a gestão burocrática da morte com metas lucrativas.

Também segundo Zelizer (1992), em *Pricing The Priceless Child* sua análise é sobre a interação entre fatores econômicos (o mercado e o preço definidos como valores econômicos) e não-econômicos (como valores pessoais e morais). A autora relata a construção social do valor da criança “inútil” sobre o plano econômico, mas “sem preço” sobre o plano afetivo entre os anos de 1870 a 1930 nos Estados Unidos. Se nos Estados Unidos rural do século XVIII e até metade do século XIX o nascimento de uma criança significava a chegada de um futuro trabalhador e de uma garantia à seus parentes no fim de sua vida, no final do século XIX as classes trabalhadoras urbanas contam com o salário das crianças mais velhas e com o trabalho doméstico das mais novas para sua subsistência, enquanto que nos anos 1930 com a expansão da escolaridade, a maior parte das crianças estão fora do mercado de trabalho. De forma que, como salienta Zelizer (1992) isso gera no século XX uma consequência profundamente paradoxal e pungente: o crescimento da monetarização e da comercialização da vida da criança. Assim que as crianças perdem seu valor econômico nos Estados Unidos, seu valor passa a ser fixado de acordo com critérios afetivos. A contabilização do sentimento passa a vigorar nas políticas de segurança das crianças, nas indenizações compensatórios pela morte de um bebê ou por outros motivos, e no próprio comércio de bebês.

---

<sup>7</sup> Nos referimos ao artigo ZELIZER, V. *Beyond the Polemics on the Market: Establishing a Theoretical and Empirical Agenda*. *Sociological Forum*. 3 [1988]: 614-634, publicado em francês com algum acréscimo como ZELIZER, V (1992). “Repenser le marché: La construction sociale du ‘marché aux bébés’ aux États-Unis, 1870-1930”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 94, set, 1992, p. 3-26.

Do final dos anos 1980 em diante a autora continua suas pesquisas, com enfoque principal nos usos sociais do dinheiro e nas relações entre economia e intimidade. Zelizer identifica que enquanto uma gama significativa de estudos se detém nos efeitos econômicos, quantidade e circulação, nas reformas monetárias, os usos sociais do dinheiro são pouco estudados nas sociedades modernas. Entretanto, “cultura e estrutura social marcam a qualidade do dinheiro por controles institucionalizados, restrições, e distinções nas fontes, usos, modos de alocação, e ainda a quantidade do dinheiro” (ZELIZER, 1989, p. 342 [tradução nossa]). A autora se concentra na investigação de como mudanças nos códigos culturais nos Estados Unidos, também entre 1870 e 1930, afetaram as mudanças de significado, usos e alocação do dinheiro. No seu estudo, verificou que no caso da “mulher casada, seu dinheiro estava rotineiramente situado aparte do dinheiro real por uma mistura complexa de ideias sobre vida familiar, por uma mudança na estrutura de poder de gênero, e pela classe social” (ZELIZER, 1989, p. 367-368, [tradução nossa]).

Esse tema resultou em um livro, publicado sob o título *The Social Meaning of Money*, onde Zelizer aprofunda suas análises. Uma conclusão interessante que Zelizer vem discutindo em suas obras, é que o dinheiro recebe marcações sociais (*earmarking*) que simbolizam relações sociais específicas. Como por exemplo, sinais para gastos do grupo doméstico e dinheiro para gastos ocasionais, presentes em dinheiro, vales de presente, remessas, propinas, pensões para as mães e vales de comida (ZELIZER, 2007). Outra crítica interessante é a feita sob o que denomina de a hipótese dos “mundos hostis”, em *The purchase of intimacy*, publicado em 2005. Essa hipótese seria “uma noção prevalente no imaginário social que postula uma radical separação entre, por um lado, a esfera ‘familiar’, supostamente regida pelo altruísmo puro, e, por outro, a esfera do mercado, regida por uma lógica financeira” (FONSECA, 2007, p. 19).

Como aponta Zelizer (2005), essa hipótese dos “mundos hostis” segue uma tradição muito antiga de preocupações com a incompatibilidade, a incomensurabilidade, ou contradição entre relações íntimas e impessoais. A autora prossegue enfatizando que desde o século XIX os analistas sociais repetidamente assumem princípios incompatíveis, como solidariedade e auto-interesse, *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*. Para os que assumem esses princípios, quando eles se misturam ambos se contaminam: “Invasão do mundo sentimental pela racionalidade instrumental desseca aquele mundo, enquanto introdução de sentimento em transações racionais produz ineficiência, favoritismo e outras formas de corrupção” (ZELIZER, 2005, p. 289 [tradução nossa]). Segundo a autora, isso poderia ser tratado como senso comum, senão intervisse na nossa forma de compreensão do mundo, pois acarreta algumas distinções muito difundidas, como “empresas capitalistas *versus* economia informal; mercados perfeitos *versus* mercados imperfeitos; economias sérias *versus* economias triviais; e, aí de nós, atividade econômica masculina *versus* feminina” (ZELIZER, 2009, p. 238, grifos nossos). Percebe-se, portanto, proximidade entre o que afirmo sobre o argumento de Polanyi no início desse capítulo e a teoria dos “mundos hostis” e das “esferas separadas” criticada por Zelizer (2005; 2009).

Também após *The purchase of intimacy*, Zelizer chegou ao conceito de circuitos. Em um artigo breve, mas rico em informação, adaptado de uma apresentação no *Department of Sociology's Economic Sociology Workshop*, realizado em maio de 2006 na *Princeton University* e publicado no *European Economic Sociology Newsletter* de novembro de 2006, Zelizer esclarece quais as conclusões que a levaram ao conceito de circuitos:

Primeiro, que se tratando apenas de relações de duas pessoas em um dado tempo perde-se o grande impacto das terceiras partes sobre as formas e qualidades de intimidade bem como o caráter e significância da atividade econômica envolvida; segundo, que conceitos convencionais de sociologia econômica, tais como rede, hierarquia, mercado, grupo doméstico, e firma, não

capturam com precisão a complexidade que atravessa as interações sociais que eu estava examinando. Esta realização me levou aos circuitos (ZELIZER, 2006, p. 30, [tradução nossa]).

Zelizer (2005) especifica que circuito não é nem um novo nome para “rede”, nem uma versão polida para “comunidade”. Para a autora, os circuitos distinguem-se de redes por consistirem de interações dinâmicas, com significado e incessantemente negociadas entre sítios (indivíduos, grupos domésticos, organizações, ou outras entidades sociais). Além disso, os sítios incluem meios distintivos (como símbolos localizados ou moeda corrente) e uma série de transferências localizadas e organizadas (como compensações ou presentes). Os circuitos não consistem em modos de vida segregados espacial ou socialmente. Em síntese, “todos os circuitos incluem um limite, materiais culturais distintivos, e formas particulares de transferência e mediação. E é claro também incluem uma rede – laços e relações particulares” (ZELIZER, 2005, [tradução nossa] p. 294). Didaticamente, a autora apresenta cinco elementos que ajudam a identificar um circuito:

- *um conjunto distintivo de relações sociais entre indivíduos específicos.*
- *atividades econômicas compartilhadas carregadas por significados dessas relações.*
- *sistemas comuns de contabilidade* para avaliação de trocas econômicas, por exemplo, formas de dinheiros especiais.
- *significados compartilhados que as pessoas ligam à suas atividades econômicas.*
- *um limite bem definido separando membros do circuito de não-membros* com algum controle sobre as transações cruzando a fronteira (ZELIZER, 2006, p. 32, [tradução e grifos nossos]).

Como casos emblemáticos, Zelizer (2005) analisa o que tem sido normalmente considerado esferas extra-econômicas: as moedas locais, a provisão de cuidado pessoal. No primeiro caso, a autora afirma que há a proliferação recente de um movimento na Europa e nas Américas: o movimento do dinheiro local. Exemplo são os “*green dollars*” Australianos, o Francês “*grain de sel*”, o Italiano “*Misthòs*”, o Germânico “*Talent*”, o Mexicano “*Tlaloc*” e o Japonês “*ecomoney*”. Essas moedas pertencem a grupos locais organizados como o *Local Exchange and Trading Schemes* (LETS), o *Systèmes d’Échange Local* (SEL), a *Banca del Tiempo*, o *Sistema di Reciprocità Indiretta* (SRI) e, no Brasil, o Banco Palmas com a sua moeda PALMA, em Fortaleza, Ceará (ZELIZER, 2009).

#### 1.4 Os novos movimentos sociais econômicos

É também recente a expansão de outro movimento emblemático que tem recebido atenção de pesquisadores: o *Fair Trade*. Do *Fair Trade* nos países e grupos de idioma inglês ao Comércio Justo e à Economia Solidária no Brasil, citando apenas dois exemplos, uma miríade de organizações constrói esse movimento que procura estabelecer regras particulares de troca. Estas regras comumente levam em conta a justiça com grupos marginalizados pelo livre mercado, materializadas principalmente nas rodadas da OMC e nos diferenciais de poder entre Norte-Sul, mas também na valorização de elementos culturais, tradicionais e ambientais de povos e regiões específicas do Sul do mundo (América Latina, África e Ásia). No entanto, mais do que

estabelecer regras particulares de troca, ao propor uma alternativa de mercado “justo e equânime” esse movimento põe em xeque a existência do livre mercado.

Do ponto de vista analítico cabe aqui uma pergunta: assim como no movimento do dinheiro local, estudado por Viviana Zelizer, estará o *Fair Trade* a conter vários circuitos? Autores como Corinne Gendron e John Wilkinson têm argumentado que o *Fair Trade* é a principal expressão dos “Novos Movimentos Sociais Econômicos”. Discutindo alguns argumentos dos referidos autores vamos buscar apontar como os movimentos que constroem o mercado de maçãs agroecológicas se encontram no quadro dos “Novos Movimentos Sociais Econômicos” e como contém circuitos, nos termos de Viviana Zelizer. Com o auxílio dessa noção, no capítulo 04 vamos discutir como as maçãs agroecológicas passam a ser maçãs orgânicas, dependendo do circuito.

Os “Novos Movimentos Sociais Econômicos” pressupõem a emergência propriamente nova de um movimento ou uma mudança nas formas tradicionais de ação dos movimentos, que impliquem “o uso de mecanismos econômicos para responder demandas sociais” (GENDRON et al, 2009, p. 72, [tradução nossa]). Seguindo as autoras, pode-se destacar entre outras ações desses movimentos: a) adaptam os mecanismos econômicos, modelando-os de acordo com seus valores; b) utilizam-se do status econômico para pressionar os negócios em um nível sócio-político; c) trocam campanhas de *boycotting* por estratégias de *buycotting* (MICHELETTI, 2003 *apud* GENDRON et al, 2009); d) deixam de fazer apenas campanhas de educação e conscientização, para adotar medidas de rastreabilidade e rotulagem (*labelling*). Desse modo, esses movimentos deixam de ter apenas uma “institucionalização política” para ter também uma “institucionalização econômica”.

O *Fair Trade* de acordo com Murray e Raynolds (2007, p.6, [tradução nossa]) “é melhor compreendido como uma resposta emergente aos efeitos negativos da globalização contemporânea, e particularmente com frequência injusta e iníqua natureza do comércio internacional contemporâneo”. Com relação ao setor agroalimentar, foco principal do nosso trabalho, Raynolds e Wilkinson (2007) argumentam que este emergiu à frente dos principais processos econômicos, políticos e culturais prevalecentes na globalização, bem como nos esforços de comercialização alternativa. Para a análise os autores identificam três maiores transformações que interconectadas definem as dinâmicas de movimento e de mercado do *Fair Trade*. Primeiro, como a natureza das mudanças globais no setor agroalimentar alteram as referências de mercado tanto para os atores dominantes como para alternativas como o *Fair Trade*. Segundo, como o *Fair Trade* está situado nas lutas gerais sobre a regulação nos mercados globais, envolvendo novas regras e *standards* públicos e privados que estruturam a negociação de poder e recursos. Terceiro, como o *Fair Trade* é envolvido em estratégias de novos movimentos sociais que tomam como alvo as corporações e o mercado, mais do que o Estado, como nexo de sua ação.

Wilkinson (2006) destaca três fatores preponderantes nas mudanças globais no setor agroalimentar. Por um lado, a mudança das regras do jogo foi generalizada no que diz respeito a investimento, propriedade intelectual e comércio, capitaneadas fundamentalmente pelas diretrizes da OMC. Nesse sentido, a regulação pública nos mercados nacionais relaxou, abrindo espaço para a atuação predominante dos atores maiores. Além disso, “as tarifas externas foram eliminadas ou drasticamente reduzidas, os direitos de propriedade intelectual foram estendidos a sementes e alimentos e assistiu-se ainda à reforma jurídica que atribuiu status nacional aos subsidiários das transnacionais” (WILKINSON, 2006, p. 4).

Por outro, Wilkinson (2006) assinala que esse processo de globalização e reformas institucionais das décadas recentes foi acompanhado da transnacionalização da governança

assumida por atores privados líderes. Embora grandes corporações tenham papel preponderante nos rumos do setor agroalimentar desde a “revolução verde”, na década de 1990 essa transnacionalização se aprofunda com as reformas, e também com a inclusão nesse quadro de grandes ONGs internacionais (Greenpeace, ActionAid, Rainforest Alliance e Oxfam) e dos supermercados norte-americanos e europeus (Wall-Mart, Tesco, Carrefour).

Por fim, essas mudanças corresponderam, arremata Wilkinson (2006, p. 6), a “a alterações profundas de demanda provocadas por fatores demográficos e ocupacionais e também por novas reflexões sobre alimentos e a saúde pública”. Isso se evidencia na ampliação da alimentação *just-in-time*, ao passo que principalmente nos países desenvolvidos e nas classes médias e altas dos demais, a alimentação está no centro de estratégias de saúde. Enquanto isso, a aproximação das características originais se tornou chave para o alimento industrializado de um lado, e de outro importante foco de atuação de movimentos que procuram desvincular-se das indústrias alimentares.

É nesse contexto de diminuição da regulação pública nos mercados, preponderância de grandes corporações e modificações nos padrões da alimentação que se encontram os movimentos do *Fair Trade* no setor agroalimentar. Diante disso, pode-se visualizar uma disjuntiva na estratégia dos movimentos do *Fair Trade* entre ocupar espaço no mercado convencional, dominado pelas grandes corporações, e continuar construindo as redes alternativas de comercialização. É nessa disjuntiva que residem os dois principais dilemas do *Fair Trade*. Como aponta Wilkinson (2007), com a criação da *Fairtrade Labelling Organization* (FLO) em 1997, toma corpo uma estratégia que aparece nos anos 1980, de ocupar espaço nos mercados convencionais por meio de certificações. As certificações são construídas com base em *standards* de classificação dos produtos e abrem espaço para atores que não os vinculados aos movimentos. Ou seja, entram nas negociações pessoas não vinculadas diretamente aos valores de justiça dos movimentos.

Contudo, longe de se excluírem, as estratégias disjuntivas apresentam ao mesmo tempo críticas e colaborações mútuas. Segundo Wilkinson (2007), a certificação provocou um aumento geral na profissionalização de vendedores e de lojas. Bem como, o aparecimento de outras certificações, com diferentes características. Há, assim, certamente, a construção de diversos circuitos nos termos de Zelizer, como no caso do Brasil, para as organizações que estão reunidas no Fórum Brasileiro de Economia Solidária, na plataforma Faces do Brasil, entre outros.

O *Fair Trade*, como uma das principais expressões dos chamados novos movimentos sociais econômicos, é uma referência para compreendermos o movimento de produtores de maçãs agroecológicas e sua atuação no mercado. Nesse aspecto, uma observação é importante. Como apontam Gendron *et al* (2009), a ação militante na arena econômica não ocorre sem riscos e a lógica comercial pode alterar os movimentos sociais. Contudo, “o mercado pode ser transformado pela chegada de novos atores respondendo a diferentes lógicas de mercado e livres de uma racionalidade econômica típica” (GENDRON *et al*, 2009, p. 75 [tradução nossa]).

No que toca aos movimentos de agroecologia, existe uma gama diversa de correntes envolvidas, que por volta dos anos 1970 estavam identificadas com a chamada produção alternativa (biodinâmica, natural, permacultura, etc.). Como mostraremos no capítulo quatro, a opção por definir a existência de dois grandes circuitos, onde estas diversas correntes se relacionam com os mercados, é amparada em dois tipos de certificação, a participativa e a por auditoria externa. Mas, também, em um debate nos meios que formulam teoricamente as concepções sobre o tema, de que haveria fundamentalmente dois tipos de produtores. Os agricultores orgânicos empresariais, que estão muito próximos da agricultura convencional, praticando uma espécie de monocultura verde (uso de insumos externos) para atender a demandas

eventuais de mercados e os orgânicos familiares de pequeno porte (ou agroecológicos, depende muito das correntes as quais os definem), estes últimos orientados por uma lógica familiar, produzindo uma diversidade maior de produtos (ASSIS e ROMEIRO, 2002).

Santos (2006a) apresenta essa diferenciação a partir da discussão da implementação da Lei 10.831 de 2003, onde as certificadoras por auditoria procuravam exigir que todos os agricultores tivessem que passar por tal tipo de certificação. Nesse processo, Santos (2006a, p. 120) afirma que foi possível construir “uma compreensão de que existe uma diferença marcante entre a agricultura orgânica familiar e a agricultura orgânica de grande escala”. O que o autor chama de agricultura orgânica familiar seriam os agricultores que estão na base do circuito agroecológico e os de grande escala no circuito orgânico. Mas, mais do que isso, como o próprio Santos (2006a) assinala em seu texto e é perceptível em várias outras expressões de autores vinculados aos movimentos de agroecologia, estes tem colocado os chamados “agricultores orgânicos de grande escala” muito próximos aos desígnios da moderna agricultura. No entanto, como veremos no capítulo quatro, esta dicotomização não encontra correspondência muito clara no mundo concreto, pois os agricultores transitam entre os circuitos agroecológico e orgânico.

Mesmo assim, tal dicotomização ressoa em importantes círculos, tal como a formulação de políticas públicas. Um caso relevante é o novo momento inaugurado em 2003 nas políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural, que ficaram reconhecidas sob a sigla de ATER, no Brasil. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, fruto desse momento capitaneado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, incorporou a agroecologia como base para a reestruturação do serviço de extensão rural no país.

Grande parte do que é postulado pelo MDA em documentos, textos de dirigentes, cartilhas e folders de divulgação, em editais, repercutidos para diferentes segmentos da sociedade, mas principalmente para os profissionais extensionistas, dá-se basicamente em contraponto a extensão rural da moderna agricultura<sup>8</sup>. De relance, tem-se a impressão de que uma é o que a outra não é. Uma, a extensão rural agroecológica da PNATER, outra, a extensão rural convencional da moderna agricultura. Vejamos o que diz o Coordenador Geral de Ater do MDA/SAF/DATER:

[...] a Pnater se contrapõe à Ater meramente difusionista e produtivista, à Ater da persuasão, criticada por Paulo Freire nos anos 60, à Ater dos pacotes tecnológicos impostos pela pesquisa agropecuária. Ao contrário, a Pnater de 2003 propõe uma Ater renovada, que *atue levando em conta a diversidade dos ambientes, que tenha os agroecossistemas como unidades de análise e que respeite os sistemas culturais dos diferentes grupos sociais com que trabalha, tendo seus saberes e conhecimentos como pontos de partida para qualquer ato de intervenção* (CAPORAL, 2009, p. 16, grifos nossos).

Essa marca, de espelhamento da extensão rural agroecológica da PNATER no seu contrário é recorrente, com vistas a demarcar como os novos métodos são menos perniciosos aos agricultores locais, tradicionais, comunitários e/ou outras tantas denominações polidas, os quais

---

<sup>8</sup> Por extensão rural da moderna agricultura entendemos aquela vinculada a constituição em 1975 da EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. Foi formado a partir disso o SIBRATER - Sistema Brasileiro de Extensão Rural, que englobava as EMATERs, que atuavam nos diretamente nos estados. O SIBRATER garantia ao governo central o controle sobre as ações de extensão rural.

seriam os que denominamos aqui de agricultores agroecológicos<sup>9</sup>. A ATER renovada a que se refere Caporal (2009), busca se apoiar na agroecologia enquanto uma disciplina científica.

A disciplina científica que enfoca o estudo da agricultura desde uma perspectiva ecológica se denomina “agroecologia” e se define como um marco teórico cujo fim é analisar os processos agrícolas de maneira mais ampla. O enfoque agroecológico considera os ecossistemas agrícolas como unidades fundamentais de estudo; e nestes sistemas, os ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são investigados e analisados como um todo. Desse modo, à investigação lhe interessa não somente a maximização da produção de um componente particular, como também a otimização do agroecossistema total (ALTIERI e NICHOLLS, 2000, p. 14-15 [tradução nossa]).

Entretanto, além de métodos diferentes de extensão rural ou de investigação, a proposta desses autores é manter a agroecologia distante do produtivismo da moderna agricultura, e dos mercados aos quais esta é comumente vinculada. Parece vigorar uma idéia de que quanto mais a agroecologia se aproxima do mercado (no singular, cabe assinalar), mais é contaminada pela moderna agricultura. Porém, enquanto a proposta agroecológica, que se desdobra nas universidades onde estão autores como Altieri e Nicholls (2000), em políticas públicas como a PNATER e em outros espaços, procura um distanciamento dos mercados, os agricultores agroecológicos (destaque-se, inclusive, que estão geralmente vinculados a movimentos) ou não, ao contrário, também se relacionam com os mercados. É fato: os mercados existem e através deles – mas, não somente, nunca é demais afirmar – as pessoas realizam não apenas o produto de seu trabalho, mas também muito mais (valores culturais, simbólicos, etc.).

---

<sup>9</sup> A coletânea organizada por Theodoro *et al* (2009) é um exemplo interessante de como os interlocutores dos novos métodos de extensão rural procuram tingir as qualidades desses em relação aos praticados anteriormente. Sem desmerecer as boas intenções dos mesmos, numa leitura geral dos textos transparece certa ingenuidade dos autores – pelo menos aparente – em relação à agência dos agricultores e a ausência de conflitos no mundo rural.

## CAPÍTULO II – DA FORMAÇÃO DO SETOR MACIEIRO ÀS DINÂMICAS DE QUALIDADE

[...] As macieiras carregadinhas de frutas já viraram marca registrada do município de São Joaquim, na serra catarinense.

Mas, 30 anos atrás, era uma área de madeireira. O Brasil importava quase 90% da maçã que a gente consumia. Foi até que um técnico japonês olhou o terreno pedregoso, o clima, e disse para os imigrantes japoneses: este é o melhor lugar do Brasil para se plantar maçã. A terra, a gente aplaina. Pedra, a gente retira. O clima ideal é esse.

Parece que ele sabia o que estava dizendo. Hoje, inclusive, o Brasil exporta maçã<sup>10</sup>.

No centenário da imigração japonesa no Brasil, um repórter da Rede Globo, no principal jornal noturno, anunciou um dos feitos que teve a participação de tais imigrantes. Em São Joaquim, município onde hoje a maçã é uma marca registrada, há 30 anos ela praticamente inexistia enquanto cultivo. O mesmo repórter também anunciou que o Brasil importava quase 90% da maçã que consumíamos, ressaltando: “Hoje, inclusive, o Brasil exporta maçã”. À parte o exagero de responsabilidade que o repórter coloca sobre “um técnico japonês”, há pouco mais de três décadas esse fato provavelmente surpreenderia mesmo os observadores mais especializados no tema.

Hoje o país não depende da importação da maçã Argentina e, como se não bastasse, exporta. Os pomares de maçã se destacam não somente na paisagem e nos feitos históricos em São Joaquim, mas também dos municípios de Fraiburgo em Santa Catarina e Vacaria no Rio Grande do Sul. Em 2007, conforme dados do IBGE contidos na Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), somente os três municípios foram responsáveis por 46,24 % da produção de maçãs em território brasileiro. Somando a produção dos municípios que circundam esses três, os dois estados juntos são responsáveis por 96,24% da produção no país, que é de 37.832 toneladas. Na figura 01, em vermelho estão os principais municípios (São Joaquim e Fraiburgo) e as respectivas regiões onde se produz maçã em Santa Catarina.

---

<sup>10</sup> A contribuição japonesa para a agricultura. Matéria exibida pelo Jornal Nacional da Rede Globo em 18/06/08. Disponível em <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais> acessado em 28/09/09.

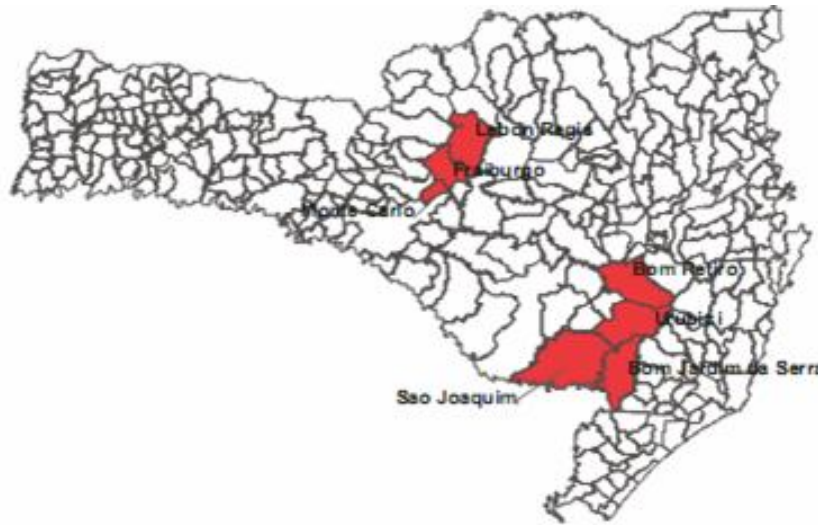


FIGURA 01. Localização dos principais municípios onde se produz maçã em Santa Catarina.

Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina, adaptado de Pereira *et al*, 2006, p. 06.

A concentração da produção nas regiões indicadas acima é influenciada pela necessidade ao desenvolvimento da planta de uma determinada quantidade de baixas temperaturas. Especialmente em São Joaquim e região a frequência de baixas temperaturas durante grande parte do ano é suficiente para as macieiras completarem o ciclo vegetativo. Nessas áreas, até fins da década de 1960 e início da década de 1970, predominavam os campos e a mata de araucária<sup>11</sup>. Com o início dos cultivos de maçã, a produção que passou a ser gerada desde fins da década de 1990 se tornou suficiente para atender a demanda nacional e exportar, como anunciado pelo repórter da televisão. Nos anos 2000, despontou um processo gestado nas décadas anteriores: a incorporação das preocupações sócio-ambientais na produção. Essa incorporação varia de ajustes capitaneados pelas grandes empresas – como é o caso da Produção Integrada de Maçã (PIM) – a propostas que buscam reestruturações mais amplas, como é o caso da maçã ecológica.

Traçar um panorama das condições e dos protagonistas desse processo, especificamente na região de São Joaquim é o objetivo desse capítulo. A próxima seção trata da emergência do setor agroindustrial nos anos da modernização da agricultura, do seu papel em diversos momentos no contexto da economia nacional e a sua mais recente versão, o agronegócio. Na seção seguinte o objetivo é abordar a emergência do setor macieiro, enfatizando os anos que coincidem com o processo mais geral de modernização da agricultura brasileira. Com isso procuramos discutir como a formação do setor macieiro se dá no contexto da modernização. A idéia é que no período mais recente o setor macieiro está ligado ao processo geral de formação de blocos do agronegócio. Na última seção, são abordadas as condições atuais da produção de maçã, especialmente em São Joaquim, com o objetivo de se discutir como os blocos do agronegócio

<sup>11</sup> Os campos são áreas, naturais ou não, com a presença de espécies vegetais forrageiras para alimentação de bovinos, ovinos e eqüinos. São importantes nas regiões de São Joaquim e Vacaria, onde estão associados a grandes propriedades de terra. Nessas propriedades é comum a exploração pecuária extensiva (baixo uso de tecnologia). Mata da Araucária é o nome dado a formação vegetal, parte do Bioma Mata Atlântica, composta predominantemente pela Araucária ou Pinheiro-do-Paraná (*Araucária angustifolia*). Foi a vegetação que cobriu predominantemente os planaltos catarinense e paranaense. Em Santa Catarina a Araucária foi extensamente extraída num período que se estende dos anos 1940 aos 1970, restando atualmente algumas áreas remanescentes e/ou plantas dispersas. Para mais detalhes sobre o caso do Planalto Sul Catarinense ver Floriani (2007).

convivem com segmentos de agricultores familiares, ambos expostos de alguma maneira a exigências de qualidade sócio-ambientais e a dinâmicas locais de incentivo ao turismo e à produção de vinhos. Dentre o segmento de agricultores familiares, destacamos o surgimento de uma pequena parcela, articulada aos movimentos sociais, na busca por construir outra resposta as exigências de qualidade. Antes de discutir se essa parcela pode representar uma nova configuração no setor, o objetivo nesse capítulo e dos que se seguem é reconstituir sua formação.

## 2.1 A modernização da agricultura: do setor agroindustrial ao agronegócio

O sucesso alardeado com a exportação de maçãs é também expressivo para outros produtos agrícolas no Brasil. A soja é um dos melhores exemplos para ilustrar o fato. Nos últimos anos os produtos agrícolas figuraram como os responsáveis pela balança comercial positiva do país, sendo, para muitos, aos quais se devem atribuir os êxitos da economia nacional em grande parte da primeira década dos anos 2000. Pelo termo agronegócio é como, muitas vezes, são chamadas as várias dimensões encadeadas desse processo, sejam de produção, pesquisa, transporte, comércio, financiamento, etc. É, portanto, o termo mais amplamente conhecido para o que também já foi e em muitos casos ainda é chamado de setor agroindustrial, ou setor primário, setor de recursos naturais, ou simplesmente “agricultura moderna”. Porém, o agronegócio, como veremos, engloba grupos presentes em setores diferentes<sup>12</sup>. Assim, procuramos nessa seção traçar um panorama da construção do contemporâneo agronegócio<sup>13</sup>.

A modernização agrícola/agropecuária, também conhecida como “modernização conservadora”, foi apresentada como solução para aumentar a produção de alimentos<sup>14</sup>. Com ela, deixou-se para trás as propostas de soluções no âmbito da reorganização estrutural, sintetizadas em reforma agrária, que além de abarcar a problemática da oferta de alimentos, entre outros aspectos interferiria centralmente na distribuição de renda e de poder. Essa problemática, sintetizada como questão agrária, havia tomado relevância política, social e econômica no contexto do pós-guerra, em especial no final dos anos 1950 e início dos anos 60. Segundo Medeiros (2003), os fatores que contribuíram foram o crescimento e a relativa unificação política das lutas por terra em diversos pontos do país, o contexto interno de relativas liberdades democráticas, a conjuntura da Guerra Fria e o intenso debate sobre as condições para o desenvolvimento dos países latino-americanos.

<sup>12</sup> Uma observação é preciso ser feita. O termo setor está sendo usado com duas conotações diferentes: uma foi para dividir a economia em grandes setores: primário ou agrícola, secundário ou industrial; outra para falar que a maçã é um setor, citros é outro, etc. Assim, usamos um exemplo, como ilustração, no caso do setor macieiro, o Grupo Fischer, que está presente também nas áreas de produção de citros e transporte marítimo.

<sup>13</sup> A categoria agronegócio parece, assim como as de “economia nacional” e “balança comercial” (mencionadas nesse parágrafo), ter adquirido confiança pública com a transformação dos profissionais que produzem e sustentam seus índices em intelectuais públicos. Neiburg (2007) caracteriza esses profissionais como “profissionais da economia”, não somente os economistas de formação acadêmica, mas todos aqueles profissionais que vivem *de e para* a economia.

<sup>14</sup> A modernização agrícola/agropecuária é um tema que recebeu inúmeras análises. Aqui também está presente, como abordado no capítulo 01, a ideia de transição de uma situação amparada nas tradições e nos costumes para outra moderna, amparada na racionalização na vida. O que se pretende assinalar desse processo são algumas nuances importantes para o objeto dessa dissertação. Para um tratamento mais elaborado do tema, ver entre outros, Sorj (1986), Goodman *et al* (1990), Kageyama *et al* (1990), Palmeira e Leite (1998).

Esse momento foi interrompido com o golpe militar de 1964, que impingiu uma derrota aos setores que propunham a reforma agrária, principalmente o Partido Comunista Brasileiro – PCB, a Igreja Católica e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL. Em meio a perseguições, mortes e desaparecimentos dos derrotados, levados a cabo pelo regime ditatorial, a modernização tomou corpo, tendo o Estado realizado papel crucial. Segundo Palmeira (1989), os instrumentos de Estado utilizados foram a criação de uma legislação específica para o rural (fruto em grande parte das lutas sociais), os incentivos fiscais (em especial nas áreas da SUDAM e SUDENE) e a política de terras públicas que beneficiou grandes compradores e grupos de investidores<sup>15</sup>.

Na pesquisa agropecuária, o observado no período é a criação e o fortalecimento das instituições e dos investimentos públicos. Com iniciativas públicas, através de instituições de pesquisa e universidades foi gerada uma série de inovações tecnológicas que abasteceram esse setor, o que foi de fundamental importância para o aumento de produtividade visualizado ao longo das últimas décadas. Deve-se considerar que a pesquisa teve um grande impulso a partir da criação da EMBRAPA em 1973. Em paralelo a esse processo, destaca-se a importância assumida pelo crédito subsidiado (na figura do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR) e pelo sistema de extensão rural, que em sintonia com as iniciativas de pesquisa, formaram uma importante base para a consolidação da modernização da agricultura brasileira<sup>16</sup>. Isso tudo permitiu ao setor agroindustrial desempenhar papéis de equilíbrio na balança comercial da economia nacional em diferentes momentos.

Os anos 1980, e as crises que o acompanharam, foram situados pela maioria da literatura econômica como a fase final do esgotamento de uma estratégia predominante na economia. Conhecida como nacional-desenvolvimentista, esta estratégia implicava em abdicar da condição de país agroexportador para se industrializar. É necessária uma pequena digressão no tempo, para realçar que em 50 anos no Brasil inverteu-se em termos numéricos a relação entre campo e cidade. Uma ampla e moderna industrialização do país foi vista num período que se inicia nos anos 1930, e ficou marcada pela forte presença do Estado através da criação de um arcabouço institucional (legislação trabalhista, índices de estatística etc) e de intervenções diretas, como a criação de empresas-chave (Petrobrás, CSN etc) e de investimentos nas áreas de retorno a longo prazo. De modo mais geral, é nesse processo de industrialização do país que se situa a modernização da agricultura. A literatura que trata do tema tem diversas explicações para o processo, como as origens da indústria no final do século XIX - a ressaltar-se a importância da entrada em cena da propriedade privada, do trabalho assalariado e do sistema econômico visando o lucro -, e o papel do Estado<sup>17</sup>.

Kageyama *et al* (1990) destacam a passagem do que chamam de “complexos rurais” para os “complexos agroindustriais”, que vai de 1850 com a Lei de Terras e fim do tráfico negro, o

<sup>15</sup> Como mostra Schmidt (1990), no caso do setor macieiro o incentivo fiscal foi o principal instrumento de financiamento da implantação de pomares. Isso ocorreu com a inclusão do plantio de macieiras no rol de reflorestamentos e florestamentos do Instituto Brasileiro de Florestas. No que tange a legislação, além de estar no quadro da legislação geral para a agricultura, o autor também mostra como no setor macieiro uma luta foi travada para regulamentar a comercialização da maçã, principalmente para limitar a quantidade importada da Argentina.

<sup>16</sup> Como demonstra Schmidt (1990), é importante ressaltar que a Ascar/Emater (atual Epagri), além de outras ações, coordenou o Programa de Fruticultura de Clima Temperado – PROFIT, no qual se engendrou o setor macieiro, montando programas de apoio a implantação de pomares (com crédito rural), assistência técnica. Assim como, vários esforços de pesquisa foram empreendidos no período. Esse processo veremos com mais detalhes na próxima seção.

<sup>17</sup> Ver para maiores detalhes, entre outros, Suzigan (2000) e Mello (1982).

terminando em 1955 com a implantação do D<sub>1</sub><sup>18</sup> em bases industriais modernas. Essas transformações estão na base da moderna agricultura, no sentido da progressiva apropriação da natureza por processos industriais, da concentração de corporações, do uso intensivo de *inputs* químicos e tecnológicos, da produção e do consumo em massa que caracterizam o pós Segunda Guerra Mundial (GOODMAN *et al*, 1990). Dos reflexos desse momento de intensas transformações pelas quais passou o rural, não são poucos os estudos que procuraram (e procuram) situá-lo. Muitos destacaram, não sem razão, os *efeitos perversos* causados ao ambiente, à saúde humana e à coesão social e simbólica de sociedades camponesas. Para, além disso, Palmeira (1989) chama a atenção para o posicionamento mais amplo do processo de modernização da agricultura no âmago das transformações que abarcaram a sociedade brasileira:

[...] as mudanças sofridas pela sociedade brasileira, nas últimas décadas, não se limitaram à sua economia, e nem as mudanças na sua economia se limitaram ao campo, e nem as mudanças sofridas pelo campo se limitaram à agricultura, e nem as mudanças na agricultura foram apenas econômicas, e nem as mudanças econômicas no setor agrícola se restringiram à modernização tecnológica ou à integração ao mercado ou à integração ao complexo agroindustrial e, finalmente, nem as mudanças sofridas pelo setor agrícola para além da modernização se limitaram aos seus *efeitos perversos* (PALMEIRA, 1989, p. 105)."

De um ponto de vista mais afeito à economia nacional, é importante assinalar que, se os anos 1980 encontram-se sob uma estagnação industrial, cresce a importância dos saldos comerciais obtidos a partir do setor agroindustrial. Leite (1996) indica que o peso na pauta de exportações do “macrosetor agrícola” registrava em 1980 uma participação de 56,38% com relação ao valor total de transações. Em 1995, apesar de todas as previsões contrárias (diversificação da pauta, importância do mercado doméstico, etc.), o macrosetor implicava ainda – e com trajetória ascendente – em 41,57% do montante global de produtos exportados.

Após a crise cambial de 1999, a busca por superávit recoloca os incentivos ao setor primário (agora agronegócio) na agenda prioritária da economia brasileira. A mobilização da agricultura para resolver problemas de crise na economia já é fato conhecido, embora se mudem suas denominações. Delgado (2005) caracteriza três fases bem distintas desse processo nas últimas três décadas, que são: 1) 1983/93: primeira tentativa de resposta à crise do endividamento com recurso aos saldos comerciais oriundos do setor primário; 2) 1994/99: folga na liquidez internacional, liberalização externa e novo endividamento; 3) 2000/03: relançamento da estratégia do saldo comercial a qualquer custo.

Para Delgado (2008) há evidência de que o Brasil vem perseguindo um ajuste conjuntural-estrutural da Conta-Corrente do Balanço de Pagamentos, onde os requerimentos de exportação de “*food grains*”, “*feed-grains*”, carnes, produtos de origem florestal, agrocombustíveis e produtos de origem mineral passaram a ser imprescindíveis para compensar o desequilíbrio estrutural da “Conta Serviços” e do comércio internacional de bens industrializados de maior intensidade tecnológica. Por outro lado, esta prioridade dada ao setor primário coloca o país em uma dependência de importação de produtos com maior intensidade tecnológica. Como apontam Carvalho e Silva (2005), apoiar-se na agricultura como principal fonte de divisas coloca o país numa situação de vulnerabilidade, já que a demanda mundial por produtos agrícolas é decrescente, a variabilidade dos preços e quantidades de comércio agrícola é bem maior do que a

<sup>18</sup> Departamento 1, na linguagem econômica compreende a indústria de bens duráveis, a indústria pesada, que seria uma fase avançada da industrialização do país, pois necessita de bases suficientemente sólidas para sua instalação.

dos produtos industrializados, e as relações de troca das exportações agrícolas têm declinado nos últimos 30 anos.

Se a predominância do agronegócio nos êxitos da economia nacional dos últimos anos aciona vocações agrícolas que frequentavam os debates no início do século passado, é ponto pacífico que são grandes empresas, grande parte de transnacionais, que estão na dianteira desse processo. E, é importante lembrar, agora afastando o ponto de vista mais econômico, que seu crescimento é “acompanhado por um forte processo de concentração (do crédito, da terra, do espaço etc.), além de uma brutal ocupação de áreas de preservação e/ou de comunidades nativas (pequenos produtores, índios, extrativistas etc.) com a expansão das monoculturas” (LEITE e AVILA, 2007, p. 798-799).

Entretanto, muitas vezes um conjunto complexo de atores sociais, muitos dos quais de base familiar, leva a cabo o que se atribui à cota do agronegócio. Isso significa dizer que o agronegócio é heterogêneo, e quiçá muitos dos seus louros são obtidos a custas de outros setores, como os agricultores familiares e assentados rurais. Ou seja, internamente ao agronegócio, seja em formas de integração ou em outros esquemas de dependência mútua, ou a partir de fora, uma complexidade de formas sociais competem. Dessa forma, quando nos referimos à noção de agronegócio procuramos indicar algo diferente do que o pretendido com as noções de agroindústria ou setor agroindustrial:

O agronegócio brasileiro é, para nós, um bloco econômico e de poder bastante amplo e internacionalizado, ligado às atividades agrícolas e agrárias domésticas, e que inclui empresários capitalistas, latifundiários e setores industriais e financeiros nacionais e estrangeiros (DELGADO, 2008, p. 02).

A noção de agronegócio tem uma presença política e simbólica muito importante. É uma noção amplamente aceita nas mais diversas camadas sociais, não apenas por ser responsabilizada por êxitos na economia nacional, mas também por outros motivos, dentre os quais o mais importante talvez seja o de afastar em alguma medida, das mentes e corações, o monstro que se associa ao latifúndio. A maçã e seus produtores não são os maiores expoentes do agronegócio, como acontece no caso da soja e dos sojicultores, por exemplo. Contudo, antes de procurar vislumbrar a identificação do setor macieiro com o agronegócio, na próxima seção tratar-se-á de buscar compreender a formação dos blocos que compõem o setor macieiro e os que com ele competem.

## **2.2 Do setor macieiro ao agronegócio da maçã em Santa Catarina?**

A maçã é o principal produto agrícola nos municípios de São Joaquim e Fraiburgo, desde a formação de um Complexo Agroindustrial no Setor Macieiro em Santa Catarina nos anos 1970 (SCHMIDT, 1990). A macieira foi selecionada entre outras frutíferas de clima temperado que estavam em teste para as regiões de Fraiburgo e São Joaquim, como o pessegueiro e a ameixeira, por exemplo. Para a implantação dos pomares de maçã tratava-se de construir condições que permitissem superar as dificuldades de clima e de solo. No que tange ao clima, a macieira exige mais frio do que o encontrado geralmente em Santa Catarina. Os solos especialmente na região de São Joaquim são rasos, o que dificulta o cultivo de plantas com raízes profundas como a

macieira<sup>19</sup>. Na figura 02, como ilustração, as recomendação da pesquisa agropecuária, para os municípios e regiões que necessitam induzir artificialmente a brotação, exceto para os municípios da região de São Joaquim, onde o frio é suficiente para estimular a brotação.

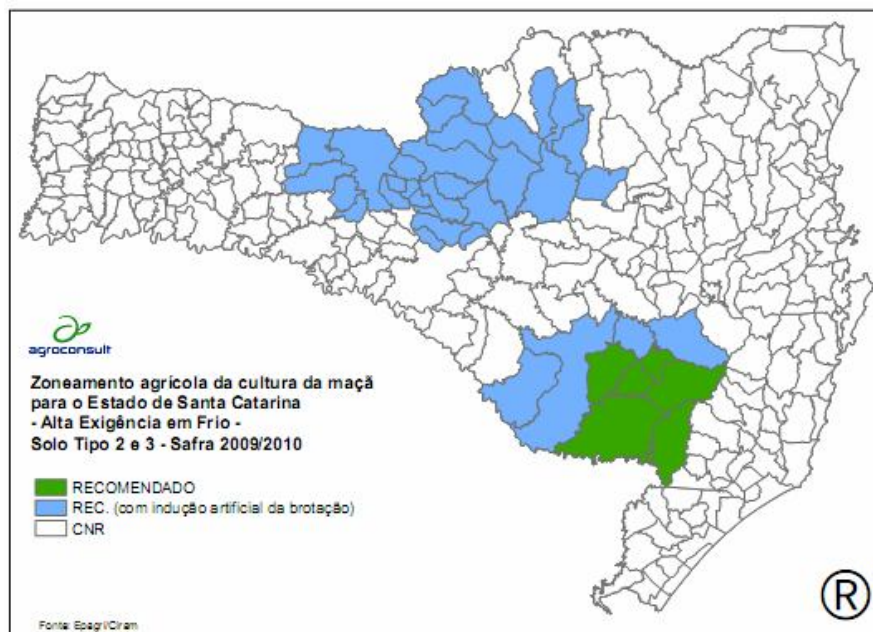


FIGURA 02: Recomendação para o cultivo de macieira de acordo com a temperatura  
Fonte: Epagri/Ciram.

Tratava-se também de implementar outras mudanças, como o desenvolvimento de variedades adaptadas, o uso de fertilizantes químicos solúveis, agrotóxicos e mecanização. Para completar, se fizeram necessárias também intervenções em nível de organização da comercialização e de estruturas de pós-colheita, principalmente no que se refere ao armazenamento e transporte. No caso específico de São Joaquim, onde o crédito rural foi basicamente o incentivo financeiro que estimulou e financiou a implantação dos pomares, houve necessidade de organização dos agricultores. Estes em geral diferiam do caso de Fraiburgo, onde se tratava de empresários, que implantaram os pomares via incentivos fiscais (SCHMIDT, 1990).

O caso de Fraiburgo é particularmente importante para a formação do Setor Macieiro em Santa Catarina, devido à formação da Sociedade Agrícola Fraiburgo – SAFRA. A SAFRA foi uma associação da família Frey de Fraiburgo com as famílias de franco-argelinos Evrard e Mahler. Essa associação é fruto de uma rede de contatos, mobilizada por esses empreendedores que tinham interesse em produzir maçã. Não temos dados suficientes para identificar com precisão os contatos fortes e fracos dessa rede, mas podemos perceber como o setor macieiro é formado por redes sociais ao estilo do que sugere Granovetter (1973; 1983; 2007).

Os irmãos René e Arnaldo Frey, migrantes oriundos da Alsácia, eram associados na René Frey & Irmão S/A. Desde o início dos anos 1930 os Frey se deslocaram à região para instalar serraria e extrair madeira. De 1920 em diante, logo após o fim da chamada Guerra do Contestado, a região de Fraiburgo começou a ser colonizada. Nesse período, a exploração de madeira constituiu a principal fonte de fortalecimento de elites locais, de enriquecimento econômico e de atração de (i)migrantes (KLANOVICZ & NODARI, 2005).

<sup>19</sup> Solo na linguagem agrônômica é a camada mais externa da superfície terrestre, que recobre as rochas. É produto do intemperismo do material de origem (rochas, restos de animais e vegetais), composto de minerais, húmus, gases e água.

Conforme relato dos autores, já em fins de 1930 a atividade de extração de madeira se acelera, ao passo que aumenta o desenvolvimento da agricultura e a chegada de imigrantes descendentes de italianos e alemães através da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. Desse modo, “as atividades de extração de madeira entre as décadas de 1930 a 1950 contribuíram para a transformação da paisagem que era coberta anteriormente por uma floresta heterogênea” (KLANOVICZ & NODARI, 2005, p. 34). Ao passo que a estrutura do povoado foi sendo formada com açougue, armazém, escola, moinho, cantina de vinho etc, e casas, caminhos e comércio em torno da René Frey & Irmão S/A.

Nos anos 1950, com a diminuição das florestas, a exploração da madeira tende a diminuir em importância econômica (KLANOVICZ & NODARI, 2005; PEREIRA *et al*, 2006). Esse fato levou os Frey a procurar alternativas, conhecendo os Evrard (KLANOVICZ & NODARI, 2005; PEREIRA *et al*, 2006; BRANDT, 2005). Os Evrard possuíam uma vinícola com 1200 hectares e cultivos de outras frutíferas na Argélia, quando esta era colônia francesa (SCHMIDT, 1990). A descolonização pós-2ª guerra mundial e a guerra civil da Argélia nos anos 1950 e 1960 motivou os Evrard a deixar o país em busca de outros lugares (REIS, 2000 *apud* BRANDT, 2005). Além de Albert Mahler, era sócio dos Evrard um grupo suíço chamado Shenk. O grupo Shenk atuava no Brasil comprando uvas e fazendo vinho, o que motivou Henri Evrard a conhecer o país (EVRARD, 2003 *apud* BRANDT, 2005). Em depoimento à Brandt (2005), Paul Evrard, filho de Henri Evrard, atesta a situação de concretização da sociedade:

[...] quando o pai [Henri Evrard] veio ao Rio [de Janeiro] tinha um administrador dessa sociedade Shenk que conhecia Fraiburgo e conhecia seu René [Frey], foi vamos dizer [*que esse foi*] o primeiro passo que trouxe meu pai a vir a Fraiburgo [...] (EVRARD, 2004 *apud* BRANDT, 2005, p. 29).

O administrador do grupo Shenk parece ser a ponte, nos moldes a que se refere Granovetter (1973; 1983), que vincula os Frey aos Evrard quando estes decidiram se dirigir ao Brasil. De acordo com Klanovicz e Nodari (2005), com o contato entre os Frey e o grupo Evrard-Mahler, em 1961 foi implantado um viveiro de mudas de macieira e outras frutas em Fraiburgo. Serviu de estímulo a essa iniciativa o cultivo de macieira que já existia na região, como declara Henri Evrard em depoimento a Brandt (2005):

Era só madeira, mas sabe que me deu vontade plantar maçã também. Que visitando os colonos [...] na região, cada colono tinha um pé de maçã, um pé de maçã de 30, 40 anos bem velho, produzindo uma maçã vagabunda, uma maçã comum, mas a folha tava boa, o pé tava desenvolvendo [...] os colonos tem maçã, porque a gente não vai plantar maçã? (EVRARD, 2003 *apud* BRANDT, 2005, p. 29-30).

É dessa parceria que resultou a criação da SAFRA em 1962. Henri Evrard foi responsável pelo plantio das primeiras mudas em Fraiburgo, trazidas da França. Em 1963 assume a direção técnica da SAFRA o agrônomo franco-argelino Roger M. G. Biau, especialista em fruticultura de clima temperado, que havia trabalhado com os Evrard na Argélia. Foram vários anos de experimentação, com mudas fornecidas pelo viveirista francês George Delbard. Delbard também visitou Santa Catarina, a pedido do Governo do Estado. Aqui vemos como uma potencialidade que havia na região, a produção de maçãs, foi impulsionado pelo contato entre os Frey e os Evrard-Mahler, que trouxeram para Santa Catarina atores como o agrônomo franco-argelino e o viveirista francês. Essas experiências foram importantes para as intervenções governamentais na produção de maçã, já que demonstraram a viabilidade técnica dessa produção em Santa Catarina (KLANOVICZ & NODARI, 2005; PEREIRA *et al*, 2006; BRANDT, 2005; SCHMIDT, 1990).

Desse modo, estavam colocadas duas situações que impulsionaram o setor madeireiro em Santa Catarina: a queda na exploração madeireira e a demonstração da viabilidade técnica da produção de maçã<sup>20</sup>. Mas, como veremos adiante, para o apoio do Estado foi crucial a presença de outro contato dos Frey na Secretaria da Agricultura de Santa Catarina: Luis Gabriel, ligado ao Grupo Perdigão de Videira. Além disso, a substituição da maçã importada foi outro fator de forte influência, no quadro das substituições de importações que se buscava no Brasil à época. A produção que havia sido estimulada desde os anos 1960 não dava conta de suprir a demanda, que impingia a necessidade de um volume de importação muito maior do que o produzido no país (Quadros 1 e 2).

Quadro 01: Importação de maçãs pelo Brasil (1960 – 1969)

| País      | Quantidade/ano (toneladas) |        |        |        |        |        |        |        |         |         |
|-----------|----------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|---------|
|           | 1960                       | 1961   | 1962   | 1963   | 1964   | 1965   | 1966   | 1967   | 1968    | 1969    |
| Argentina | 36.424                     | 43.232 | 50.153 | 64.194 | 38.477 | 59.579 | 54.629 | 85.507 | 108.222 | 105.074 |
| Canadá    | -                          | -      | -      | -      | -      | -      | 799    | 599    | -       | -       |
| Chile     | -                          | -      | -      | -      | -      | -      | -      | -      | 394     | 550     |
| E.U.A     | -                          | -      | -      | -      | -      | -      | 939    | 1.832  | 131     | 35      |
| França    | -                          | -      | -      | -      | -      | -      | -      | 38     | 4.947   | 7.978   |
| Grécia    | -                          | -      | -      | -      | -      | 4      | 44     | 22     | 178     | 241     |
| Uruguai   | -                          | -      | -      | -      | -      | -      | -      | 236    | -       | -       |

Fonte: Centro de Informações Econômico Fiscais do Ministério da Fazenda. Adaptado de Sezerino (1982, p.89 *apud* BRANDT, 2005, p. 30).

Quadro 02: Produção Brasileira de Maçã (1960- 1969)

| Anos | Maçãs (toneladas) |
|------|-------------------|
| 1960 | 9.513             |
| 1961 | 9.981             |
| 1962 | 11.300            |
| 1963 | 11.620            |
| 1964 | 10.578            |
| 1965 | 11.987            |
| 1966 | 11.779            |
| 1967 | 12.392            |
| 1968 | 13.035            |
| 1969 | 14.432            |

Fonte: ETEA – Min. Da Agricultura e IBGE. Adaptado de Sezerino (1982, p.85 *apud* BRANDT, 2005, p. 30).

Outro fator de estímulo foram os incentivos fiscais. A Lei 5.106 de 1966 permitia que até 50% do imposto de renda da pessoa jurídica fosse aplicado em reflorestamentos e florestamentos. Esses (re)florestamentos eram realizados com *pinus*, mas como a Lei previa a inclusão de frutíferas, logo foi possível realizá-los também com macieira (PEREIRA *et al*, 2006). Segundo os autores, os incentivos fiscais foram mais importantes do que os de outros programas que viriam logo depois. Os Frey criaram então a Reflorestamento Fraiburgo, em 1967, e a Renar Agropastoril, para aproveitar os recursos dessa lei em reflorestamentos e em pomares. Logo depois, em 1971, criam a Frutícola Fraiburgo, para comercializar sua maçã e mudas da frutífera com Delbard (PEREIRA *et al*, 2006). Como argumenta Schmidt (1990), a comercialização de

<sup>20</sup> Vale assinalar que na região de São Joaquim a exploração de madeira também estava em decadência, como demonstrou Floriani (2007).

mudas é um mercado importante que foi explorado pelo grupo SAFRA. Isso era possível devido às associações dos empresários locais com a experiência do viveirista francês.

As primeiras iniciativas de pesquisas institucionalizadas que proporcionaram o desenvolvimento de tecnologia para os pomares de maçã são encontradas na ação conjunta do antigo Instituto de Pesquisa e Experimentação Agrícola – IPEAS combinada com o Programa de Fruticultura de Clima Temperado - PROFIT<sup>21</sup>. A partir desse primeiro contato é elaborado um projeto de pesquisas aplicadas entre a Secretaria de Agricultura de Santa Catarina e o IPEAS. Prevvia-se, nesse projeto, a maior concentração das atividades no eixo Videira-Fraiburgo e no município de São Joaquim. Constavam dos órgãos participantes, além das várias instituições governamentais, como “particulares”: a Cooperativa do Núcleo Colonial Celso Ramos, o Reflorestamento Fraiburgo, Rogério Campos e a Sociedade Agrícola Fraiburgo - SAFRA (SCHMIDT, 1990).

Como mostra Schmidt (1990), Rogério Campos foi o primeiro produtor a implantar pomar em São Joaquim, também com incentivos fiscais. Antes dele havia plantações com variedades antigas. Além dele, é importante notar a participação da Reflorestamento Fraiburgo e da SAFRA já nessa primeira iniciativa de pesquisa.

Cabe notar que anteriormente ao PROFIT foi editado em Santa Catarina o Plano Estadual de Desenvolvimento da Fruticultura – PEDF, destinado a fruticultura em geral, passando a ganhar destaque a maçã somente adiante, já com o início do PROFIT. O PEDF foi fruto da nomeação de Luis Gabriel, ligado ao grupo agroindustrial Perdigão em meados dos anos de 1960, quando vigorava no Brasil o regime militar. O Grupo Perdigão teve sua origem no município de Videira, vizinho de Fraiburgo. Gabriel era ligado também ao grupo SAFRA (SCHMIDT, 1990; KLANOVICZ, 2007). O contato da SAFRA com Gabriel foi importante para a inclusão em 1969 da macieira na Lei 5.106 de 1966 (BRANDT, 2005), pois Gabriel mantinha relações próximas com o governo militar e isso possibilitou a inclusão da maçã na lei mencionada acima (SCHMIDT, 1990).

A cidade de São Joaquim, identificada pelo PROFIT seguramente por conta do clima frio superior ao de Fraiburgo, como local adequado para produção de frutas européias, é contemplada pela Unidade de Pesquisa Aplicada em Fruticultura, instalada numa gleba de terra cedida por meio da Lei Municipal nº 661, de 10 de fevereiro de 1969. Esta viria a se tornar a Estação Experimental de São Joaquim, integrada à EMPASC em 1975, atualmente EPAGRI – Empresa de Pesquisa e Extensão Agropecuária de Santa Catarina S.A (SCHMIDT, 1990).

Em março de 1971 chegava a Santa Catarina o primeiro pesquisador – Kenshi Ushirosawa – através de acordo de cooperação técnica entre Brasil e Japão, enviado pela *Japan International Cooperation Agency (JICA)*. Os acordos com a JICA proporcionaram a vinda de outros pesquisadores japoneses ao Brasil, bem como a ida de brasileiros ao Japão. Na seqüência, esteve no sul do país um pesquisador da universidade norte americana *Rutgers University* de New Jersey, Frederic Hough (SCHMIDT, 1990; KLANOVICZ, 2007).

Vale notar o grande empenho em criar condições tecnológicas para a produção de maçã em Santa Catarina. Tanto que Klanovicz (2007, p. 68) chama de “‘espetáculo técnico’ a paisagem da pomicultura no sul do Brasil resultante da modernização do padrão tecnológico dos anos do pós-2ª guerra”. Nesse contexto destacam-se os empenhos dos Frey. Willy Frey foi autorizado pela Secretaria de Agricultura em 1977 a empreender convênio com pesquisadores alemães. Além

<sup>21</sup> O Programa de Fruticultura de Clima Temperado – PROFIT foi criado através da Lei nº4.263, de 31 de dezembro de 1968 vinculado à Secretaria de Agricultura. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, p. 3, 31 dez. 1968. (SCHMIDT, 1990).

disso, os mesmos cederam terras e técnicos para a Empresa Catarinense de Pesquisa – EMPASC (SCHMIDT, 1990). No pronunciamento abaixo, Willy Frey apresenta suas opiniões, no Encontro de Fruticultura de 1978, sobre o desenvolvimento da fruticultura de clima temperado em Santa Catarina. O conteúdo aponta para um envolvimento significativo desse empresário nos rumos da pesquisa pública em Santa Catarina:

[...] a pesquisa não tem conseguido atender as necessidades expostas pelo desenvolvimento acentuado da fruticultura de clima temperado em Santa Catarina e mesmo o convênio com o Japão tem sido prejudicado por não haver condições de colocar, permanentemente, técnicos brasileiros acompanhando o trabalho dos colegas estrangeiros, que tem seu prazo de permanência no país pré-estabelecido (SOUZA, s.d. apud SCHMIDT, 1990).

Willy Frey e seu pai René Frey parecem ser figuras-chave na formação do setor macieiro, tal como Insull no caso da Indústria de Energia nos Estados Unidos (GRANOVETTER, 1992). Isso porque suas ações foram decisivas tanto na relação com os estrangeiros (argelinos, franceses, alemães e suíços) quanto com o Estado, principalmente com Luís Gabriel. Sobre as relações desse último com os Frey no período de formação do setor, uma boa ilustração é seu depoimento dado a Schmidt (1990):

Eu me dava muito bem com o [René] Frey. Tinha contatos seguidamente com ele. (...) Ele teve um papel muito importante [na minha motivação] porque ele nos oferecia dados ainda que economicamente não podia dizer nada (...) eles que tinham o entusiasmo. (Luís Gabriel, entrevista direta concedida a SCHMIDT, 1990)<sup>22</sup>.

Dos grupos sociais que tem essas pessoas (Gabriel, família Frey, franco-argelinos, etc.) na base surgiram os maiores blocos de empresas que produzem, processam, compram e vendem maçã em Santa Catarina. O maior deles, grupo Fischer, começou no início do século XX com a produção de suco de laranja e entrou para o setor macieiro primeiro em parceria com os Frey para aproveitar os incentivos fiscais e depois adquirindo o segmento do grupo Perdigão que atuava no setor. Segundo Schmidt (1990), a Reflorestamento Fraiburgo administrava 50 ha de pomar, implantado com incentivo fiscal pelo Grupo Fischer no início da década de 1970. Ainda segundo o autor, o grupo adquiriu 800 ha do Grupo Perdigão em 1985 e 550 ha da Reflorestamento Monte Carlo S/A (Grupo Imaribo), todos implantados com incentivos fiscais. O grupo totalizou nessa época, com a expansão de área plantada, 1566 ha. De lá para cá é possível estimar que o grupo Fischer dobrou sua área de produção.

Outros dois grandes blocos são a Renar Maçãs e a Agrícola Fraiburgo. Segundo Schmidt (1990), a primeira foi a grande beneficiada pelos incentivos fiscais angariados pela Reflorestamento Fraiburgo, que posteriormente foi incorporada por ela. Segundo o autor, em 1977 a Renar foi dividida entre os herdeiros de René e Arnoldo Frey. Os do primeiro ficaram com as atividades ligadas a maçã, totalizando, no final da década de 1980, 1192 ha de pomares (é possível estimar que tenha praticamente dobrado essa área) e, os do segundo, com as ligadas a madeira e imobiliária, além de um pomar de cerca de 100 ha. A Agrícola Fraiburgo foi formada pelos franco-argelinos após o fim da SAFRA em 1975 (BRANDT, 2005). Sobre esta última empresa não temos dados sobre as áreas de que dispõem, mas além de possuir pomares em Fraiburgo, também está localizada nos municípios de Videira, São Joaquim e Vacaria.

<sup>22</sup> Para um maior detalhamento das redes de relações nas quais estavam envolvidos estes atores, ver a dissertação de Schmidt (1990).

O controle desses blocos de empresas não é mais essencialmente familiar, como nas primeiras décadas da formação. Tal como outros blocos do agronegócio, são controladas por grupos que estão em diferentes setores de capital (industrial, financeiro, agrário) e de atividades (ver exemplo da Fischer). Essas empresas concentram grande parte da produção e apresentam um alto grau de integração vertical (SIMIONI e PEREIRA, s/d)<sup>23</sup>. O caso dos pequenos produtores e das cooperativas, que se encontram na sua maioria em São Joaquim, abordaremos na próxima seção.

### 2.3 São Joaquim: cooperativas, pequenos produtores e as dinâmicas recentes

Se um viajante ao passar pelo oeste catarinense facilmente reconhece os reflexos da moderna agricultura nas instalações de suínos e aves, nas regiões de Fraiburgo e São Joaquim os pomares também revelam esses reflexos<sup>24</sup>. Um viajante cuidadoso logo perceberá que existem algumas peculiaridades na moderna produção de maçã. Poderá perceber que enquanto em Fraiburgo as grandes plantações, o movimento de trabalhadores, de caminhões, estruturas de armazenagem, de processamento e distribuição estão situados em uma dimensão que deixa poucas dúvidas quanto ao seu caráter de agronegócio, em São Joaquim não é possível classificar indistintamente sob o guarda-chuva do mesmo. Tampouco é possível, com certo cuidado, encontrar apenas japoneses às voltas com os pomares, com os *packing-houses*, as cooperativas, as associações e tudo o mais que diz respeito à maçã em São Joaquim, como pode deixar sensação a reportagem da Rede Globo. Uma gama variada de atores sociais compõe esse quadro no município.

Em São Joaquim encontram-se iniciativas de articulação de produtores em cooperativas, uma empresa de porte médio e também pequenos produtores que vendem suas produções as empresas de Fraiburgo (ou Vacaria) ou a intermediários. Uma cooperativa (Sanjo) e a empresa (Hiragami) são de propriedade de imigrantes e descendentes de imigrantes japoneses. É basicamente com esse público que as mesmas trabalham. Outra cooperativa, a Cooperserra, foi fundada por ocasião de incentivos de organização do PROFIT (SCHMIDT, 1990). Recentemente outro grupo de produtores criou a cooperativa Frutas de Ouro. As duas últimas são cooperativas nas quais os produtores, de variadas origens étnicas, possuem um contrato fixo de produção e possuem pomares com tamanho em torno de 5 ha. Segundo Simioni e Pereira (s/d), as cooperativas têm vantagens na tributação, em relação às empresas, mas enfrentam a mesma necessidade de capital circulante para as operações de colheita e armazenagem em câmaras frias. Assim, apresentam “a mesma dificuldade das demais empresas, além do agravante de serem de menor porte, integrando pequenos produtores geograficamente dispersos” (SIMIONI e PEREIRA, s/d, p. 12).

Os produtores que não estão nessas cooperativas podem vender para intermediários de empresas de outros municípios. As empresas são a Renar Maçãs e a Agrícola Fraiburgo, que negociam com base em contratos anuais, a produção consignada. Nesse caso, o produtor sabe de

<sup>23</sup> SIMIONI, F. J; PEREIRA, L. B. Cadeia agroindustrial da maçã: uma análise da estrutura de governança sob a ótica da economia dos custos de transação. S/D. Disponível em [www.sober.org.br/palestra/12/04023.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/12/04023.pdf) Acessado em 06/01/2010.

<sup>24</sup> As minúcias dos reflexos da moderna agricultura na paisagem e da sua interação com as sociedades de Fraiburgo, São Joaquim e Vacaria são trabalhadas por Klanovicz & Nodari, 2005 e Klanovicz, 2007.

antemão os preços de acordo com a categoria da fruta, descontados os custos de processamento, armazenagem, transporte e administração da venda. Já com as empresas Fischer e Schio (Vacaria), o preço é definido posteriormente à realização da venda pelas empresas, que também processam, armazenam, transportam e administram a venda.

A comercialização é apresentada como o principal problema dos pequenos produtores pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, por estes terem apenas duas possibilidades, onde os compradores estabelecem os preços:

[...] venda aos beneficiadores, situação em que a remuneração da produção fica condicionada à classificação no *packing house* do comprador; ou aos intermediários, que compram a fruta não classificada e as revendem, inclusive para os beneficiadores. Via de regra, tanto as agroindústrias quanto os intermediários estabelecem os preços, porque sabem da deficiência de armazenagem e da dificuldade do pomicultor para vender sua produção (BRDE, 2005, p. 20).

Não temos dados concretos sobre o número total, mas é possível fazer uma estimativa do número de produtores que se encaixam nessas características. Dados da Associação dos Produtores de Maçã e Pêra de Santa Catarina – AMAP-SC informam que no município de São Joaquim há 1078 produtores. Segundo o Departamento de Programa e Orçamentos do BRDE:

No cadastro da Associação dos Produtores de Maçã e Pêra da Região de São Joaquim, constavam, em julho de 2004, 574 produtores associados do município de São Joaquim, sendo que 82,4% declararam ter área de pomar até 5 hectares, 13,4% entre 5 e 10 hectares, 4% entre 10 e 50 hectares e apenas 1 associado declarou área superior a 50 hectares (BRDE, 2005, p. 18).

Desse modo, se tomarmos como base para o conjunto dos 1078 produtores o percentual demonstrado nesse estudo, uma estimativa razoável é que destes, 60% a 80% estão na faixa de até 5 ha. Colocando em números, deve-se totalizar por volta de 650 a 860 produtores. Nesse grupo de pequenos produtores uma parte começou a produzir maçã desde o início da formação do setor macieiro, mas a grande maioria entrou na produção de maçã na década de 1990, com a facilitação do acesso ao crédito, com a criação da Cooperativa de Crédito Rural Credineve, atual Cresol São Joaquim<sup>25</sup>. Segundo informação de um dirigente dessa cooperativa, são cerca de 500 pequenos produtores que implantaram seus pomares com o apoio da Cresol. Esses pequenos produtores se localizam na sua maioria nas comunidades de Luizinho, Estância do Meio, Boava, São Sebastião da Vargem, Lomba e Despraiado. Essas comunidades têm na origem pessoas que desde o início do século XX encontravam trabalho nos sucessivos “ciclos econômicos” que a região conheceu (madeira e pecuária), nas áreas que, pela presença de floresta e relevo acidentado, não foram aproveitadas como pastagens nos domínios das grandes propriedades.

Com o fim do chamado “ciclo da madeira”, ocorrido entre os anos de 1940 a 1970, muitos moradores dessas comunidades que haviam trabalhado nas serrarias permaneceram no local. Até meados dos anos 1990, sua produção esteve baseada principalmente em culturas como batata, feijão e milho e na criação de animais (bovinos e suínos) direcionados para o consumo próprio e/ou para o comércio local e regional. Como notou Pereira (2004), diferentemente de outras comunidades da região, nessas os agricultores passaram a produzir maçã nos anos 1990 através de um processo organizativo. Hoje se produz maçã nessas comunidades, tendo os agricultores

<sup>25</sup> Esse processo será analisado com rigor no próximo capítulo.

possibilidade de acessar uma condição de vida diferente da que tinham antes, que era mais marginalizada em relação às possibilidades disponíveis a grupos sociais mais capitalizados.

O processo organizativo, iniciado com a criação da Credineve, no qual esses agricultores se envolveram, em diferentes intensidades, resultou na formação de outra cooperativa de produtores de maçã; a Cooperativa Ecológica dos Agricultores e Consumidores de São Joaquim e Região – ECONEVE. A Econeve surgiu em 2001 e é fruto da ação dos movimentos sociais, principalmente de um grupo vinculado a Igreja Católica<sup>26</sup>. Está fundada na proposta de produzir maçã sem o uso da tecnologia e dos demais preceitos oriundos da modernização da agricultura. Mas, além disso, pode ser considerada uma resposta às crescentes exigências por uma produção que não agrida o ambiente e a saúde humana, que passou a ganhar grande relevo nas estratégias dos atores sociais do setor macieiro desde a última metade dos anos 1980 (KLANOVICZ, 2007). Porém, sua formação dá-se fundamentalmente em tensão com a tendência dominante do setor macieiro em responder estas exigências, que se materializa na Produção Integrada de Maçã - PIM.

Para situar essa tendência dominante é importante levar em conta que o setor macieiro é influenciado por dinâmicas globais. A análise de Cadeia Global de Valor (GVC), que pode ser entendida como uma metodologia para estudar a governança econômica global, é útil para entendermos o desenrolar disso. As análises de GVC têm sublinhado o papel de companhias poderosas, chamadas de firmas líderes (*lead firms*) na governança econômica global. Para Gibbon *et al* (2008, p. 316 [tradução nossa]), a análise de GVC “concebe as firmas líderes como atores centrais em um sistema segmentado de governança econômica global”. Segundo os autores, uma forma de abordar a coordenação é tratá-la como normalização, que seria projetar o realinhamento de uma dada prática para que ela reflita ou materialize um *standard* ou norma. A abordagem analisa tanto o ambiente normativo imediato quanto amplas estruturas que influenciam as designações embutidas em produtos e serviços.

Tais contextos provêm vocabulários para descrições, e prescrições a respeito de, por um lado, quais ações os compradores devem tomar quando governam uma cadeia de valor e, por outro, quais qualidades específicas os vendedores devem visar e como eles devem garanti-las (GIBBON *et al* 2008, p. 324-325 [tradução nossa]).

Para o Brasil, na GVC da maçã, as normalizações em torno das exigências de qualidade ambiental tomaram um lugar importante nas últimas décadas. Um desfecho importante desse processo veio a ocorrer no início dos anos 2000, quando “compradores europeus convencionaram a não possibilidade de exportação de maçãs para a União Européia-EU, a partir de 2003, se produzidas em sistema convencional” (ANDRIGUETO e KOSOSKI, 2004). Com isso, são dois processos que ocorrem concomitantemente, com influências mútuas; o aumento das exportações de maçãs brasileiras e o ajuste às exigências ambientais.

No que tange à queda das importações e ao aumento das exportações de maçã, é na segunda metade da década de 1990 que se vê seu impulso. Como mostra Fioravanzo (2009, p. 57), até 1996 as quantidades vinham oscilando, quando então o Brasil atingiu o recorde de importação de maçã: 257.142 toneladas. Mas, é somente a partir de 1999 que as exportações brasileiras ganham expressão, chegando a atingir o recorde de 153.043 toneladas em 2004 (Figura 03). As estimativas do CEPA/Epagri, com base nos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC/Secex) são de que em 2007 e 2008

<sup>26</sup> A ação desse grupo e da Econeve são objetos dos próximos capítulos.

mantiveram-se em torno de 112,1 mil toneladas as quantidades exportadas de maçã, com 95% dos negócios realizados com países da União Européia. Esse número, próximo a 10% da produção nacional, segue para a Europa após cumprir as exigências determinadas quantos às características qualitativas dos produtos.

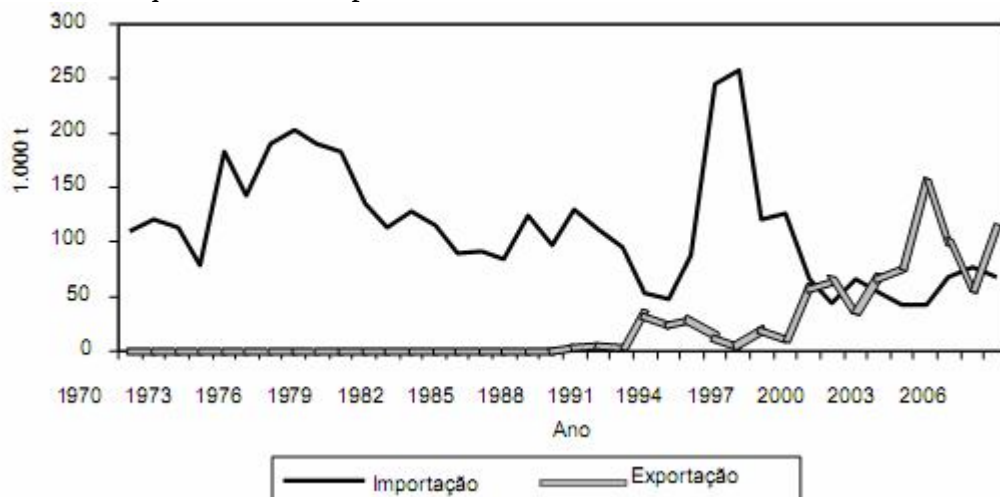


FIGURA 03 - Evolução da Importação e Exportação Brasileira de Maçã, Período 1970 a 2007.

Fonte: FAO (2008) e IBRAF (2008) *apud* Fioravanço (2009, p. 58)

As grandes empresas já capitaneavam ajustes de qualidade próprios, como é o caso da Fischer, especialmente em ligações com redes varejistas transnacionais<sup>27</sup>. Contudo, é com o desenvolvimento do programa de Produção Integrada de Frutas - PIF pelo Ministério da Agricultura – MAPA que essas normas vão se espalhar para o conjunto do setor. Isso pode ser verificado na afirmação de Andrigueto e Kososki (2004), de que é prioridade estratégica elevar os padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira nos mercados internacionais com base no sistema de produção integrada. Os dois são vinculados ao Programa de Desenvolvimento da Fruticultura - PROFRUTA e ao projeto de Avaliação da Conformidade da Produção Integrada de Frutas do MAPA.

Com isso, o sistema de produção integrada passa a figurar no centro da estratégia para alavancar a exportação de maçãs brasileiras, capitaneada pelo MAPA. Prova disso é que o sistema de produção integrada, enquanto parte do PROFRUTA, foi incluído no Plano Plurianual 2000/2003 como prioridade estratégica do MAPA. Visto de outro ângulo, é possível afirmar que em alguma medida as exigências de qualidade contidas no sistema integrado tendem a repercutir no setor como um todo. Pois, podemos perceber que quem exporta com o sistema integrado pertence aos mesmos grupos sociais daqueles que produzem no restante do setor, que é por muitos, chamado de sistema convencional. Desse modo, vamos analisar como está sendo construído o sistema de produção integrada e quem são os atores que o aderiram.

O sistema de produção integrada de maçã está envolto em uma ação mais ampla para modificar os sistemas de produção com vistas à exportação. Em 2002 foi lançado o Marco Legal que instituiu as diretrizes, normas e regulamentos para o sistema de Produção Integrada de Frutas (PIF), editado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e com

<sup>27</sup> Esta empresa possui uma série de certificados de qualidade, como: GO - Garantia de Origem Carrefour, Wal Mart, SGS McDonalds, BRC Global Standard – Food, GlobalGAP Fruit and Vegetables, SGF International E. V., TNC (Tesco Nature's Choice).

o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A produção de maçã foi a primeira a ter normas e selo específicos definidos. O texto inicial da Instrução Normativa Nº. 20, de 27 de setembro de 2001 posiciona o objetivo do sistema, que visa atender à demanda crescente por produtos que respeitem o ambiente, como se vê no trecho abaixo:

[...] a crescente demanda por alimentos de qualidade depende de sistemas produtivos seguros e não agressivos ao meio ambiente, e que a regulamentação desses sistemas assegure a identificação da origem do produto e a rastreabilidade dos processos adotados ao longo da cadeia produtiva das frutas (ANDRIGUETO, 2001).

Antes disso, em 1996 a Embrapa Uva e Vinho, de Bento Gonçalves, iniciou um processo de discussão de conceitos e normas com agentes privados e instituições públicas, com base no estabelecido desde a década de 1970 na Europa como Produção Integrada (PI). Os antecedentes da PI são os desenvolvimentos em torno do controle biológico, que têm impulso com a criação em 1956 da Organização Internacional para o Controle Biológico (OILB). Numa publicação de revisão histórica da organização os autores retratam o caráter da mesma, como se percebe nesse trecho:

A missão da OILB é promover o desenvolvimento do controle biológico e sua aplicação em programas de controle integrado, onde controle biológico significa o uso de organismos vivos ou seus produtos para prevenir ou reduzir perdas ou danos causados por organismos pragas (ou, em resumo, o uso de biota para controlar biota) (BOLLER et al. 2006).

Segundo Boller et al (2009) em 1976 numa reunião em Ovronnaz na Suíça, de um grupo de entomólogos vinculados a *West Palearctic Regional Section* (WPRS), seção da OILB, se originou o conceito de produção integrada: “O elemento chave das conclusões deles foi a necessidade de abandonar a visão isolada da proteção vegetal e tomar lugar no contexto do todo das operações agrícolas” (BOLLER et al, 2009). No mesmo ano o conselho da WPRS reuniu-se, mas segundo Boller *et al.* (idem), aparentemente não estava completamente ciente da mudança de “*Integrated Control*” para “*Integrated Production*” discutida em Ovronnaz. Assim, o conselho decidiu pelo estabelecimento *ad hoc* da Comissão “*Integrated Pest Control Guidelines*”. O presidente mudou o nome da comissão para “*Valorisation qualitative de la production intégrée*”. E em 1978 o conselho estabeleceu um “*Comité international*” que organizou regras e qualificou duas associações de agricultores, uma suíça (*GALTI*) e uma francesa (*COVAPI*), para o uso de rótulos da OILB “em uma base experimental” (BOLLER *et al*, 2009). Segundo os autores, um novo momento conceitual é inaugurado somente em 1992 com o a definição do conceito de Produção Integrada pela OILB, junto com a WPRS e outros atores. Abaixo segue o resumo dessa definição, sugerido por Boller et al. (2009).

---

### IOBC Definition of Integrated Production (Integrated Farming) Short Version

Integrated Production (Integrated Farming) is a farming system that produces high quality food and other products by using natural resources and regulating mechanisms to replace polluting inputs and to secure sustainable farming.

*Emphasis is placed  
on a holistic systems approach involving the entire farm as the basic unit,  
on the central role of agro-ecosystems,  
on balanced nutrient cycles, and  
on the welfare of all species in animal husbandry.*

*The preservation and improvement of soil fertility and of a diversified environment are essential components. Biological, technical and chemical methods are balanced carefully taking into account the protection of the environment, profitability and social requirements.*

FIGURA 04: Resumo da definição de Produção Integrada.

Fonte: Boller et al. (2009).

No Brasil, há pesquisadores participando da Seção Regional do Neotrópico (NTRS), formada durante a 2ª Mesa Redonda para o Controle Biológico, em 1989, na província de Tucumán, Argentina. Entretanto, é com as discussões iniciadas pela Embrapa Uva e Vinho em 1996 que toma corpo a Produção Integrada (PI). Segundo a pesquisadora Rosa Sanhueza,<sup>28</sup> no início de 1998 a Embrapa Uva e Vinho, EPAGRI, UFRGS, Instituto Biológico de São Paulo e ABPM, definiram cinco áreas localizadas nos três municípios mais importantes de produção da fruta (Vacaria/ RS, Fraiburgo/ SC e São Joaquim/ SC), em que são encontradas as cultivares Gala e Fuji, para iniciar a comparação do Sistema Integrado e o Convencional de produção de maçãs. Em cada local, áreas de 3,4 a 6,4 ha foram implantadas para cada variedade e sistema de produção, totalizando 100 ha de área sob avaliação.

A partir do lançamento do Marco Legal, o Inmetro passou a acreditar Organismos de Avaliação da Conformidade (OAC), instituições que ao atenderem os requisitos se tornam responsáveis pela fiscalização dos produtores e empacotadores. Ou seja, estão previstos na PIF a fiscalização das operações de produção nos pomares e nos *packing houses*. As diretrizes específicas para a Produção Integrada de Maçã - PIM definem os ajustes que devem ser feitos nas operações de produção. Foi publicado um caderno de campo para os produtores e um caderno de pós-colheita para os empacotadores, onde deve ser registrada a execução das operações. A cada safra é disponibilizada uma grade de agroquímicos permitidos para uso, atualizada periodicamente. Agroquímicos incluem inseticidas, acaricidas, fungicidas, herbicidas e fertilizantes. A adequação a esses procedimentos permite a emissão de um selo com a marca PIM, onde a fruta pode ser rastreada seguindo a numeração impressa.

Os dados disponíveis sobre a implementação da PIM aparentemente não são muito consolidados. De acordo com Ribeiro (2005), com base no Anuário da Fruticultura Brasileira de 2004, havia nesse ano 211 produtores, produzindo em 13.196 ha, 461.860 toneladas. Segundo o Anuário de 2008, “na região Sul, no polo de produção de maçã, aproximadamente 60% da área cultivada adota o sistema”. E segundo Andrigueto e Kososki (2004), “os Indicadores parciais de

---

<sup>28</sup> História da Produção Integrada de Frutas no Brasil. Rosa Maria Valdebenito Sanhueza. <http://www.cnpv.embrapa.br/publica/artigos/historia.html> Acesso em 09/04/2009

racionalização do uso de Agrotóxicos 2003 para a PIM são de 40% em inseticidas, 15% em fungicidas, 67% em acaricidas e 67% em herbicidas”.

Em São Joaquim são principalmente os imigrantes e descendentes de imigrantes japoneses que aderiram a PIM. Oficialmente estão cadastrados na página do Inmetro 20 produtores. Os dados quanto à área e quantidade de produção indicam para uma média de 10 ha e 400 toneladas por produtor, exceto para o caso de Fumio Hiragami, que de acordo com os dados do Inmetro, produz em 193,33 ha as 6051 toneladas processadas em sua própria empresa. São três as empacotadoras de São Joaquim que aderiram a PIM, cadastradas na página do Inmetro: Sanjo, Cooperserra, e Hiragami. A Sanjo tem cadastrado 28000 toneladas de maçã, das quais 27500 destinadas à exportação. A Cooperserra tem cadastrado 1664 toneladas, das quais 1464 para o mercado interno. E a Hiragami tem cadastrado 5640 toneladas, com o destino especificado para os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais. Com esses dados, se percebe que está cadastrado o dobro de toneladas de maçã nos cadastros das empacotadoras, em relação ao que está nos cadastros dos produtores. Há certa incongruência de informações, mas é importante perceber a indicação de que a grande maioria da produção cadastrada na PIM está direcionada para exportação, confirmando o argumento levantado nessa seção.

Além dessas dinâmicas que envolvem a GVC da maçã, aonde vimos que prepondera a produção integrada, mas que também toma lugar a produção agroecológica (como veremos nos próximos capítulos), o setor também está em relação com processos de incentivo ao turismo e a produção de vinhos finos na região. Isso parece estar conduzindo a um processo de construção social e simbólica de um pólo regional, sob o título de Serra Catarinense<sup>29</sup>. Sobre esse processo é importante acrescentar algumas informações, mais como ilustração do contexto no qual estão inseridos os atores que são objetos de nossa pesquisa.

O termo Serra Catarinense não tem uma origem precisa, mas tem ganhado relevo nos últimos anos, notoriamente em um processo de incentivo ao turismo. Nesta perspectiva, têm sido incrementadas certas práticas sociais locais tais como a culinária, a dança, a música e os *causos* que remontam às tradições do povo serrano. O objetivo é integrá-las à natureza, tida como exuberante, seja pelas formações geológicas, a presença da Araucária e, sobretudo, o frio. Este último é associado ao clima europeu desde longa data, numa modalidade de vinculação estratégica, visando a valorização da região, o que agora adquire ainda mais vigor com o cultivo de parreirais e a produção de vinhos finos. No município de São Joaquim, por exemplo, vem se cunhando a expressão “*terroir* joaquinense”, dadas as condições propícias ao cultivo de vinhos nobres, numa clara alusão à França, referência internacional nesta linha de produção.

Esse processo está dando lugar a alguns empreendimentos de grande monta como vinícolas, hotéis fazenda, restaurantes e uma rodovia (BJS-050) que a liga à Serra Gaúcha – que serve, em boa medida, de inspiração à Serra Catarinense. Alguns desses empreendimentos são frutos do investimento de empresários oriundos do litoral catarinense, da própria Serra Gaúcha e de Portugal. Outros são movidos por empresários da região, com destaque para os organizados pelo Sebrae no Arranjo Produtivo Local – APL do Turismo da Serra Catarinense e no Serra

---

<sup>29</sup> Serra Catarinense é com frequência também referida ao que atualmente é a SDR de Lages. Ao longo da história a região também é conhecida como Planalto Catarinense, Planalto Serrano, Região Serrana, Planalto Sul de Santa Catarina e Campos de Lages. As duas SDRs Englobam os municípios que congregam a Associação dos Municípios da Região Serrana – Amures: Celso Ramos, Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, São José do Cerrito, Lages, Ponte Alta do Norte, Palmeira, Otacílio Costa, Correia Pinto, Bocaina do Sul, Bom Retiro, Urubici, Rio Rufino, Paineira, Urupema, São Joaquim e Bom Jardim da Serra.

Catarinense *Convention & Visitors Bureau*<sup>30</sup>. Há ainda os empreendimentos estimulados por políticas públicas, como é o caso do projeto Acorde São Joaquim e Região e da própria rodovia BJS-050<sup>31</sup>. A construção desta rodovia, além de facilitar o deslocamento de turistas, criando uma rota rápida e segura entre a Serra Gaúcha e a Serra Catarinense, tem contribuído para reforçar, no plano simbólico, a associação entre os dois espaços geográficos – o primeiro já consagrado como “região turística” e o segundo aspirando a tal caracterização.

O processo lança raízes na formação histórica e social de São Joaquim e região. Os primeiros registros oficiais de ocupação da região se reportam às “Vacarias”, quando no início do século XVIII resolveu-se abrir o “Caminho do Sul” para transportar charque às áreas de mineração no centro do Brasil, ligando essa parte do Brasil aos Campos Gerais de Curitiba<sup>32</sup>. Em um dos pontos do caminho foi criada a Vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lages por Antonio Correia Pinto de Macedo em 1771<sup>33</sup>. Ao longo do trecho foram se estabelecendo as grandes fazendas de criação de gado que deram origem às primeiras povoações, por famílias de imigrantes espanhóis e portugueses, vindos dos campos gerais do Paraná e do Planalto Gaúcho, que recebiam as terras do governo imperial.

Essa situação foi consolidada com a Lei de Terras de 1850 e a região ficou conhecida como “Campos de Lages”<sup>34</sup>. Segundo Floriani (2007), a floresta com Araucária ficou praticamente invisível até a década de 1940, quando desponta o “boom” da sua exploração. Segundo o mesmo autor, a cidade de Lages era chamada de “Princesa da Serra” e no auge desse período chegou a responder por 50% do imposto estadual equivalente ao ICMS na época. O autor destaca ainda que pouco antes de iniciar o “boom” da exploração da Araucária, eram criados os

---

<sup>30</sup> O Programa SEBRAE Turismo incentiva a organização de APLs em todo o país, com vistas a empreender ações conjuntas de profissionalização e especialização dos serviços. O APL do Turismo da Serra Catarinense foi criado em 2007. Além de cursos e de ações, como por exemplo, melhorias na gestão e no marketing dos empreendimentos (hotéis e restaurante), foram criadas a Via Gastronômica Rua Emiliano Ramos na cidade de Lages, Roteiros Turísticos (sete em São Joaquim e um em Urubici), o Sino da Neve e o Festival da Truta em São Joaquim. O APL do Turismo é resultado, em grande parte, da ação de empresários de São Joaquim organizados no Serra Catarinense *Convention & Visitors Bureau*, criado em 2002. O *Convention & Visitors Bureau* é um tipo de organização empresarial que surgiu em Detroit nos Estados Unidos em 1886, com a finalidade de organizar convenções, congressos e reuniões de negócio. Em 2004 foi organizada a Federação de *Convention & Visitors Bureau* de Santa Catarina que procura através da promoção de eventos, movimentar uma série de bens e serviços associados ao turismo. Destaca-se a organização nesse ano de 2009 do Festival de Inverno nos municípios de São Joaquim, Urupema, Bom Jardim da Serra e Urubici, procurando afirmar a região no circuito turístico de inverno ao lado de Campos do Jordão e da Serra Gaúcha.

<sup>31</sup> O projeto Acorde – Ação conjunta de revitalização e desenvolvimento foi implantado em 2008 pela SDR de São Joaquim (ver nota 4) e estão previstas uma série de ações, como obras viárias e de valorização do potencial regional. A rodovia BJS-050 foi aprovada pelo governo federal em maio de 2009 e ligará os municípios de Bom Jardim da Serra/SC e São José dos Ausentes/RS.

<sup>32</sup> Conforme Piazza (1982), o caminho foi aberto em 1727 pelo Sargento-mor Francisco de Sousa Faria, por ordens da Capitania de São Paulo, à qual a região esteve ligada até 1820. Até então o charque que servia São Paulo, Rio de Janeiro e adjacências vinha dos Campos de Viamão e era transportado por via marítima a partir de Laguna. Este caminho foi modificado muitas vezes e ganhou diversas denominações, como Caminho dos Conventos, Estrada Real, Caminho do Sertão, Caminho das Tropas e Caminho Viamão-Sorocaba.

<sup>33</sup> A vila é a atual cidade de Lages. Segundo Piazza (1982) Correia Pinto foi designado por D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus, Governador da Capitania de São Paulo em agosto de 1766, chegando com sua expedição em novembro do mesmo ano na região.

<sup>34</sup> Com frequência são encontradas referências atuais à região como “Campos de Lages”, principalmente em materiais e estatísticas agropecuárias, com destaque para seu uso pelo IBGE e pelo CEPA/Epagri.

Centros de Tradições Gaúchas, para manter (e criar) lembranças do passado próspero das grandes fazendas de criação de gado<sup>35</sup>.

No início da década de 1970 a região vive outro momento de baixa prosperidade, com a forte diminuição das florestas de Araucária. Já em 1968 foi criada a Amures com vistas a agregar os 19 municípios considerados parte da Região Serrana. A construção de uma identidade de serrano parece ganhar força nos anos 1990, expressa em campanhas como “*Serrano Vota em Serrano*”<sup>36</sup>. Ao longo dos anos 1990 duas atividades vão se conformando com mais destaque. A exploração de florestas novamente, agora com o plantio de *Pinus sp*, e o turismo rural. O turismo rural é realizado nesse período por quatro fazendas no entorno de Lages<sup>37</sup>. As fazendas procuram passar uma mensagem de preservação das tradições do homem serrano, do seu convívio com belas paisagens e com o frio, como se pode ver no trecho abaixo.

Fundada em 1782, é uma tradicional fazenda da Serra Catarinense. Hoje na 8ª geração, preserva os costumes, a cultura e as construções deixadas pelos seus antepassados. [...] Abrimos as porteiras para que você e sua família possam viver conosco este privilégio, respirar o ar puro, passear pelas belas paisagens e conhecer o dia a dia do homem serrano. Situada na Serra de Santa Catarina, o clima na Fazenda do Barreiro é singular<sup>38</sup>.

Entretanto, um novo momento do turismo se revela no início dos anos 2000 com a emergência dos vinhos finos e uma série de ações de estímulos a negócios aglutinados na noção de Serra Catarinense<sup>39</sup>. Nesse arranjo turístico, aparentemente ganha proeminência o município de São Joaquim, embora Lages seja a cidade-pólo regional (PEIXER, 2002). Quando estive em pesquisa de campo em julho de 2009, chegando a São Joaquim o encontro foi com uma cidade que procura no apelo ao título de cidade mais fria do Brasil, atrair turistas de outras regiões do país. Essa é uma inspiração presente há algum tempo na cidade, noticiada amplamente na mídia nacional, transformada por diversos interlocutores públicos na “cidade do frio”. Na cidade se encontram casas específicas de chocolate quente, alguns restaurantes e pousadas com programação especializada na temática e empreendimentos com referências ao frio (Rádio Nevasca, Cooperativa Econeve, Rádio Quebra-Gelo etc). Nesse compasso vão se embaralhando os títulos de “cidade do frio” com o de “cidade da maçã”, com destaque para a chegada de empresários oriundos da Serra Gaúcha, que estimulam a especialização dos serviços de hotelaria e gastronomia.

Espaço particular está sendo ocupado pelo consumo de vinhos finos. Segundo Cordeiro (2006) os vinhos finos ganharam destaque após o lançamento da Villa Francioni em 2002. Um empreendimento de grande monta realizado por Dilor Freitas, dono da indústria de cerâmicas

<sup>35</sup> O autor não argumenta com precisão em que momento a região passa a ser chamada de “Princesa da Serra”, nem quando e quais os CTG’s criados. Mas, é possível inferir que foi nesse período de decadência da criação de gado e de ascensão da exploração de Araucária. As fontes do autor são textos de cronistas da época, vinculados à elite rural. Oliven (2006) afirma que o primeiro CTG foi criado em 1948 em Porto Alegre/RS.

<sup>36</sup> A campanha é impulsionada pela Associação Comercial e Industrial de Lages – ACIL. Para Munarim (2000) essa campanha pode ser entendida como um reflexo da globalização, onde ganhou força uma identidade regional.

<sup>37</sup> Fazenda Pedras Brancas, Fazenda Boqueirão, Fazenda do Barreiro e Fazenda Dourado. Munarim (2000) afirma que nesse período a dinâmica do turismo rural foi lenta e pouco profissionalizada.

<sup>38</sup> Extraído do site da Fazenda do Barreiro <[www.fazendadobarreiro.com.br](http://www.fazendadobarreiro.com.br)> em 09/10/09.

<sup>39</sup> Além do Serra Catarinense Convention & Visitors Bureau e do APL Turismo da Serra Catarinense, o Ministério do Turismo apontou São Joaquim como um dos 65 destinos de turismo internacional, e os Governos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul têm elaborado algumas ações em conjunto, como o PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo. A construção de uma rodovia ligando as Serras Gaúcha e Catarinense foi apontada no PRODETUR.

Cecrisa, de Criciúma, sul do estado. Somando-se a outros empreendimentos, a Villa Francioni se instala em São Joaquim para aproveitar o “*terroir* joaquinese”, termo cunhado por especialistas e interlocutores, principalmente os pesquisadores da Epagri desde o final da década de 1990 (CORDEIRO, 2006)<sup>40</sup>. Certo *frenesi* foi gerado em torno dos vinhos finos, que se desdobra em eventos que reúnem consumidores (enófilos ou não), enólogos, produtores, lideranças políticas e uma gama de atores sociais, além de uma cultura de consumo do vinho divulgada em programas de rádio, inclusão de degustação de vinho nas festas regionais, concursos estaduais, e outros modos de propaganda.

---

<sup>40</sup> Somando-se a Villa Francioni, empresários do ramo da maçã como a Agro Suzin, a Sanjo, um grupo de doze agrônomos locais, bem como grupos investidores de Florianópolis e Portugal estabeleceram vinhedos e vinícolas em São Joaquim.

### **CAPÍTULO III – A FORMAÇÃO DA CREDINEVE E DA ECONEVE**

No capítulo anterior, vimos que em um período de aproximadamente quarenta anos, o Brasil deixou de importar quase toda a maçã consumida, para exportar a países da Europa. Esse feito, por um lado, em Santa Catarina, contou com a participação de imigrantes alemães e italianos e empresários franco-argelinos (Fraiburgo) e de imigrantes italianos e japoneses e etnias locais (São Joaquim). Por outro, contou a participação decisiva do Estado, seja em incentivos fiscais, no financiamento direto, na pesquisa pública, na formação de profissionais técnicos e/ou em outras modalidades de suporte. Procuramos demonstrar que esse processo ocorreu fundamentalmente em paralelo à modernização da agricultura no Brasil. Portanto, não é um fato isolado, mas possui semelhanças com muitos outros ocorridos no país.

Vimos também que o setor macieiro formado nesses quarenta anos, é composto em sua maior parte por blocos de grandes empresas, com destaque para as que se formaram em Fraiburgo. Estas grandes empresas e os grandes compradores no mercado global têm tido poder para definir a normalização das exigências de qualidade na cadeia global de valor onde está inserido o setor. Essa normalização estendeu-se para o conjunto do setor através da Produção Integrada de Maçã – PIM, que reúne um conjunto de atores públicos e privados, tais como Ministério da Agricultura, Inmetro, CNPQ, Universidades, Embrapa e ABPM. Ao mesmo tempo, mencionamos que uma parcela pequena de produtores, no município de São Joaquim, procurou atender as exigências de qualidade produzindo maçã ecológica. Isso se materializou com a criação em 2001 da Cooperativa Ecológica dos Agricultores e Consumidores de São Joaquim e Região – ECONEVE.

A formação da Econeve não é apenas a adequação de uma parcela de produtores a exigências de qualidade. Sobretudo, faz parte da ação dos movimentos sociais na região, vinculados principalmente a Igreja Católica. Essa ação propiciou que a maior parte dos atuais pequenos produtores de maçã de São Joaquim pudesse em meados dos anos 1990 entrar no setor macieiro com o apoio do crédito ofertado pela Credineve. A Credineve é antecessora da atual Cresol São Joaquim, que está vinculada a um conjunto de cooperativas de crédito solidário e foi a primeira organização criada pela ação destes movimentos no município. Com a formação da Credineve, formou-se também um grupo que liderou desde então os pequenos produtores de São Joaquim, que se identificam como agricultores familiares. É esse grupo que veio criar a Econeve, mas também outras organizações, como uma rádio comunitária, um jornal regional, transformações estruturais no sindicato e a eleição de um vereador.

Nesse capítulo, com o apoio das formulações de Granovetter vamos abordar as redes sociais que estão na base da formação desse grupo. Na primeira seção tomamos como eixo da análise a inauguração da Credineve e os vínculos a partir de então estabelecidos com as demais cooperativas de crédito solidário que hoje formam o sistema Cresol e com o movimento de Agricultura Familiar. Na segunda seção abordamos o momento em que se formaram as condições para a inauguração da Credineve, que de modo geral, são as condições que propiciaram a formação da Econeve, que será abordada na última seção.

#### **3.1 Uma andorinha só não faz verão: a inauguração da Credineve**

Podemos ver a inauguração da Credineve como a demonstração da ação concretizada, para o conjunto da sociedade do município e da região. Os que conheciam e mesmo os que não conheciam as movimentações (reuniões, cursos, palestras etc) que eram feitas para criar tal cooperativa de crédito rural, agora foram informados por um ritual público. Ainda mais porque a Credineve foi inaugurada em uma sede na principal rua da cidade, levando para lá um conjunto de pessoas das comunidades do interior do município que até então não freqüentavam os bancos comuns. Este é um momento que coloca em evidência algumas das articulações sociais e dos significados que estão incutidos no processo de constituição das organizações dos movimentos sociais em São Joaquim. Sobretudo, a inauguração da Credineve foi o marco fundamental para as organizações dos movimentos sociais em São Joaquim, como relata Amadeu<sup>41</sup>, um dos envolvidos na criação da Credineve,

[...] o começo disso tudo é... Foi a Cresol. Foi a Cresol, quando nós começamos a pensar o cooperativismo de crédito, mais ou menos em 1996, quando começamos as primeiras reuniões<sup>42</sup>.

Isso também pode ser visto analisando a expressão que abre uma das matérias principais do caderno especial do Jornal Mural de São Joaquim, de Janeiro de 1999 (edição especial), dedicado a noticiar o evento. A referida expressão é de uso corrente, “uma andorinha só não faz verão”, e denota a migração coletiva das aves entre as estações. Mas, é usada no texto para informar ao leitor o fato, que reúne pessoas e instituições diversas, cujo significado – propiciar crédito aos pequenos produtores de São Joaquim – é apresentado da seguinte maneira:

Uma andorinha só não faz verão, com essa máxima chamando à participação foi inaugurada no dia 11 de janeiro a Cooperativa de Crédito Rural de São Joaquim – Credineve. O momento foi de festa, tanto para a comunidade que finalmente ganha sua Cooperativa, quanto para os agricultores da região, que finalmente vão poder usufruir de um serviço de crédito rural exclusivamente destinado à eles<sup>43</sup>.

A imagem, ao articular a migração das andorinhas ao fato ocorrido em São Joaquim, expressa a união de pessoas da comunidade e principalmente dos agricultores, que serão beneficiados pelo crédito. A matéria também relata a posse do Conselho Diretor (com os respectivos membros), a inauguração e a bênção da sede pelos Padres Blévio e Edson (Figura 05) e um coquetel no principal clube da cidade (Clube Astréa) com a presença de mais de 600 pessoas. Esse conjunto de rituais é significativo para revelar algumas características da formação da nova instituição de crédito. O primeiro, a bênção da sede, revela a importância da participação da Igreja Católica (como será mais discutido na próxima seção). O segundo, o coquetel de “abertura de portas”, como foi chamado na capa dessa edição especial (Figura 06), apresenta o apoio através do patrocínio de organizações e pessoas de características diversas. É interessante perceber que é delimitada uma separação entre apoio e parceria (Figura 06).

<sup>41</sup> Nesse e no próximo capítulo, com o intuito de preservar a identidade dos entrevistados, os nomes verdadeiros foram substituídos por fictícios, à exceção dos técnicos da Epagri, dos padres da Igreja Católica, um membro do Centro Vianeí e de dirigentes de cooperativas Cresol de outros municípios que estavam presentes à inauguração da Credineve.

<sup>42</sup> A Credineve hoje é a Cresol São Joaquim.

<sup>43</sup> Credineve inicia atividades com 140 associados: Credineve tem o apoio das várias cooperativas singulares agregadas ao sistema Cresol Baser. Jornal Mural, São Joaquim, Janeiro de 1999, Caderno Especial Credineve, p. 2.



FIGURA 05. Inauguração e bênção da sede da Credineve. Fonte: Arquivo Cresol São Joaquim.

Entre os “apoiadores” encontramos o leque diverso de diálogo estabelecido pelos envolvidos na Cooperativa, abrangendo, de lojas de produtos agropecuários, tratores e equipamentos agrícolas, à cooperativa de produtores de maçã Cooperserra; de oficina mecânica, posto de combustíveis Posto Esso e loja de automóveis, a vereadores e demais pessoas físicas. As lojas de produtos, equipamentos e tratores estabelecem vínculos com os agricultores com quem negociam seus insumos. A mecânica, o posto de combustíveis e a loja de automóveis também negociaram e/ou procuraram negociar seus produtos com os agricultores. Entre os vereadores e as pessoas físicas, os primeiros procuram estabelecer ou manter vínculos políticos e dentre os segundos estão desde lojistas a figuras que também podem ser considerados “parceiros”, como os agrônomos da Epagri Elvio Antonio Peruchi e Nilton Nunes de Jesus e um dos participantes da criação da Credineve, Antonio Moreira.

Entre as “parcerias”, estão apoiadores mais permanentes, envolvendo: parceiros no âmbito do modelo de crédito oferecido, como as demais cooperativas do sistema Cresol Baser – as Cooperativas Integradas da Região Sul; parceiro na viabilização das operações financeiras, como o Banco do Brasil, pois a Cresol necessita de uma conta nesse banco que a vincula ao sistema bancário nacional; parceiros na disponibilização de técnicos e outros tipos de apoios locais, como a Epagri e a Prefeitura Municipal de São Joaquim; parceiros nas relações com as comunidades, como a Igreja Católica, a Pastoral da Saúde e os Conselhos Comunitários e parceiros na formação técnica e na construção de políticas como as ONGs Cepagro e Instituto Vianeí.



FIGURA 06. Capa do Jornal Mural, São Joaquim, Janeiro de 1999, Caderno Especial Credineve. Fonte: Arquivo Cresol São Joaquim.

Na sequência da mesma matéria, vão se delineando melhor as características da Credineve e o perfil das pessoas e grupos que acessarão o crédito. A Credineve está agregada ao chamado “conjunto de Cooperativas Singulares”, formando o Sistema Cresol de Cooperativismo de Crédito Rural com integração solidária. Por ocasião da inauguração, o então secretário do sistema Cresol e presidente da Cooperativa Cresol de Laranjeiras do Sul no Paraná, Eduardo Alves da Cruz, assinala que a Credineve é uma vitória para a Agricultura Familiar e um marco para a história de São Joaquim:

Os agricultores estão buscando o que precisam e a Cooperativa é mais um instrumento na luta pela sobrevivência e autonomia familiar. Uma alavanca para o desenvolvimento do município. Temos muito que aprender juntos. Juntando experiências poderemos discutir nossos problemas que são semelhantes<sup>44</sup>.

Também presentes na inauguração, os presidentes da Cresol de Seara (Crediseara) e da Cresol de Curitibanos (Credicontestado), ambas em Santa Catarina, revelam seu apoio na articulação do sistema em nível estadual e em assessorias na administração da Credineve. Ou seja, a Credineve está inserida em um conjunto mais amplo de Cooperativas de crédito, onde circula informação sobre as formas de atuação de tais negócios e constroem-se parcerias para a conquista de políticas públicas.

Por fim, a matéria destaca a presença de uma mulher, vinculada ao Movimento de Mulheres Agricultoras, no Conselho Fiscal. Com a Credineve, ela revela que poderá abrir sua primeira conta corrente, como provavelmente aconteceu com vários outros agricultores. Assim, o crédito torna-se realidade para uma parcela constituída por agricultores familiares – que vínhamos chamando de pequenos de produtores – localizados principalmente nas comunidades de Luizinho, Estância do meio, Boava, São Sebastião da Vargem, Lomba e Despraiado (tal qual apresentado no capítulo 02). Como se vê na entrevista abaixo, realizada com um dos participantes da inauguração da Credineve, Antonio Moreira, esses agricultores familiares passaram por o que ele chama de um processo de “transição”: com o apoio de Elvio Peruchi, agrônomo da Epagri, e com o crédito da Credineve, começaram a produzir maçã e a adquirir máquinas usadas e novas e implementos.

[...] quando eu vim... eu me formei né, trabalhei um pouco como professor, uns quatro meses, aí depois resolvemos fazer uma sociedade no sítio, pra fazer um pomar. O Peruchi foi um incentivador né, da fruticultura na comunidade do Luizinho, ele foi um incentivador de um modo geral, do Cooperativismo de Crédito...

[*Essa época ainda não tinha fruticultura no Luizinho?*] Tinha, assim, alguns, mas não era assim tão consolidada, ela tava iniciando mesmo. Em 95, não tinham tantos fruticultores. É difícil dizer. Supor... hoje, se tem lá em torno de 100 fruticultores, naquela época tinha 30. Então, 30%. E, o Peruchi que foi o incentivador, que dava assessoria lá... cursos de poda... e fazia sempre reuniões de grupo. [*Até então o pessoal lidava mais com batata?*] Era gado, batata, feijão, lavoura de subsistência, mas era uma fase de transição né.. se fazia tudo meio... não tinha trator, era tudo meio no bimbo né, como eles chamam... pulverizava meio na caneta...[...] Foi feito uma transição né.. depois veio aqueles motorzinho pra pulverizar.. na medida que o pessoal foi se capitalizando eles foram adquirindo máquinas né. Mas sem acesso a investimento e custeio. Tudo por conta própria. Depois que foi... com a criação da Cresol em 99 é que daí o pessoal começou a ter acesso a implementos usados e novos. Aí o pessoal se estruturou melhor na propriedade. O pessoal tinha muita dificuldade de se estruturar. Tinha que se desfazer de muita coisa pra comprar um pulverizador usado, um trator usado. Então foi uma fase de transição em todas as comunidades. [*Não só no Luizinho, em outras também?*] Em outras comunidades. Contagiou né, contagiou o meio rural. O pessoal foi se

<sup>44</sup> Depoimento de Eduardo Alves da Cruz em Credineve inicia atividades com 140 associados: Credineve tem o apoio das várias cooperativas singulares agregadas ao sistema Cresol Baser. Jornal Mural, São Joaquim, Janeiro de 1999, Caderno Especial Credineve, p. 2.

desfazendo das... que teve uma transição assim é... o pessoal começou com a tábua né, o pomar é novo começa com a tábua né. Depois ele faz... aí eles foram adquirindo o micro trator, que tem aquele tanque né, com a caneta e quem não tinha o microtrator, o tobatinha... Então foi feita essa transição, foram adquirindo tratores usados, pulverizadores usados. Na década de 90 foi feita uma transição. Hoje, de 90 pra cá eles fizeram uma transição dos equipamentos usados pra equipamentos novos<sup>45</sup>.

Os agricultores familiares, as mulheres agricultoras e o crédito com integração solidária, vão nos revelando o contexto no qual emerge a Credineve. Vale destacar como o primeiro presidente expressa o significado da inauguração:

[...] No Brasil as políticas agrícolas são definidas de forma centralizada e verticalizada, sem considerar as reais necessidades dos agricultores familiares. Os recursos sempre favoreceram a concentração de renda, de crédito terra e sempre foi destinado a uma parcela mínima de pessoas, produtos e regiões.

O cooperativismo de crédito hoje em São Joaquim é parte importante na construção de uma nova relação entre agricultores e a sociedade local. Significa antes de tudo uma transferência de iniciativas públicas da esfera federal para níveis locais, com base na participação ativa dos agricultores.

Entendemos que o crédito rural deve ser um “estimulador” da eficiência técnica e gerencial das atividades agropecuárias e não um “compensador” que subsidie a ineficiência e a improdutividade rural (...)<sup>46</sup>.

Com a Mensagem do Presidente, percebemos, em primeiro lugar, que o crédito disponibilizado pela Credineve é posicionado num sentido diferente ao ofertado a uma menor parcela da população, que concentra renda e terra. Essa menor parcela é relacionada ao que temos identificado aqui como componentes do agronegócio. Em segundo lugar, quando o presidente fala em estimular a eficiência técnica e gerencial das atividades agropecuárias, claramente posiciona a intenção de que o crédito deve impulsionar a entrada e a permanência do público de agricultores familiares na produção.

Assim, os agricultores familiares que passaram a produzir maçã e se modernizaram contaram com o apoio fundamental do crédito disponibilizado pela Credineve. A formação da Credineve deveu-se ao grupo que se articulou, como veremos na próxima seção, com a atuação dos parceiros (Igreja Católica, ONGs e técnicos da Epagri). Mas, sobretudo, tais agricultores familiares produzindo maçã são tributários de um processo mais geral, ocorrido no país, que Medeiros (2001) caracteriza como reordenamento do lugar político dos “pequenos produtores” no sindicalismo rural e na sociedade, que se iniciou na década de 1980. Conforme a autora, entre os fatores que contribuíram para isso está,

[...] a crescente descrença no potencial da modernização da agricultura como forma de melhoria de suas condições de vida; o efeito acumulado de experiências localizadas de incentivo às formas associativas, para buscar saídas para o que se passou a chamar “questão da produção” (através da ação de organizações não governamentais ou do Estado); o germinar de um conjunto de novas lideranças, com forte influência da Igreja ligada à teologia da libertação (mesma matriz de diversas lideranças do MST), questionadoras da ação da

<sup>45</sup> Em itálico intervenções do autor.

<sup>46</sup> Mensagem do Presidente. Jornal Mural, São Joaquim, Janeiro de 1999, Caderno Especial Credineve, p. 2.

Contag também em relação às ações junto aos “pequenos produtores” (MEDEIROS, 2001, p.116).

A autora apresenta também algo como uma combinação de mobilizações como trancamento de estradas, de porta de bancos e órgãos públicos, com tentativas de tomadas de cooperativas, com intercâmbios internacionais e o crescimento do debate intelectual sobre o “agricultor familiar” atuando reflexivamente no meio sindical. Com isso, “essa categoria rapidamente substituiu, no debate político e na linguagem sindical, o termo dominante até os anos 80, ‘pequeno produtor’ (MEDEIROS, 2001, p.117)”. Contudo, nos anos 1990 um grande marco foi o reconhecimento da agricultura familiar pelo Estado, com a formulação de uma política pública específica, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Programas como o PRONAF, fizeram significativa diferença no crédito movimentado por cooperativas como a Credineve. Há, porém, uma série de divergências sobre a caracterização dos agricultores familiares, mas, em termos conceituais, é possível reconhecer um consenso. Segundo Carneiro (1999, p.329): “por agricultura familiar entende-se, em termos gerais, uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados”. Como mostramos nessa seção, no caso de São Joaquim, os próprios atores sociais se reconhecem como agricultores familiares.

### **3.2 Com a bênção dos padres**

Como vimos na seção anterior, com a inauguração da Credineve, o público que passou a ser caracterizado como agricultor familiar obteve condições de acesso ao crédito que propiciou a sua entrada na produção, numa escalada de modernização na atividade até os dias atuais. Vimos que esse crédito, diferenciado do crédito oferecido ao público do agronegócio, foi possibilitado graças a uma articulação entre “parceiros” e “apoadores”. Captamos essa diferenciação de categorias na capa da edição especial de um jornal local que noticiou a inauguração da Credineve. Com base também em outros dados, viemos destacando a primeira categoria, os parceiros, pois, nesse grupo se encontram as organizações e pessoas que atuaram de forma mais permanente para que a Credineve e outras ações se tornassem realidade. Entre os “parceiros”, para explicarmos a formação da Credineve, um fato ocorrido na inauguração precisa ser destacado em particular: a bênção da sede pelos Padres.

O destaque para esse fato é importante pois essa bênção é difícil de ser tratada como um simples ato religioso. Tal ato faz sentido quando nos voltamos ao período anterior à inauguração, com o apoio de outras fontes de dados e de informações de autores, para construir as relações possíveis entre desdobramentos históricos. Nesse período – que podemos localizar como marco de referência inicial fins da década de 1960 e início da década de 1970 – é que se configura o contexto no qual emerge a Credineve, cuja inauguração destacamos na primeira seção. Localizamos como referência inicial esse período já que, no plano nacional, em 1968 era retomada a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag). A Contag viria a ser um marco importante da retomada de organização dos trabalhadores do campo no período pós golpe militar de 1964. Porém, o mais importante aqui é notar que essa retomada foi possível por terem sido poupados da intervenção pelo governo militar muitas entidades sindicais ligadas a Igreja Católica (PALMEIRA, 1985).

Como Palmeira (1985) demonstrou, a Igreja Católica permanecia atuante no apoio a muitos sindicatos no país no pós 1964, ao contrário de outras organizações como as Ligas Camponesas e o Partido Comunista, que foram colocados na ilegalidade. Portanto, sugere-se que a permanência e a intenção de atuar junto aos trabalhadores do campo ocorreram em nível nacional e têm relação com os padres atuarem na região de Lages e São Joaquim. Nesse período, em Lages e região a expressão mais significativa de atuação da Igreja Católica e dos movimentos sociais ligados ao campo materializou-se na formação do Centro Vianeí de Educação Popular. O Centro Vianeí, como é conhecido localmente, foi desde o início diretamente ligado a Igreja Católica por meio do Instituto São João Batista Vianeí (Diocese de Lages) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A CPT teve uma atuação significativa no apoio às lutas por terra que, nos anos de 1980, resultaram no mais importante movimento a atuar nessa questão no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O Centro Vianeí tem sua origem em um grupo de pessoas, na maioria profissionais do campo da educação, que estiveram envolvidos em um projeto levado a cabo na administração municipal, que reunia partidos do campo popular, em Lages entre 1978 e 1983 (MUNARIM, 2000).

O Centro Vianeí atuou, no começo, principalmente com o apoio dos padres das igrejas da região, em um “processo de formação de pequenos agricultores e de trabalhadores agrícolas, recorrendo a meios formais, tais como os cursos, seminários e conferências e outros informais, como as visitas, encontros e assistência técnica (ALMEIDA, 2009, p. 76)”. Conforme registrou Almeida (2009), nesse processo de formação a atuação do Centro Vianeí inclui propostas vinculadas primeiro à agricultura alternativa e depois à agroecologia, ao fortalecimento dos sindicatos, à organização de associações e cooperativas (de produção, de crédito e de comercialização).

Assim foi no caso da formação da Credineve em São Joaquim. Aconteceram uma série de atividades, incluindo reuniões nas comunidades, cursos de formação e visitas a uma experiência de Cooperativa de Crédito. As atividades eram organizadas principalmente por um grupo de pessoas que se reuniam a partir da ação das pastorais (social e saúde) da Igreja Católica. Nessas reuniões, cursos e encontros, as pessoas que vieram a ser dirigentes ou que participaram, de modo geral, da Credineve, foram se conhecendo. Ou seja, não foi um processo automático de adesão a um tipo de crédito diferenciado, o crédito para agricultores familiares, nem a possibilidade de melhoria da condição de vida com a entrada na produção de maçã. Um processo relativamente longo de entendimento dos objetivos de cada um e da respectiva acomodação dos mesmos precedeu à inauguração da Credineve, propiciado por estas conexões sociais.

Os padres da Igreja Católica tiveram papel chave nesse processo, como leva a crer o que é constatado nas entrevistas diretas realizadas na pesquisa, em que pode ser verificado que os padres, além de serem líderes espirituais – papel que lhes é conferido *a priori* por sua posição de portadores da mensagem da doutrina religiosa – podem ser também articuladores sociais. Certamente os papéis são interdependentes, pois a liderança espiritual dispõe de um carisma que lhe favorece a aproximação das pessoas e *vice-versa*. Contudo, uma observação que vale a pena ser feita é que os padres também estão numa posição na qual podem ter contato com pessoas de diferentes grupos que não se relacionam, a princípio, por distâncias sociais, geográficas, culturais, econômicas, etc.

No caso da nossa pesquisa, a principal distância que verificamos ser diminuída pela ação dos padres foi a geográfica, visto que propiciou o encontro de pessoas de comunidades diferentes. Assim foi, por exemplo, com Antonio Moreira, como se vê em seu relato. Sua inserção na formação da Credineve,

foi através da pastoral social, o Padre Elias Wolf, ele incentivava os encontros... ele incentivava através dos espaços que existe na igreja, a pastoral social que era um espaço, a organização de *grupos* pra discutir problemas no meio rural. Foi levantada duas questões, que era o sindicalismo e a questão do crédito. A partir daí foi feito dois ou três encontros e se definiu trabalhar mais a questão do crédito... porque esses encontros surgiram em 1993... 93 e 94.

Nessa entrevista do primeiro presidente verificamos que a organização de grupos era uma prática usual nos encontros. Eram nos grupos que se discutiam os temas em evidência, principalmente o sindicalismo e a questão do crédito. E, também, onde se definia qual questão seria a mais trabalhada. Provavelmente, esse tipo de atuação, a organização de grupos, era prática utilizada também em outras ações das pastorais, as quais podem ter servido de fonte de aprendizagem para as pessoas que vieram a participar do grupo que formou a Credineve.

Uma participante da diretoria da Cresol na época em que a pesquisa de campo foi feita também participou desses encontros. Como se pode ver no trecho abaixo, ela destaca que estudavam assuntos como a história do povo serrano. Após esses estudos foi que decidiram atuar, deixando o sindicato para depois. Dona Mariana relata sua participação nos grupos do seguinte modo:

[...] tinha o Padre Elias, a gente conversou com ele, aí veio o Padre Geraldo e a Irmã Angélica, e a gente criou a pastoral social. E daí teve encontros, e nesses encontros, a gente decidiu estudar a história do povo serrano. E quando chegamos no final – parece que era umas 7 ou 8 etapas – daí... agora estudamos, agora temos que fazer alguma coisa. [*Isso lá por 1995 mais ou menos?*] 95 e 96, esses dois anos... daí a turma achou que pra mexer com o sindicato era cedo. Porque esse sindicato, era um sindicato que o presidente tava ali 20 e poucos anos, eles tinham... achava que não era o momento de mexer com o sindicato.

Como estamos destacando, por meio da ação dos Padres e Irmãs da Igreja Católica um grupo foi formado. O grupo passou por um período de estudos da “história do povo serrano”, para então “fazer alguma coisa”. De início o grupo descartou a hipótese de disputar o sindicato, pois entenderam que não era a hora. Mas, até aqui se vê que sindicato e cooperativa estão no horizonte dos componentes do grupo. E a formação da cooperativa antes de disputar o sindicato é notada por Mariana como um caso diferenciado do que aconteceu com as demais Cooperativas do Sistema Cresol.

A história da Cresol ela é diferente de outros lugares. Por que quase todas as Cresol surgiram a partir de sindicatos né. E aqui em São Joaquim foi o inverso, a Cresol que começou trabalhar pra ganhar esse sindicato.

Esse foi o caso da Credicarú, a qual teve na sua formação papel importante do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município, que há muito se articulava com o Centro Vianeí. Esse trecho da entrevista de Mariana coloca em questão como foi o processo de decisão do grupo por construir primeiro a Credineve e depois procurar o envolvimento com o sindicato. Isso aconteceu três anos depois, em 2002, quando o grupo também disputou o sindicato, destituindo o “presidente [que] tava ali 20 e poucos anos”. Antes de continuar, vale a pena assinalar que na época da inauguração da Credineve o sindicato era um dos apoiadores da mesma, que seria a “luz no fim do túnel” para o “pequeno agricultor” que “sempre paga a conta” (Figura 07).

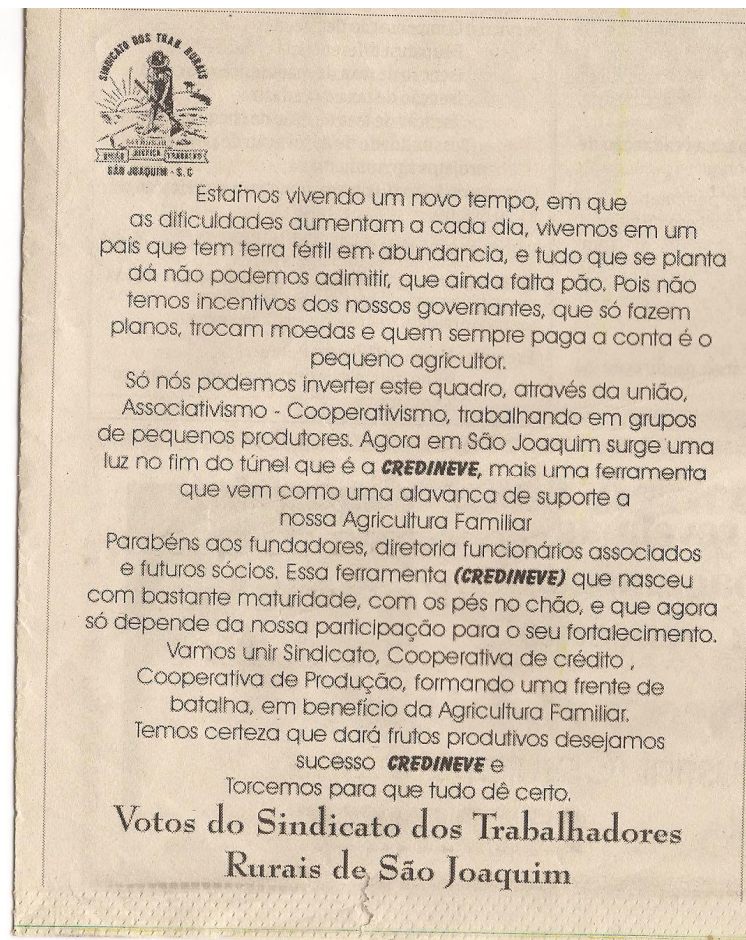


FIGURA 07. Nota de apoio do Sindicato no Jornal Mural, São Joaquim, Janeiro de 1999, Caderno Especial Credineve. Fonte: Arquivo Cresol São Joaquim.

Contudo, retomando a categorização feita a partir do jornal que noticiou a inauguração, o sindicato de então não chegava a ser um parceiro. Este era considerado um sindicato “pelego”, que significava na época dizer que o sindicato estava do lado dos patrões. Mas, tomar o sindicato dos pelegos era objetivo do grupo, incentivado pelo padre Elias Wolf, como se vê no trecho da entrevista de outro participante dos grupos, Amadeu Bernardes,

[...] Padre Elias sempre cobrava assim... que o sindicato, na época era um sindicato pelego, não sei se me entende, sabe o que é, e sempre cobrava dos agricultores “vocês não vão se organizar para tomada do sindicato”.

A “tomada do sindicato” ficou para depois da formação da Credineve. O que aconteceu então pode ser significativo para explicar porque o grupo resolveu formar primeiro a Credineve. Após formarem a chapa, o vice-presidente chamou Amadeu, então na diretoria da Credineve, para uma conversa no sindicato.

[...] o rapaz me chamou lá no sindicato. Fui lá. Cheguei lá, ele pegou tirou um trabuco desse tamanho, um revólver. Passei uns momentos meio delicados. Com aquele pau de fogo na mão, pensei: “vai me dar um tiro, vai me matar aqui”, foi o que eu imaginei, e daí eu fui tentando acalmar ele na época, porque o sindicato era uma vergonha. Na verdade, o sindicato na época era uma vergonha. Não tinha balanço, não tinha prestação de contas, não tinha nada. O

dinheiro que entrava lá, o que o funcionário não botava no bolso, o presidente botava, no final do dia ia pras bodega beber cachaça. Então era assim que funcionava. E daí ele se acalmou, guardou aquilo aí e eu ainda fiz umas propostas pra ele. Entrega esse sindicato numa boa aí e a gente se compromete de não tocar as coisas pra frente. Porque na época da briga ali a promessa era de levar pra juíza, ministério público. Daí eu fiz a proposta pra ele.

Após esse contratempo, disputaram a eleição e ganharam do grupo que há muito estava à frente do sindicato. Nesse momento, o grupo já contava com um lastro maior de experiência, acumulada com os três anos de funcionamento da Credineve e alguns anos anteriores de organização para a inauguração da mesma. É claro que lá atrás não estava colocado que esse tipo de contratempo iria acontecer. Mas, quando começaram a se organizar, certamente favoreceu para que tomassem a decisão de primeiro criar a Credineve o conjunto de organizações com as quais se conectaram.

Como ilustração, na Figura 08, vê-se o documento que registra a primeira reunião oficial de formação da Credineve, na qual participaram membros das pastorais da saúde e social, o padre Elias, técnicos do escritório local da Epagri, integrantes do Movimento de Mulheres Agricultoras e do Partido dos Trabalhadores. Esses reuniram com assessores do Centro Vianeí (Padre Geraldo e Irmã Angélica), com membros da Cooperativa de Crédito Rural de São José do Cerrito – Credicarú. Destaca-se a visita à primeira cooperativa de crédito rural da região, a Credicarú e a participação no primeiro seminário regional sobre cooperativismo de crédito rural. Ou seja, além do contato com os assessores do Centro Vianeí e dos padres, o contato que a partir deles se estabeleceu com outra cooperativa de crédito rural da região fez parte do processo. Assim, vemos que o grupo formou-se tendo contato e integrando-se a pessoas e organizações, parte do mais extenso conjunto de movimentos sociais que se organizaram na região, no período pós-ditadura militar, em torno de causas ligadas aos camponeses em geral.

## **Credineve- COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO JOAQUIM - SC**

### **HISTÓRIA DO MOVIMENTO PARA A CRIAÇÃO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE SÃO JOAQUIM(SC) - CREDINEVE**

**\$ - ANO DE 1995 - Reuniões da PASTORAL  
SOCIAL sobre a alternativas para a  
sobrevivência dos pequenos agricultores.**

**\$\$ - JULHO DE 1995- Vinda de  
assessores  
do CENTRO VIANEI DE EDUCAÇÃO  
POPULAR, como o Pe.  
Geraldo, Irmã Angélica , Sr. Sérgio  
Sartori e integrantes da Cooperativa de  
Crédito  
Rural de São José do Cerrito(Marcelo e  
Toninha)**

***PARTICIPANTES: Pe. Elías, Membros da  
Pastoral Social, Membros da Pastoral da Saúde, EPAGRI -  
Escritório Local de São Joaquim , Movimento de Mulheres  
agricultoras e Integrantes do Partido dos Trabalhadores.***

**\$\$\$ - NOVEMBRO DE 1995 - Excursão a São José do Cerrito  
para a visita a CREDICARÚ e ao Sindicato dos  
Trabalhadores Rurais.**

***PARTICIPANTES: 19 pessoas, integrantes  
dos Movimentos acima especificados.***

**\$\$\$\$-**

**DEZEMBRO DE 1996 - Participação no SEMINÁRIO  
REGIONAL de  
COOPERATIVISMO DE CRÉDITO  
RURAL -LAGES - SC**

***PARTICIPANTES : 11 pessoas integrantes dos Movimentos acima  
especificados e a Secretaria Municipal de Agricultura.***

FIGURA 08: Documento de registro da história da Credineve. Fonte: Arquivo Cresol São Joaquim.

Além do primeiro presidente, vale a pena destacar o modo como mais algumas dessas pessoas chegaram ao grupo. Mariana, por exemplo, chegou até o grupo principalmente por conta de seus vínculos com o movimento de mulheres. Conhecia o movimento em sua terra natal, em outra região de Santa Catarina, onde sua sogra participava. Mas, foi em São Joaquim que ela passou a se envolver. Dona Erminda, sua comadre, foi quem lhe convidou e insistiu para que participasse dos cursos de educação popular, promovidos pelo Centro Vianei.

Eu comecei no movimento de mulheres...aqui em São Joaquim mesmo... antes lá no Oeste não. Só aqui. Isso em 98 por aí. Não, 95 eu comecei participar. Por causa de uma comadre minha, que veio me convidar e insistir. A dona Erminda ali do cruzeiro... [...] E daí... fui participar...daí eu fui fazer curso de educação popular em Lages, no Vianeí (...).

Erminda é reconhecida como a primeira mulher a participar do processo de formação e a organizar o movimento de mulheres agricultoras. Como se vê no trecho abaixo, Erminda também iniciou sua participação por meio do contato com a Igreja. Como relata, sua vivência era muito ligada a Igreja e um padre lhe convidou para participar de um curso de educação popular em Lages, cidade praticamente desconhecida a ela até o momento.

Fui começando a participar do movimento na igreja. A minha vivencia sempre foi muito na igreja. Aí um dia, um padre, o padre Lindomar, que era padre aqui em São Joaquim, vigário na paróquia... aí ele me deu um convite... pra participar de um curso de educação popular. Esse curso de educação popular era lá no Centro Vianeí em Lages. Aí eu até não tinha vontade de ir porque nessa época eu não conhecia como chegar lá [*em Lages*]... já tinha passado, mas chegar lá dentro...

Mas, se chegar a Lages foi desafiante para Erminda, mais ainda foi o que encontrou lá. Assim como sua “vivência sempre foi muito na Igreja”, também foi na “fazenda do coronel”, o que em princípio lhe tornava uma estranha no curso de educação popular. Isso pode ser visto no trecho abaixo, que continua o relato de seu primeiro curso:

Acho que foi em 93... aí tinha um convite pra mais um rapaz, só que chegou na hora, na rodoviária, ele não apareceu... e eu fui sozinha [...] e consegui [...] aí cheguei lá, o pessoal foi muito bacana, tudo agricultor, e já começou o movimento... e eu muito da direitona, porque trabalhei na fazenda do coronel... e eles eram tudo envolvido com o pessoal da esquerda. [*A senhora trabalhava numa fazenda aqui em São Joaquim?*] É, aqui em São Joaquim. Aí quando cheguei lá o padre Geraldo, o Sergio Sartori, tinha o Munarim, tinha o Natal [...], a irmã Jandira [...]. e começaram conversar, saber assim a história de vida, cada um tinha que contar... Eu fui contando e depois que eu falei que trabalhava numa fazenda eles ficaram meio assim. Mas disseram, essa é uma sofrida e nós vamos te ajudar. Porque fazendeiro é contra os movimentos sociais. Quando eles perguntaram – foi no ano da eleição do Collor – [...] aí perguntaram quem tinha votado no Collor e só eu levantei a mão. Fiquei pensando... o quê que eu tô fazendo aqui. Mas não desisti [...] Foi a primeira etapa e depois já fui mais. Aí a irmã Jandira me convidou pra participar de uma organização. Eu disse, mas eu já tenho a Igreja. E ela disse, eu sou irmã, eu também tenho a igreja, mas eu participo dos movimentos sociais. E ela disse tem o movimento sem terra, o de atingido por barragens, tem o movimento de mulheres, qual você quer? E eu comecei participar do movimento de mulheres.

Aqui vemos como foi a entrada de uma das primeiras lideranças do movimento de mulheres. As pessoas que aparecem em seu relato são amplamente conhecidas na região por seu envolvimento com movimentos sociais e políticos de esquerda. Erminda, que logo depois iria participar da criação da Credineve, iniciou sua trajetória nos movimentos a convite de um padre. Foi então que, com o passar dos tempos ela deixou para trás seus vínculos com a fazenda, onde morava e trabalhava sem salário regular. Como relatou na entrevista, foi decisiva para isso sua participação nos movimentos sociais que se desenrolaram em São Joaquim. Ao sair da fazenda,

ela e seus familiares conseguiram uma terra, comprada com economias acumuladas nos anos de trabalho na fazenda, onde se estabeleceu como agricultora, podendo usufruir dos benefícios conquistados via Credineve.

Porém, os padres não atuaram sozinhos na articulação das pessoas que começaram a participar no processo que deu início a Credineve. Um técnico do escritório local da Epagri também teve papel crucial. Pode-se assinalar que assim como o padre tem uma posição que lhe possibilita o contato com pessoas de grupos diferentes, a posição que um técnico ocupa no município também lhe proporciona esse tipo de contato. Como se vê no trecho abaixo da entrevista de Amadeu.

[Em 1997] continuamos fazendo reuniões em todas as localidades do interior, juntamente com as duas pessoas mais importantes na época, que puxaram o trabalho e nós devemos muito a eles, que era o Engenheiro Agrônomo Elvio Antônio Peruchi e naquele momento Padre Edson, Pe. Edson Feltrin. Duas pessoas que nos davam suporte para estar organizando os encontros com os agricultores nas localidades. E, posteriormente ajuda muito importante também do Centro Vianeí de educação popular, de Lages que teve um papel muito importante também na fundação da cooperativa.

Mais uma vez vemos que eles estavam conectados com o Centro Vianeí nessa empreitada. Mas, uma observação vale a pena ser destacada, que pode ter sido indispensável para que a ação tenha tido êxito: trata-se da parceria firmada pelo técnico da Epagri e o padre Edson, como mencionado pelo mesmo entrevistado.

O Pe. Edson era muito ligado aos agricultores. Tinha uma ligação forte com os agricultores e defendia muito a questão da agricultura organizada. E o Peruchi, eles tinham.... fechavam uma ideologia parecida os dois.

Com essa ligação entre os principais articuladores, que cumpriram um papel chave no processo, percebe-se como pessoas de grupos diferentes, principalmente de comunidades diferentes, puderam se encontrar para criar a Credineve. O trecho abaixo ilustra bem esse fato e levanta outro dado importante. Não apenas a grande maioria das pessoas, de comunidades diferentes, se conheceu nas reuniões de organização da Credineve, mas também na formação da primeira diretoria, procuraram deixá-la de modo que todas as comunidades que haviam sido mobilizadas para o processo tivessem representantes.

[O que eu queria entender como é que vocês conheceram....] As pessoas se conheceram nas reuniões chamadas para organização da Credineve, da cooperativa de crédito. [Mas não conhecia vizinhos, comunidade.] Não. [Parentes, amigos..] Muito pouco. [Jogar futebol junto...] Não, não, não. Foi tudo depois que o Peruchi junto com o padre Edson começaram a pensar, lá em 96, como te falei, quando escutei na rádio: “Reunião.... cooperativa de crédito.” Comecei a participar. [Tinha vizinhos de comunidade. Você morava aí na região...] Em Invernadinha. [Tinha vizinho participando, parentes, amigos, você lembra assim mais ou menos.] Tinha o Arnaldo parece na época. [Arnaldo Milan.] É. O José Gilmar Pereira, poucos, poucos. [O José Gilmar era....] Outro. Depois vim conhecer o pessoal no grupo. Era pessoal de várias comunidades. Até na fundação da Cresol foi procurado da primeira diretoria deixar pessoas representativas de várias localidades.

Com a criação da Credineve estava colocada em marcha a primeira ação significativa do grupo, que era reunir-se para estudos e outras atividades, a partir da mobilização dos padres da

Igreja Católica, especialmente do padre Edson Feltrin. O grupo, com o apoio crucial também do técnico Elvio Peruchi no município e do Centro Vianeí de Lages, passou então a dirigir uma Cooperativa de Crédito Rural. Não demoraria muito para o grupo tomar outra iniciativa, como veremos na próxima seção.

### 3.3 A Cooperativa Econeve

Na primeira seção vimos que a grande maioria dos agricultores beneficiados pelo crédito ofertado pela Credineve passou a ser produtor de maçã. Para acessarem o crédito, esses agricultores associaram-se a Credineve, através da aquisição de cotas-sociais, ao passo que também passaram a ser identificados e identificarem-se como agricultores familiares. Nesse processo, destacamos a articulação de pessoas-chaves, principalmente padre Edson Feltrin e o técnico Elvio Peruchi, e de um grupo de agricultores. Dois anos depois da criação da Credineve o mesmo grupo conduz um novo processo de reuniões nas comunidades, cursos de formação e viagens para conhecer experiências. Dessa vez trata-se de um processo voltado para levar à São Joaquim a agroecologia, tendo a produção de maçãs como objeto principal.

Por um lado, o contexto no qual esse processo finca raízes também tem relação com a criação do Centro Vianeí. Como apontado na seção anterior, Almeida (2009) registrou que a atuação do Centro Vianeí incluiu propostas vinculadas primeiro à agricultura alternativa e depois à agroecologia. Por outro, tem relação com a penetração da agroecologia na Epagri, em organizações dos movimentos sociais (como o movimento de mulheres agricultoras) e no próprio sistema Cresol. Além do que, em si o movimento de agroecologia tomou corpo desde o fim da década de 1990 com sucessivos encontros, seminários e congressos estaduais e nacionais. E, também, na forma de políticas públicas, como foi o caso implementado na Emater do Rio Grande do Sul durante o governo Olívio Dutra (1999-2002) e mais recentemente no Ministério do Desenvolvimento Agrário na gestão do presidente Lula, a partir de 2004.

Esse quadro é bastante heterogêneo, no que tange à composição social, econômica e política dos grupos que integram o que poderíamos chamar nesse momento de movimento agroecológico. Para autores vinculados ao movimento, apesar da heterogeneidade, há identidades em comum. Assim, “não se trata de um movimento institucionalizado, pois não se organiza em torno a estruturas formais (PETERSEN e ALMEIDA, 2004, p.6 *apud* LUZZI, 2007, p. 3)”.

Para Almeida (2002), a agroecologia não pode ser considerada um movimento social no sentido estrito do termo:

A agroecologia (e por extensão, em um certo sentido, o que até alguns anos atrás se chamou de agricultura “alternativa”) não constitui ainda o que se poderia chamar de movimento social *stricto sensu*, ou seja, uma ação social organizada contra o poder de adversários que têm as rédeas do modo de desenvolvimento agrícola (ALMEIDA, 2002, p. 36).

Brandenburg (2002) afirma que nos anos 1970 a agricultura alternativa é construída como um movimento socialmente organizado. A agricultura alternativa no Brasil teve suas origens nas críticas de intelectuais à modernização da agricultura, nos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs) e na atuação de profissionais e estudantes de agronomia. Profissionais das ciências agrárias como José Lutzenberger, Ana Maria Primavesi e Luis Carlos Pinheiro Machado, dentre outros, elaboraram desde o começo do processo de modernização críticas que propunham

outro tipo de agricultura no país. Do mesmo modo, atuaram a Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) no final da década de 1970 e principalmente na década de 1980, onde os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs) foram as principais marcas do processo<sup>47</sup>. Isso, nas palavras de Brandenburg (2002, p. 12), “surge como um contra-movimento, uma via alternativa à política de modernização agrícola”.

Dessas diferentes abordagens sobre o tema, o que podemos perceber é que a agroecologia de hoje não é um movimento organizado, no sentido de possuir uma estruturação formal de direção, de objetivos e de outras delimitações que se encerram em tradicionais movimentos tais como o MST e o movimento sindical, por exemplo. Podemos dizer, contudo, que o que protagonistas da agroecologia chamam de movimento agroecológico é um conjunto amplo de variados atores sociais dispostos em diferentes maneiras específicas, que incluem desde movimentos tradicionais e organizações que os apóiam (ONGs, CPT, Pastorais, partidos de esquerda, etc) a atores sociais sem vínculos com estas organizações, mas que se envolvem por razões individuais. Desse modo, ao invés de nos referirmos a um movimento agroecológico, entendemos como mais adequado movimentos de agroecologia.

O que podemos localizar como um início para o processo em que está envolvido o grupo de São Joaquim está em consonância com o surgimento da agricultura alternativa nos idos da década de 1970. O envolvimento do Centro Vianeí, um dos principais personagens na disseminação da agricultura alternativa e da agroecologia na região de Lages e São Joaquim, vem desde o início de sua criação concretizando-se na assessoria junto a CPT, mas, principalmente junto ao Projeto Tecnologias Alternativas (PTA) institucionalizado pela ONG Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Esse relacionamento tem início marcado quando a experiência do Centro Vianeí foi escolhida para ser acompanhada pelo PTA/FASE em um seminário do projeto em 1983 (DIAS, 2004; LUZZI, 2007). Com o PTA/FASE se estrutura uma rede, que alcança vários estados do país, de troca de experiências sobre pesquisas e ações que eram levadas a cabo em torno de propostas alternativas de produção ao modelo oriundo da modernização da agricultura. É o que nos contou, em entrevista direta, um dos profissionais do Centro Vianeí:

[...] a instituição tinha um trabalho, articulado com outras ONGs históricas também, que chamava rede PTA. Isso é da década de 80. Na década de 80 já se fazia uma contraposição ao hegemônico do convencional. Era a época da agricultura alternativa. E aí a história dos EBAAs e tal...<sup>48</sup>

Dessa forma, a rede PTA reuniu grande parte das principais ONGs que dedicaram-se a pesquisas e desenvolvimento de tecnologias alternativas, sistematização de experiências de agricultores que interagiam de forma a preservar os recursos naturais, apoio a agricultores que procuravam a produção alternativa (principalmente em parcerias com sindicatos de trabalhadores rurais e com a CPT), entre outras ações no campo das tecnologias alternativas<sup>49</sup>. Alguns

<sup>47</sup> Para maiores detalhes ver Luzzi (2007).

<sup>48</sup> Natal João Magnanti. Entrevista concedida ao autor em 18/09/2009.

<sup>49</sup> Dias (2004, p. 139) também relata as ONGs que compunham a rede PTA em 1991. São elas: Associação Agroecológica Tijupá, Maranhão; CTA/Rede CE – Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR), Ceará; CAATINGA, Pernambuco; Rede PTA PE/PB – Centro Josué de Castro (CJC), Paraíba e Pernambuco; SASOP, Bahia; APTA, Espírito Santo; Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA), Centro de Tecnologia Alternativa Zona da Mata (CTA-ZM), Centro de Assistência Técnica (CAT), REDE, todos em Minas Gerais; Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR), Central Única dos Trabalhadores (CUT) – Sudoeste do Paraná, Fundação para o Desenvolvimento Rural do Centro-Oeste do Paraná (RURECO), no Paraná;

profissionais que estavam vinculados ao projeto PTA/FASE criaram a ONG AS/PTA em 1989, logo após o mesmo ser desvinculado da FASE (DIAS, 2004). Desde então a AS/PTA foi uma referência importante para a articulação da rede PTA.

Existiram diferentes arranjos regionais da rede PTA, entre as ONGs que a compunham. Segundo Dias (2004, p. 133) no sul do país, em um primeiro momento se agruparam, além do próprio Centro Vianeí, o CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas Populares), do Rio Grande do Sul, a Rede de Intercâmbio do Paraná (RURECO – Fundação para o Desenvolvimento Econômico-Rural para o Centro-Oeste do Paraná, e a ASSESSOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural). Logo depois esse grupo viria a formar a rede TA-Sul, como relata Natal Magnanti, membro do Centro Vianeí.

No sul do Brasil tinha um outro recorte que era a rede TA-Sul, rede de tecnologias alternativas do Sul. Que o Vianeí também faz parte. Que fazia parte no caso. Essa articulação da rede PTA não existe mais, nem da TA-Sul.

Rearranjos como esse apontado pelo entrevistado, ocorreram com as organizações que se agrupavam em torno das tecnologias alternativas com o passar dos anos, especialmente pela construção de outra proposta que ampliou o escopo de atuação da rede PTA de tecnologias alternativas para enfoques mais amplos. Essa mudança foi feita com a incorporação do termo agroecologia. Segundo Luzzi (2007, p.62), “a terminologia ‘agroecologia’ foi introduzida no Brasil fruto de contatos estabelecidos entre a coordenação do PTA/FASE com representantes de outras experiências de agricultura alternativa na América Latina”. Um marco disso foi a tradução para o português pelo projeto PTA/FASE, em 1989, de um livro de Miguel Altieri, um colombiano professor da Universidade de Berkeley (EUA), que popularizou o termo. Segundo nosso entrevistado, houve um seminário em Lages onde se discutiu essa alteração do termo, processo que foi construído durante toda a década de 1990. Vejamos o que diz Natal:

Em 90, se não me engano, está nos registros aí, foi feito um seminário da rede PTA aqui em Lages e se discutiu essa questão da agroecologia: sim, não, por que. Vamos alternar o termo tecnologias alternativas para agroecologia: é isso, não é. Bueno, se chegou a conclusão de que o que se fazia era agroecologia. Então veio, se juntou dirigentes de toda a rede PTA pra fazer essa discussão, foi um seminário extenso, de vários dias aqui, que definiu essa questão da agroecologia. E dali pra frente esse termo foi sendo cunhado, foi sendo trabalhado, ao longo dessa última década toda. No caso do Vianeí, aquilo que se fazia já tinha essa conotação, mas se deu também a discussão dessa conceituação. E aí a apropriação do nome agroecologia a partir da década de 90 inteirinha.

Os rearranjos ocorridos nesse processo transformaram a rede PTA, e considera-se que “no caso do sul, a sucedânea da PTA é a Rede Ecovida”, segundo Natal. Destaca-se também que nesse novo arranjo ocorreu uma incorporação de organizações de agricultores familiares e camponeses. Sobretudo, com a Rede Ecovida viram-se proliferar ações individuais, muitas delas de cidadãos, como se vê no trecho abaixo, com a preocupação da rede em criar mecanismos de legitimação dos processos desenvolvidos, buscando integrar produtores, assessores e simpatizantes. Dentre esses, certamente os simpatizantes são cidadãos interessados em consumir

---

Centro Vianeí de Educação Popular, em Santa Catarina; Centro de Aconselhamento ao Pequeno Produtor (CAPA IV), Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), Rio Grande do Sul. Além das ONGs que mantiveram o nome da AS-PTA: AS-PTA Região Nordeste, Pernambuco; AS-PTA Região Leste, Minas Gerais; AS-PTA Rede Paraná, Paraná; AS-PTA Região Sul, Rio Grande do Sul; e a própria AS-PTA no Rio de Janeiro.

os produtos da agroecologia. Mas, uma observação que nos será importante mais adiante é que não aparece o termo consumidor.

A Rede Ecovida de Agroecologia é um espaço de articulação entre agricultores familiares ecologistas e suas organizações, organizações de assessoria e simpatizantes com a produção, o processamento, a comercialização e o consumo de produtos ecológicos. A Rede trabalha com princípios e objetivos definidos e tem como metas fortalecer a agroecologia em seus mais amplos aspectos, gerar e disponibilizar informações entre os participantes e criar mecanismos legítimos de credibilidade dos processos desenvolvidos por seus membros (SANTOS, 2005, p. 14 *apud* LUZZI, 2007, p. 73).

Outros arranjos também incluíram a incorporação da agroecologia por representantes de instituições acadêmicas e de instituições públicas. Esse é o caso da Epagri, em Santa Catarina, que reorientou sua política institucional a partir de 1995, incorporando a agroecologia (LUZZI, 2007).

Nessa trama é que o grupo que havia formado a Credineve passa a buscar a agroecologia. Pois, como demonstramos nas seções anteriores, estavam envolvidos com o Centro Vianeí, um dos principais protagonistas do movimento agroecológico no país. Bem como logo o técnico Elvio Peruchi da Epagri também se envolveria com o tema. Essas conexões principais foram as que levaram o grupo a encaminhar suas predisposições para a construção de uma proposta de agroecologia em São Joaquim, materializada na produção de maçã agroecológica, com a criação da Cooperativa Econeve.

Vários entrevistados relataram que nos cursos de educação popular realizados pelo Centro Vianeí um dos temas abordados era a agroecologia. Em parte com essa bagagem e em parte com as experiências que passaram a ser conhecidas, o grupo que estava dirigindo a Credineve passou a estimular o que foi chamado de “conversão dos cultivos realizados pelos associados para forma agroecológica de produção”. Essa afirmação está em um trecho da ficha de inscrição da experiência “Organização da Agricultura Familiar para o Desenvolvimento Rural Sustentável no município de São Joaquim, estado de Santa Catarina” no primeiro Encontro Nacional de Agroecologia, realizado no Rio de Janeiro em 2002<sup>50</sup>. A responsabilidade pela inscrição dessa experiência foi do escritório local da Epagri e da Econeve. Participaram seis pessoas, dentre os quais Elvio Peruchi, Amadeu Bernardes, representando a Credineve, e Dona Mariana, na época representando o movimento de mulheres.

Dias (2004) argumenta que, apesar de ser cedo para afirmar, o ENA poderia chegar a ser visto como um divisor de águas na trajetória da AS-PTA. Isso poderia ter sido dito para o conjunto da rede PTA, pois a mesma tem relação muito próxima com a AS-PTA. Parece ser algo muito próximo a isso o que Luzzi (2007) encontrou. A autora argumenta que o ENA foi o momento onde se iniciou um novo tipo de articulação entre os integrantes do que tinha sido a rede PTA e os novos atores, principalmente agricultores vinculados aos movimentos sociais. Isso pode ser visto no trecho de uma entrevista realizada com uma pessoa que participou do processo:

Foi a partir do I ENA que a gente teve condições de estar refundando, não mais a Rede PTA, mas uma articulação nacional com outros atores, estabelecendo

---

<sup>50</sup> Disponível em [http://www.encontroagroecologia.org.br/files/SC\\_308.rtf](http://www.encontroagroecologia.org.br/files/SC_308.rtf) - acesso em 21/09/2008.

um outro tipo de relação com os movimentos sociais e uma outra metodologia (Eugênio Ferrari, entrevista realizada em 2007, *apud* LUZZI, 2007, p. 71)<sup>51</sup>.

É esse o conjunto no qual participa o grupo de São Joaquim. A experiência por eles apresentada no ENA demonstra como procuravam caracterizar o processo. Mas, acima de tudo, é resultado de ações anteriores de investimento do grupo na agroecologia e referência para ações posteriores<sup>52</sup>. No período anterior, que é praticamente o período de formação da Econeve, o técnico Elvio Peruchi emergiu como a figura chave de articulação da agroecologia nas reuniões em comunidades, capacitações e visitas a outras experiências.

Um dos entrevistados, Amadeu Bernardes, quando perguntado sobre o que o motivou a produzir maçã agroecológica, lembra Peruchi como um visionário. “Foi as idéias do Peruchi que, ele vamos dizer assim, era um visionário, enxergava um pouco mais longe do que nós os agricultores aqui”. Para outra entrevistada, Dona Mariana, Peruchi “era o grande sonhador”. Um colega de Peruchi, Nilton Nunes de Jesus, relata que seu interesse pela agroecologia começou quando,

Ele foi o cara que fez a frente aí. Ele já tava há muito tempo na extensão aqui... E daqui a pouco ele resolveu: “Não quero mais trabalhar”. Ele deu muitos anos assistência pra convencional... “Eu não vou mais dar assistência pra convencional”. E pronto, se dedicou só na parte orgânica.

Se ele tinha uma capacidade de antecipar as oportunidades ou era um sonhador, não temos como analisar aqui. Mas, essas declarações ilustram a importância de sua atuação no início da produção agroecológica em São Joaquim. E a declaração de seu colega demonstra que depois de muito tempo trabalhando com a produção de maçã convencional, Peruchi resolveu parar com o trabalho de assistência que prestava para a mesma.

Isso aconteceu após a criação da Credineve, quando Peruchi e Nilton foram responsáveis pela conversão de um pomar do Centro de Treinamentos da Epagri de São Joaquim (Cetrejo) para a agroecologia, já que eram unidades didáticas, não direcionadas à geração de renda econômica, onde se podia experimentar. Nilton, hoje extensionista do escritório local da Epagri, na época estava locado no Cetrejo. Segundo o mesmo, nesse pomar foram feitos os primeiros testes de produção e treinamentos com os agricultores, dentre os quais a fabricação de calda bordalesa, um dos principais produtos usados na agroecologia. Segundo Nilton:

As primeiras reuniões davam mais de 50 produtores. Acho que teve uma reunião que se não me engano deu 70 produtores. Muitos japoneses foram lá de curioso, no primeiro dia de campo que nós fizemos pra avaliar e tal.

Nilton narra também uma sequência de cursos que realizada com figuras conhecidas na agroecologia, como o próprio Miguel Altieri e sua esposa Clara Nichols, em uma de suas passagens por Santa Catarina, e Delvino Magro, agricultor de Ipê/RS, criador do fertilizante Super Magro e um dos primeiros produtores de maçã agroecológica no seu estado. O município de Ipê foi visitado pelos agricultores de São Joaquim e de lá muitos ensinamentos foram levados. Assim como os técnicos do Centro Vianeí ministraram vários cursos para os agricultores que se interessaram.

<sup>51</sup> No I ENA foi criada a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que passou a articular ONGs, movimentos sociais e outras entidades. Para maiores detalhes sobre o ENA e a ANA ver Dias (2004) e Luzzi (2007).

<sup>52</sup> Boa parte dos primeiros compradores de fora de Santa Catarina, foram conhecidos nesse encontro.

A família de Dona Mariana que permanece na produção de maçã agroecológica até os dias de hoje participou de alguns desses cursos e viagens. Seu Antenor, marido de Dona Mariana, relata como foram se interessando pela produção agroecológica:

Ela surgiu assim em torno do que o Peruchi demonstrava ali e daí a própria consciência da gente foi pendendo pra esse lado da saúde, de uma comida mais natural, de quem fosse produzir já não se envolvia ou não se intoxicava. Não teria perigo de se intoxicar. Eu creio que por aí que a gente pendeu a idéia pra esse lado. Uma vez lançada a idéia, a gente aderiu a idéia achando que aquilo ali seria o melhor pra gente, né. Se a gente conseguisse trabalhar, como é que se diz, dentro de uma ótica assim, de mais saudável, de... e quem consumisse esse teu produto... também, logicamente ia se beneficiar porque era um produto... sem agrotóxicos... que não tivesse resíduos de agrotóxicos.

Essa circulação de informações entre os participantes nos cursos, nas viagens, nas conversas e nas demonstrações práticas foi estimulando as pessoas em produzir maçã agroecológica. Mas, outras dificuldades fizeram com que apenas nove agricultores resolvessem produzir de fato. Estes nove, associados a interessados em produzir batata agroecológica ou apenas a apoiar, chegando a um total de 32 pessoas, fundaram a Econeve, em 2001, depois de cerca de um ano de reuniões com vistas a acertar as condições de funcionamento.

A criação da Econeve foi acompanhada de perto pela Credineve, tanto do ponto de vista material, quanto do imaterial. No plano material, linhas de crédito e assistência técnica, por meio de um agrônomo, eram oferecidas aos produtores agroecológicos. Bem como muitos cursos e viagens tiveram o apoio direto do financiamento da Credineve. No plano imaterial, desde o início a agroecologia fez parte do conjunto de conteúdos que informaram a ação das pessoas que estavam na Credineve.

Segundo o agrônomo contratado pela Credineve na época, Marcos Martini, em entrevista direta, cerca de 30 pessoas tentaram produzir maçã agroecológica. Mas as primeiras produções foram praticamente perdidas, pelos seguintes motivos que se correlacionam: a falta de mercado para venda, a falta de controle para a sarna da macieira e a mosca das frutas e a menor produtividade da maçã agroecológica em relação à convencional.

Essa derrota inicial que pode ter afastado muitos produtores foi sentida de maneira mais contundente pelo agricultor Antônio Peçanha, o primeiro a implantar pomar agroecológico. Segundo Martini, na época em São Joaquim os agrônomos da Epagri (estação experimental), os agrônomos da Sanjo e das demais empresas, estavam todos apavorados para saber se daria certo essa produção. O que aconteceu com Antônio Peçanha foi que a sua produção foi baixa e a renda que conseguiu não foi possível para manter a terra. Nilton relatou o caso, que ocorreu logo no início, quando começou a ser convertido o pomar da unidade didática do Cetrejo.

Paralelamente tinha um agricultor, Antônio Peçanha (nome fictício), que na minha opinião foi assim, até acabou se fazendo uma sacanagem com o seu Antônio, porque era uma área nova e na minha opinião devia ter um incentivo do Estado pra isso aí. E o seu Antônio entrou de cobaia na história. Então assim, ele produziu, ele conseguiu produzir. Só que até o momento a produção orgânica, ela até o momento, comparada com a maçã convencional ela reduz 50%. Por que assim, a adubação é diferente, é menos quantidade, você tem que conduzir a planta de forma que seja mais eficiente os tratamentos, é menos adensado. Então ela produz menos. Não tem dúvida. E na época, quem produziu maçã orgânica não tinha mercado, o mercado era complicado. Então o quê que aconteceu com o seu Antônio Peçanha... ele teve que entrar no mercado

convencional. Aí a maçã orgânica entrando no mercado convencional ela é uma maçã indústria. Porque sabe como é o mercado convencional, ela tem que tá bonita, lustradinha, padronizadinha. Sabe que o orgânico não tem isso. O orgânico é mais a qualidade exterior, por ser livre de agrotóxico, por não tá contaminado. Então não é a questão do visual, é mais a questão qualitativa mesmo. Então coitado do seu Antônio, ele era um agricultor do crédito fundiário, acabou ficando numa situação muito complicada, vendeu a terra.

Para concluir esse capítulo, não é possível afirmar se as perdas do primeiro pomar foram suficientes para desanimar um número maior de produtores a continuar na produção de maçã. Mas, é fato que outros produtores que tentaram produzir tiveram que recorrer ao uso de controle químico para a sarna da macieira e da mosca da fruta para não comprometer o rendimento. E, os que não o fizeram tiveram que contar com outras rendas para resistir nos primeiros anos de produção. Como veremos no próximo capítulo, recorrendo as formulações de Callon (1997), esses imperativos que são traduções, entre outras coisas, de necessárias relações dos produtores (nesse caso, os que necessitam das técnicas da agroecologia na sua produção) com os mercados, muitas vezes são as barreiras que precisam ser ultrapassadas para a continuidade do projeto de produção.

## CAPÍTULO IV – ENTRANDO NOS CIRCUITOS DE MAÇÃ AGROECOLÓGICA E DE MAÇÃ ORGÂNICA

Com a criação da Econeve e com as primeiras produções, mesmo que com sucessivos insucessos, estava estabelecida em São Joaquim a produção agroecológica de maçã. O volume de produção e o volume de rendimentos monetários que foram gerados são irrisórios se comparados ao que se produz com a maçã convencional. O que vamos discutir nesse capítulo é como a persistência, tanto ao criar condições técnicas de produção, quanto ao criar condições de venda do produto final, possibilitou que alguns produtores de maçã agroecológica de São Joaquim continuassem existindo enquanto tais. A nosso ver esse fato resultou em grande medida da mobilização de um conjunto significativo de interesses políticos para a consecução do objetivo, em conflito com os interesses econômicos em vários momentos. Em outras palavras, direcionou-se grande energia política por parte das pessoas ligadas aos movimentos sociais à construção dessa iniciativa e mobilizou-se uma parcela também significativa de agricultores familiares, alguns dos quais chegaram a testar a produção agroecológica.

Do ponto de vista das condições técnicas de produção, na primeira seção vamos discutir o controle da mosca da fruta, principal problema no qual esbarram os produtores de maçã agroecológica. Será discutido paralelamente à sarna da macieira, outro problema sério, mas que foi superado com mais facilidade. Na segunda seção, vamos analisar a formação de dois grandes circuitos onde podem ser comercializados os produtos alternativos: o agroecológico e o orgânico. A formação desses circuitos, no nosso entendimento, é resultado da institucionalização econômica dos movimentos sociais desde a década de 1990. Vamos nessa seção mostrar os símbolos, os argumentos morais e algumas das relações pelas quais os movimentos de agroecologia demarcam as fronteiras entre esses circuitos. Na última seção, colocamos em questão como, convivendo com a mosca da fruta, os produtores agroecológicos de São Joaquim constroem sua entrada nos referidos circuitos. Em outros termos, a última seção é dedicada a analisar o caso concreto de São Joaquim, de institucionalização econômica dos movimentos sociais, em relação aos circuitos agroecológico e orgânico.

### 4.1 Uma mosca no caminho

A mosca-das-frutas *Anastrepha fraterculus* (Wied) (Diptera: Tephritidae) é considerada pela moderna ciência agrônômica uma das principais pragas da macieira e das frutíferas de clima temperado no sul do Brasil. Esta ciência preconiza um monitoramento, muito utilizado em todos os sistemas de produção (Convencional, Produção Integrada de Maçãs – PIM, Agroecológico) por combinar métodos de diferentes matrizes. Trata-se do uso de iscas atrativas, com 25% de suco de uva, quando o fruto estiver com 1,5 cm de diâmetro. Quando for detectado o nível de 0,5 moscas/frasco/dia<sup>53</sup> é preciso ser feito o “controle”, pois o dano tende a causar prejuízos econômicos. Até a fase de monitoramento da presença do inseto, não são usados produtos químicos. Mas o “controle” somente é possível com inseticidas que atuam em profundidade, pois a mosca deposita seus ovos, que se transformarão em larvas, no interior do fruto. Ou seja, para

---

<sup>53</sup> Esses níveis são os recomendados pela Embrapa. Informações disponíveis em <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Maca/> pela pesquisadora Rosa Maria Valdebenito-Sanhueza. Acesso em 20/01/2010.

controlar os danos causados pela larva dessa mosca-das-frutas (galerias no interior dos frutos, que os deixam prejudicados para a comercialização) é necessário atingi-las quando estão adentrando os frutos. Nos casos da produção convencional e da PIM, o controle é feito com inseticidas fosforados, sendo que para a última há uma grade de inseticidas e respectivas dosagens permitidas para o uso em cada safra.

Entretanto, para quem deseja produzir maçãs sem o uso de inseticidas químicos, como é o caso da produção agroecológica, do ponto de vista das técnicas de produção a presença da mosca-das-frutas torna-se o principal obstáculo<sup>54</sup>. Ainda não se conhecem métodos biológicos que possam evitá-la, seja através de predadores, repelentes ou caldas. Tampouco métodos culturais como plantas de contenção, por exemplo, são eficazes. O único método eficiente é o ensacamento do fruto, com sacos específicos e logo no início do desenvolvimento do fruto. Mas esse método envolve um aumento considerável nos custos de produção, pois implica em mais trabalho, para efetuar a colocação dos sacos. Por fim, uma saída é vender as frutas que foram picadas por moscas para indústria, principalmente de vinagre, o que implica vendê-las a um preço mais baixo.

Essa situação foi a principal responsável para que a grande maioria dos agricultores familiares de São Joaquim não chegasse sequer a testar a produção agroecológica, e para que muitos dos que testaram desistissem. Pois, embora seja possível que haja safras em que a presença da mosca seja baixa a ponto de não prejudicar a produção, em geral isso não tem acontecido o suficiente para garantir segurança. Sobretudo, a forma de lidar com esse problema é objeto de controvérsias técnicas mais gerais, a respeito das formas de controle das pragas, que opõem interlocutores da moderna ciência (convencional, PIM) e agroecologistas. As pragas por princípio não são vistas como tais pelos agroecologistas, mas como seres com os quais é preciso estabelecer um convívio. Do mesmo modo que as ervas daninhas devem ser encaradas como ervas espontâneas, ou outras denominações que também procuram se referir ao convívio necessário entre distintos seres em um mesmo ecossistema.

As controvérsias a respeito das formas de controle das pragas geralmente se realizam em debates que envolvem o parecer de um técnico sobre o tema. Os pareceres, feitos por engenheiros agrônomos e outros profissionais que elaboram as técnicas ou “que participam em uma fase ou outra de seu desenho, desenvolvimento e difusão, constantemente constroem hipóteses e formas de argumentação que os colocam no campo de análise sociológico (CALLON, 1997, p. 83 [tradução nossa])”. Esses técnicos, que Callon (1997) chama de engenheiros-sociólogos, atuam na introdução de uma inovação tecnológica, procurando alinhar as mesmas a outros atores que possam apoiá-las, como órgãos de governos, movimentos sociais, etc.

Com as técnicas de produção agroecológicas, isso pôde ser visto quando em determinado momento chegou-se a ter a impressão de que o principal obstáculo a ser controlado seria a sarna da macieira, causada por um fungo (*Venturia inaequalis*), e não a mosca-das-frutas. Com isso, vemos aqui uma marca da heterogeneidade de componentes com os quais lidam os engenheiros-sociólogos. Antes da mosca, um fungo dos movimentos que postulavam a produção de maçã agroecológica. Isso era algo que estava presente desde os primeiros testes realizados no pomar experimental do Cetrejo. Como relata o então técnico da Epagri lotado nessa unidade, Nilton Nunes de Jesus, os que procuravam saber dos resultados tinham como curiosidade

<sup>54</sup> Há, em geral, menor produtividade na produção agroecológica, principalmente por motivos relacionados à adubação e ao adensamento de plantas. Mas, essa menor produtividade pode ser compensada com razoável satisfação pelo preço e por motivos relacionados à saúde, ao ambiente, etc. A mosca-das-frutas é também um dos principais obstáculos para outras frutíferas cultivadas em sistemas semelhantes ao que estamos discutindo. Ver, por exemplo, Rupp (2005), Keske (2004) e Gonçalves e Santos (2009).

(...) principalmente a questão da sarna. Se dizia que a sarna era o principal problema. Na verdade não era. Sarna era fácil de controlar no sistema orgânico. O problema maior é a mosca, porque a mosca aumenta muito a mão-de-obra, por que você tem que ensacar.

A controvérsia em torno do fungo *Venturia inaequalis* foi evidenciada primeiramente quando, em 2004, um dos primeiros anos em que se começou a colher maçã agroecológica, a sarna da macieira tornou-se uma das principais responsáveis pelas perdas de produção dos pomares convencionais. Dividia o título com fatores geralmente considerados externos aos pomares, como as intempéries, geadas e granizo, e os baixos preços da maçã. A sarna geralmente está no âmbito interno do pomar e, se não é a única suscetível de controle dentre os fatores mencionados anteriormente, é sobre a qual com mais frequência exigiu-se o pronunciamento dos técnicos, pois se vincula diretamente às formas de produção.

Foi isso o que aconteceu nessa safra, quando os engenheiros-sociólogos aproveitaram para expor as vantagens dos seus métodos no Jornal Carucaca. Esse jornal havia sido criado pouco antes, no ano de 2003, pelos movimentos sociais em São Joaquim. A primeira edição do Jornal Carucaca foi lançada em setembro/outubro pelas organizações criadas e/ou conquistadas pelo grupo que fundou a Credineve. Nesse momento a Credineve já havia mudado a denominação para Cresol São Joaquim e além da criação da Econeve haviam sido criadas também uma cooperativa de produtores de batata (Coopercruzeiro), uma rádio comunitária (Rádio Quebra-Gelo) e conquistado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Além dessas organizações, é também responsável pelo expediente do jornal, na primeira edição, o Movimento de Mulheres Agricultoras. É por meio desse jornal que essas organizações procuraram expressar-se. Como o primeiro editorial dizia:

O Carucaca é a realização de um desejo das entidades responsáveis por sua publicação de verem impressas suas idéias, objetivos, ideais e atividades. Não temos a pretensão de sermos os donos da verdade mas propor e discutir os temas expostos. Temos um ponto de vista e gostaríamos de trocar idéias com nossos associados, divulgar melhor o nosso trabalho e receber seus comentários e críticas. Como toda a publicação que está começando prometemos que iremos acertando os passos durante a caminhada. Mas nesta tarefa é necessário contar com vocês pois as entidades são aqueles e daqueles que as integram. Sejam Bem Vindos!<sup>55</sup>

Com esse veículo criado para reverberar as opiniões dos movimentos, dentre elas as de seus engenheiros-sociólogos, na edição número 08 (novembro 2004/fevereiro 2005) do Jornal Carucaca o editorial apontava “o quadro do desastre” diante da chamada epidemia da sarna, como foi qualificada por técnicos da estação experimental da Epagri. Segundo o editorial, essa epidemia completava o quadro dos desastres que desembocavam naquela safra: preços baixos, geada e granizo. Diante disso, o editorial propunha um caminho, “a mudança dos modelos que norteiam a nossa agricultura”, que é propriamente a proposta da agroecologia. Além disso, o jornal entrevistava os engenheiros-sociólogos, produtores de maçã agroecológica, para que oferecessem respostas ao controle da sarna.

Estes eram o agrônomo Marcos Martini, o mesmo que havia sido contratado pela Credineve no início do processo de estímulo a produção de maçã agroecológica, e um integrante da Econeve, Silvio da Costa, técnico agrícola. Na entrevista ambos afirmaram que a sarna está presente nos pomares, mas que em condições de equilíbrio nutritivo das plantas, como é o caso

<sup>55</sup> Editorial. Jornal Carucaca, São Joaquim, setembro/outubro de 2003, p. 2.

dos seus pomares agroecológicos, a incidência é muito pequena. Além disso, nos seus pomares contribuem para diminuição da incidência de sarna o controle biológico, com o uso de outros fungos, e outras práticas de manejo. Em contrapartida, a sarna tende a tornar-se um problema quando o desequilíbrio é provocado por adubações que estimulam um crescimento rápido da planta, o que acontece geralmente na produção convencional. Ou seja, nesses casos o pomar fica predisposto à ocorrência da sarna nas safras em que a população da mesma se eleva.

Essa polêmica travada em torno da sarna, que como vemos não era o problema crucial da produção agroecológica, é importante para analisarmos como as considerações sobre a tecnologia não estão deslocadas de outras sobre a sociedade, como destacou Callon (1997). Nesse caso, o editorial do jornal já anunciava que o caminho pretendido era o da mudança de modelo que norteia agricultura. O modelo pretendido aqui é aquele que as organizações responsáveis pelo jornal postulam, isto é, fundamentado em uma perspectiva agroecológica.

Se vemos que os engenheiros-sociólogos da maçã agroecológica deram respostas melhores, pelo menos no plano discursivo, ao controle da sarna, o mesmo não pode ser dito em relação à mosca-da-fruta. Como argumentamos anteriormente, há, parcialmente, respostas para o controle da mosca, mas que ainda não se tornaram suficientes. A mosca *Anastrepha fraterculus* tornou-se um dos obstáculos mais importantes no caminho dos movimentos que propunham um novo modelo de agricultura, especialmente através da produção agroecológica de maçã, em São Joaquim.

Nos termos dos produtores, a mosca não os deixou trabalhar. É o que se vê no relato abaixo, de um entrevistado, Alceu Parente, que tentou produzir maçã agroecológica. Ele tinha o interesse de abandonar a produção convencional com controle químico. É uma das pessoas que se envolveu desde o início com as pastorais da Igreja Católica. Teve o contato com o agrônomo da Epagri, Elvio Peruchi e com outra figura importante do movimento agroecológico, Delvino Magro, mas não conseguiu trabalhar com a produção de maçã agroecológica:

Eu não trabalhei muito tempo. Eu converti meu pomar dois anos, mas não deu pra trabalhar por causa da mosca. [...]a gente queria converter os pomares pra que se trabalhasse só na ecologia. A gente tentou. Tem que ser dois anos que não pode jogar química nenhuma. E a gente conseguiu manter naqueles dois anos. No sacrifício, por aqui não teve apoio. Você tem que ter muito apoio [...] Mas não tivemos apoio de ninguém. Era feito cada um pra si. O apoio que tinha era da Epagri [...]. O Peruchi dava aquele incentivo ali. Aí nós começamos trabalhar com o Magro. O Magro, era o que começou trabalhar o Supermagro, o nome dele era Magro, lá de Vacaria parece... de Ipê! Deram o nome de Supermagro e a gente combatia a sarna com esse tratamento. Então a gente não tem uma história muito grande porque a gente não ficou muito tempo na ecologia.

Assim foi também com outro entrevistado, que hoje é membro do STR, Saulo Barbosa. A mosca não o permitiu trabalhar com a produção de maçã agroecológica:

Foi trabalhado uns 3 ou 4 anos e a dificuldade é que a nossa região lá é muito mato. Daí muita goiaba. Então ficou difícil de controlar foi a mosca [...]. E o que aconteceu: foi um ano muito difícil de conseguir muda, nós plantamos só gala. E a gala ali na nossa região é mais difícil de controlar ainda [...]. Sarna e as outras coisas foi conseguido controlar tudo. A dificuldade foi a mosca.

Na linguagem dos entrevistados, trabalhar significava completar o que havia sido feito em termos de mobilização política, de organização na Econeve e nas demais entidades, de

aprendizado em cursos e testes práticos. Enfim, significava completar o deslocamento que havia sido feito da posição inicial de produtor de maçã convencional. Em poucas palavras, tornar-se produtor de maçã agroecológica. Essa incompletude que para estes agricultores significa não trabalhar com a produção agroecológica de maçã está em consonância com o ponto no qual Callon (1997) afirma que para os engenheiros-sociólogos os argumentos sofisticados e as teorizações não bastam. Este momento chega quando, “se um engenheiro-sociólogo deve demonstrar que tem razão, tem que criar um novo mercado; o sucesso se mede pela quantidade de lucro obtido (CALLON, 1997, p. 90 [tradução nossa])”. As palavras podem assustar, mas como arremata Callon (1997, p. 90 [tradução nossa]) “esta é, em toda sua simplicidade e crueza, a prova da verdade”.

Frente a essa situação, onde uma mosca “pousou na sopa” dos movimentos sociais<sup>56</sup>, uma questão a ser discutida é como podem alguns poucos produtores ter continuado com a produção agroecológica de maçã? De dez produtores que resolveram implantar ou converter o pomar, somente seis continuam produzindo. Através desses produtores, embora com significativos insucessos e com baixa relevância, a produção agroecológica de maçãs não deixou de existir. Agora, veremos de que forma apenas tornou-se realidade aos que conseguiram conviver com a mosca em sua “sopa”.

## 4.2 A formação dos circuitos agroecológico e orgânico

Vimos no capítulo anterior que os protagonistas da agroecologia chamam de movimento agroecológico um bloco que tem diversas formações específicas. Essas formações envolvem desde tradicionais movimentos sociais (MST, MAB, MMC, STRs etc) e organizações que os apóiam (ONGs, pastorais da Igreja Católica, partidos de esquerda etc), a outros atores sociais, alguns sem vínculos formais com grupos coletivos. Dentro desse bloco, para o movimento sindical rural e para os assentados no final dos anos 1980 organizar a produção, e não apenas protestar contra a concentração de terra e concentração nas cadeias de produção, era uma questão premente (MEDEIROS, 2001).

Assim, uma das principais questões colocadas era como vender os produtos fora dos mercados convencionais, onde predominam grandes empresas. Uma saída comumente encontrada foram as vendas diretas em feiras locais e regionais. Estas vendas com frequência têm sido tratadas nas análises de mercado como partes de circuitos curtos. Estes circuitos envolvem proximidade geográfica, que implica em facilidades de distribuição, transporte e gestão das vendas. Em contrapartida, o mercado convencional faz parte de circuitos longos, que se dá em longas distâncias geográficas, aumentando a complexidade das mesmas operações, e pressupõe mais recursos envolvidos (estruturas de armazenagem e distribuição, logística de transporte, etc.) e a presença de atores poderosos, capazes de coordenar esse processo, geralmente grandes redes de supermercados.

Como destacou Schmidt (2001), os produtos dos movimentos de agroecologia foram comercializados desde o início em circuitos curtos. Além da proximidade geográfica, estes implicam na identificação entre produtores e consumidores no que diz respeito à qualidade do produto e a uma opção ideológica contrária aos circuitos longos, representativos da agricultura convencional. Além disso, a preferência por circuitos curtos é, argumenta Schmidt (2001, p. 65),

<sup>56</sup> Analogia com o conhecido trecho da música de Raul Seixas “[...] eu sou a mosca que pousou na sua sopa”.

“ao mesmo tempo, o resultado de uma incapacidade (quantidades e regularidade, padronização, logística, gestão) de se inserir nestes mesmos circuitos [longos]”. Uma experiência bastante conhecida de circuito curto foi a criação da Feira Ecológica da Avenida José Bonifácio em Porto Alegre pelos agricultores ecologistas de Ipê e Antônio Prado, municípios que se encontram cerca de 200 km da capital, pelo Centro Ecológico de Ipê, pela Cooperativa Coolméia e pela prefeitura de Porto Alegre, em 1989 (SCHMITT, 2003).

É comum os circuitos de feiras possuírem suas datas fixadas na semana ou no mês, de modo que quem compra e quem vende se encontra ao longo do tempo. Isso possibilita que os relacionamentos entre produtores e consumidores sejam recorrentes, propiciando o estabelecimento de regras sobre o que se desenrola na feira, e, também, o compartilhamento de representações sociais, significados simbólicos, características culturais, costumes e tradições. Essas características não são exclusividades de um ou outro tipo de venda, mas sim das relações mercantis em geral, que são estabelecidas com base em relações sociais (GRANOVETTER, 1985; ZELIZER, 2005; 2009).

Um exemplo interessante disso é expresso por Garcia (1984) em sua monografia realizada nas feiras do Brejo Paraibano, que eram freqüentadas principalmente por pequenos agricultores, ex-moradores dos engenhos da região<sup>57</sup>. A autora verificou que ao invés da freqüência à feira tornar-se uma conquista de autonomia – contrária à situação anterior de dependência do morador em relação ao senhor de engenho, já que na feira era possível que se negociasse livremente –, como era esperado por muitos, a feira mostrou-se contida por uma miríade de relações diferentes. Isso porque, como demonstrou a autora, as relações mercantis frequentemente são atualizações de outras relações sociais como vizinhança, clientela política, religiosas, etc. Assim, existiam casos em que um vendedor específico era favorecido pela constância de um comprador, que por seu turno se favorecia da qualidade, peso e preços oferecidos pelo vendedor. Além disso, era comum o comprador se favorecer de outros serviços, como deixar suas coisas com o vendedor enquanto procurava o barbeiro, por exemplo. Além disso, a autora demonstrou também que em determinados casos onde se estabelece a confiança entre o comprador e o vendedor, ocorre também o favorecimento de crédito, caracterizado como fiado.

Dessa maneira, é preciso considerar que as feiras de circuitos curtos se dão com base em relações sociais como essas. Contudo, mais do que organizar a produção e colocar os produtos em feiras de circuitos curtos, os movimentos de agroecologia podem ser vistos como parte dos chamados “Novos Movimentos Sociais Econômicos” (WILKINSON, 2007; GENDRON *et al*, 2009). Como argumentamos no primeiro capítulo, os “Novos Movimentos Sociais Econômicos” pressupõem a emergência de um movimento ou de uma mudança nas formas tradicionais de ação dos movimentos, que implica “no uso de mecanismos econômicos para responder demandas sociais” (GENDRON *et al*, 2009, p. 72, [tradução nossa]). Como afirmam Gendron *et al* (2009), esses novos movimentos passam a ter, além de uma institucionalização política, também uma institucionalização econômica. Isso envolve adaptar os mecanismos econômicos de acordo com os valores dos movimentos, pressionar os negócios em um nível sócio-político, adotar medidas de rotulagem e rastreabilidade, além da continuidade de ações tradicionais, como campanhas de conscientização e educação, por exemplo.

A institucionalização econômica dos movimentos de agroecologia guarda estreita relação com um processo ocorrido a partir dos anos 1990 de regulação das diferentes formas de produção alternativa. Essa regulação deu-se em longos processos de debates sobre as formas de

<sup>57</sup> Os moradores eram “trabalhadores que residiam no engenho, recebendo do patrão uma casa e um pedaço de terra onde poderiam cultivar seus produtos alimentícios no roçado (PALMEIRA, 1976 *apud* GARCIA, 1984)”.

legitimidade dos produtos oriundos da mesma. A necessidade dessa regulação ocorreu, por um lado, devido à crescente preocupação com a insegurança em relação à qualidade dos alimentos, por parte dos consumidores, principalmente diante dos riscos gerados pela Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE), mais conhecida como doença da vaca louca, e pela emergência dos transgênicos. Por outro, o próprio crescimento da demanda por produtos oriundos da produção alternativa, seja pelas preocupações com estilos saudáveis de vida ou por opções ideológicas, colocou a necessidade de garantias de qualidade por sistemas peritos. Em resumo, essa regulação institucionalizou mercados para além de circuitos localizados para a produção alternativa, concretizada em normas de certificação dos produtos e/ou processos<sup>58</sup>.

No que tange nosso objeto de estudo, uma interessante ilustração de ações implementadas no âmbito do que estamos chamando de institucionalização econômica dos movimentos de agroecologia é a linha do tempo apresentada no caderno de formação 01 da Rede Ecovida de Agroecologia (Figura 09). Nela vemos que na história recente da agroecologia, são ressaltadas predominantemente entre os anos de 1994 e 2006 as ações relacionadas à regulação da produção alternativa. Ou seja, no caderno de formação, que é um material voltado principalmente para o conjunto dos integrantes da organização, é apresentada como a história recente os fatos relacionados à normatização dos produtos para participação nos mercados. Cabe observar que essas ações sucederam um período mais relacionado a protestos sociais contra a modernização da agricultura.

A Rede Ecovida pode ser considerada como uma formação específica do bloco de movimentos sociais que compõem o chamado movimento agroecológico. Mas, mais do que isso, é possível considerar que a própria Rede Ecovida resulta desse processo de institucionalização econômica dos movimentos de agroecologia, sem deixar de fazer parte de um conjunto mais amplo de ações. De acordo com o documento, “conclui-se que a Rede não nasce em 98. Nesta data inicia-se um novo formato organizacional de um movimento agroecológico no Sul do Brasil: a **Rede Ecovida de Agroecologia** (ARL, 2007, p. 11, grifos no original)”.

---

<sup>58</sup> Para uma discussão aprofundada desse processo ver Fonseca (2005).

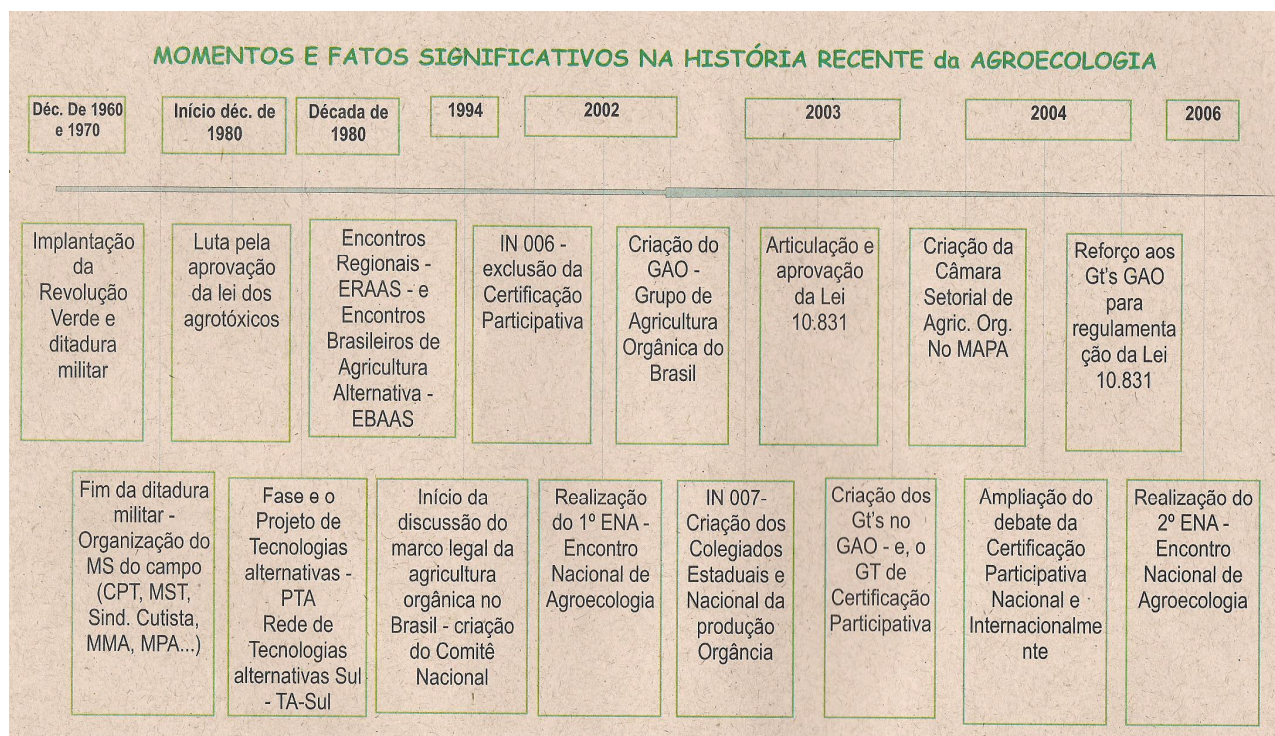


FIGURA 09. Linha do tempo, síntese da história da agroecologia elaborado pela Rede Ecovida. Fonte: Caderno de formação 01 da Rede Ecovida de Agroecologia (ARL, 2007).

No nosso entendimento, é nesse processo de institucionalização que se fundam dois grandes circuitos onde se comercializam os produtos alternativos: o agroecológico e o orgânico, que se expressam fundamentalmente quanto aos modos de certificação. O primeiro está amparado na certificação participativa, postulando os princípios da agroecologia. No sul do Brasil, a criação da Rede Ecovida é um dos exemplos mais conhecidos desse tipo de circuito. O segundo está amparado na certificação por auditoria externa, regulado pelo Ministério da Agricultura, sob o signo de agricultura orgânica. De pronto, é importante assinalar que a certificação por auditoria é comumente acusada de ser desvinculada de princípios de construção de um modelo de agricultura diferente ao da modernização, sendo apenas um processo burocrático para colocar produtos orgânicos no mercado. Enquanto a certificação participativa, “fundada sobre uma equidade e uma solidariedade partilhadas com um conjunto de *consumidores-cidadãos*, se revelaria no longo prazo mais sólida e mais irreversível que o reconhecimento apenas formal dos ‘selos’ comerciais (BYÉ *et al*, 2002, p. 86)”. Essas diferenças são expressas por Santos (2006) da seguinte maneira:

A certificação, chamada de maneira redundante de certificação por auditoria, consiste, por definição, num procedimento de avaliação da conformidade onde um organismo de terceira parte (independente da produção e do consumo) atesta por escrito que determinado produto, processo ou serviço está de acordo com as normas ou regulamentos pré-estabelecidos. Já a geração de credibilidade consiste num processo de garantia que se dá através das relações estabelecidas, formais ou informais, entre produtores e consumidores e/ou através da organização de base e das relações em rede, consistindo no que chamamos de Sistema Participativo de Garantia (SPG) ou, no caso da Ecovida, de Certificação Participativa em Rede (CPR) (SANTOS, 2006, p. 117).

No nível das organizações, que, de acordo com essa separação, sustentam os circuitos agroecológicos (ONGs, movimentos sociais, agricultores familiares e feirantes) e orgânicos (MAPA, supermercados e agricultores empresários), existe com frequência a postulação de diferentes interesses nas relações de mercado, os primeiros buscando imprimir valores mais eqüitativos e solidários, os segundos buscando mais propriamente o lucro.

Estas resoluções ideológicas parecem se aproximar daquilo que Zelizer (2005) caracteriza como separação entre Mundos Hostis, realizada pelos membros dos circuitos. Para Zelizer (2005), a doutrina dos Mundos Hostis está amparada na idéia disseminada entre defensores e críticos do capitalismo de que a esfera econômica está separada da esfera sentimental. A primeira seria o lugar da racionalidade instrumental e da impessoalidade, e a segunda da intimidade e da solidariedade. Nessa doutrina, estes mundos são hostis, pois quando se “contaminam” mutuamente geram, na esfera econômica, favoritismo e ineficiência, e, na esfera sentimental, a quebra da solidariedade.

Segundo a autora, essa separação ideológica e moral resulta em um paradoxo, pois como descrição e explicação de espaços sociais concretos elas não revelam nada. A autora então sugere superar

[...] o *gap* analítico entre intimidade e impessoalidade reconhecendo a existência de laços diferenciados que atravessam situações sociais particulares. Em toda sorte de situações, das predominantemente íntimas às predominantemente impessoais, as pessoas diferenciam fortemente entre vários tipos de relações interpessoais, marcando-as com nomes, símbolos, práticas e meios de troca distintivos (ZELIZER, 2005, p. 292 [tradução nossa]).

Antes de verificar esse paradoxo na situação concreta que estamos estudando, vamos procurar caracterizar o circuito da maçã agroecológica, constituído basicamente na formação da Rede Ecovida. Com a noção de circuito de Zelizer pode-se analisar como são elaborados limites bem definidos que separam membros de não-membros dos circuitos. Isso se dá por meio de relações sociais distintivas, na elaboração de sistemas comuns de contabilidade, em símbolos, meios de troca específicos e nos significados compartilhados nas relações de troca econômicas.

A Rede Ecovida foi criada inicialmente como uma rede estadual, em Santa Catarina, no ano de 1998, e depois passou a englobar os demais estados do sul do Brasil e a região sul de São Paulo. Com a divulgação dos resultados do primeiro encontro entre outros componentes dos movimentos de agroecologia, foi chamada de Rede Ecovida de Certificação Participativa, com a conseqüente criação de logomarcas (ARL, 2007). No ano seguinte realizou-se um encontro de ampliação em Lages, onde a rede passou a ser chamada de Rede Ecovida e deixou de ser apenas estadual (ARL, 2007).

Desde então são organizados os chamados encontros ampliados de dois em dois anos. De acordo com Arl (2007), resumidamente, os princípios da Rede Ecovida são: a articulação na recuperação e preservação da vida no planeta, a contribuição na construção da sustentabilidade junto ao desenvolvimento, a agroecologia como base para essa sustentabilidade, a articulação em rede (sem hierarquias), a preservação das particularidades locais e/ou regionais, ser parte ou atuar junto a agricultura familiar e camponesa e aos trabalhadores urbanos, o fortalecimento das relações de economia popular solidária na rede e junto a formas de mercado justo e solidário, a priorização da relação direta com os consumidores e a oposição a qualquer forma de opressão (econômica, política, social, de gênero ou geração).

As unidades básicas da Rede Ecovida são as famílias agricultoras, que se organizam em associações e em núcleos regionais. Para Arl (2007, p.15), os núcleos “são o principal espaço

organizacional e funcional da Rede”. Os núcleos regionais comumente envolvem também ONGs, cooperativas de consumidores e pequenos comerciantes. Radomsky (2009) notou que a participação de consumidores é percebida pelos membros do núcleo que pesquisou, na região oeste de Santa Catarina, como abaixo do esperado.

As associações que formaram os primeiros núcleos são de agricultores que já as tinham constituído em tempos anteriores à criação da Rede Ecovida. A incorporação de novas famílias de agricultores ocorre em um processo de acompanhamento pelos mesmos das atividades do núcleo na região onde se encontram e o acompanhamento por técnicos vinculados ao núcleo das práticas de transição adotada. Então, a família é visitada por membros da comissão de ética do núcleo, que vistoriam as atividades em “conversão”. Depois de completado esse acompanhamento e as vistorias, a admissão da nova família à rede será concretizada com a indicação de outras duas famílias membro do núcleo e a aprovação de pelo menos dois terços de membros do núcleo.

Além de contribuir com uma anuidade relativamente baixa e de concordar com as normas da rede, é nesse aval que a nova família recebe dos membros atuais para a sua entrada que se configura a concretização da sua condição de agricultor agroecológico (ecológico ou orgânico, dependendo da linguagem utilizada em cada local). Além das normas, a nova família membro precisa também incorporar um discurso moral, que faz parte da construção da identidade dessa nova condição. Como constatou Oliveira (2008), é preciso diferenciar-se dos outros, geralmente os convencionais, constituindo uma comunidade moral, que extrapola limites geográficos.

A certificação é autorizada depois de a nova família participar formalmente da rede e de encaminhar um formulário com uma série de informações sobre a produção e a propriedade à coordenação regional. Segundo Radomsky (2009), na prática esse processo não é muito esquemático. “A certificação é fornecida desde que os agricultores participem das reuniões nas propriedades dos membros do grupo, ‘abram’ a sua propriedade de forma transparente para os outros (RADOMSKY, 2009, p. 147)”. O autor também observou algo que caminha no sentido da resolução moral pela condição que é buscada pelos novos membros da rede; esse processo se completa com a expressão de que os agricultores

[...] tenham na agroecologia uma opção de vida, como relatado muitas vezes. Portanto, a conversão desejada pelo grupo é a que preza por um ideal, não uma conversão pelo mercado, ou seja, apenas interessada nos lucros econômicos da agricultura ecológica certificada. Mas o detalhe é que durante as diferentes reuniões o tema “mercado” é essencial e sempre debatido; na realidade, é preciso entender que os agricultores falam dele como uma consequência do trabalho na agroecologia, por isso compreendem a ideia de conversão como dada pelo conjunto de valores sociais e simbólicos das práticas (RADOMSKY, 2009, p. 147)”.

Assim, vemos novamente a idéia de que “trabalhar na agroecologia” se completa quando se associa à realização no mercado. Realização que é motivada pelo conjunto de valores vinculados principalmente à agroecologia, que, como mencionamos anteriormente quando tratamos dos princípios da Rede Ecovida, estão relacionados à sustentabilidade do desenvolvimento, a formas de mercado justo e solidário, à oposição a diversas formas de opressão, etc.

Uma das mais fortes expressões desses valores defendidos pela Rede Ecovida são os significados de seu símbolo (Figura 10), presente na logomarca (usada em materiais como bonés, camisetas, faixas, *websites* etc.) e no selo (usado nos produtos certificados). Segundo Arl (2007), a mão sobre o planeta se refere à idéia de proteção; o planeta Terra porque se trata de um

movimento planetário; a planta germinando localiza o movimento no sul do Brasil e em construção permanente; e a mão segurando o planeta é a idéia da sustentação, continuidade e conservação (“ecologia em todo o lugar, e com os humanos presentes, como parte da natureza”).



FIGURA 10. Logomarca da Rede Ecovida.

Fonte: [www.ecovida.org.br](http://www.ecovida.org.br)

Esse conjunto de valores, ou resoluções morais, está presente na organização do circuito agroecológico da Rede Ecovida. Tal circuito tornou-se mais estruturado com a organização do Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida, em meados de 2006<sup>59</sup>. Essa nova estruturação pode ser vista como um passo a mais na institucionalização econômica dos movimentos sociais ligados à agroecologia. Além da certificação participativa e da distribuição dos produtos nas feiras dos núcleos, as novas normas e o sistema de transportes permitem a circulação dos produtos entre as várias feiras e pontos de venda da rede em toda a região sul do país.

Segundo Magnanti (2008), esta nova estruturação funciona com base em sete estações-núcleos (Erechim/RS, Lages/SC, Curitiba/PR, Lapa/PR, Palmeira/PR, Jesuítas/PR, Porto União/SC) e dez subestações (Passo Fundo/RS, São Mateus do Sul/PR, Lapa/PR, Palmeira/PR, Castro/PR, Cerro Azul/PR, Morretes/PR, Torres/RS, Praia Grande/SC, Florianópolis/SC). Segundo o autor, nas estações ou nas subestações são realizadas reuniões mensais para discutir a política do circuito, planejar as ações, discutir os preços praticados e acertar as transações efetuadas, e para discutir os princípios de funcionamento. Para ele, dois princípios fundamentais orientam e diferenciam esse sistema da lógica convencional de comercialização:

Em primeiro lugar, para integrar o circuito, é necessário que os alimentos ofertados para a comercialização sejam produzidos ecologicamente e que estejam certificados com selo da Rede Ecovida de Agroecologia. Também devem ser necessariamente oriundos da agricultura familiar, sendo produzidos em sistemas diversificados que assegurem alto nível de segurança alimentar para as famílias produtoras [...] Um segundo princípio norteador do sistema determina que as organizações que vendem devem se comprometer também a comprar produtos de outras organizações do circuito. Esse procedimento garante o intercâmbio de produtos entre os núcleos regionais, o que permite a ampliação da diversidade de mercadorias ofertadas nos diferentes mercados locais: feiras, famílias agricultoras sócias da Rede Ecovida, mercados institucionais, entre outros (MAGNANTI, 2008, p. 27).

<sup>59</sup> De acordo com Magnanti (2008) as associações e cooperativas que estavam presentes nesse momento eram a Cooperativa Ecoserra de Lages (SC), a Associação Regional de Cooperação e Agroecologia (Ecoterra) de Erechim (RS), a Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (Aopa) de Curitiba (PR) e a Associação Cooperafloresta de Barra do Turvo (SP).

Isso segundo o autor também reduz os custos com frete, pois os caminhões que fazem o transporte entre as estações e/ou subestações devem sempre seguir a máxima otimização, viajando sempre carregados. Outro resultado da nova estruturação é que “o mecanismo de compra e venda entre estações permite também a menor circulação de dinheiro, já que em muitos casos ocorre simplesmente a troca de produtos” (MAGNANTI, 2008, p. 28). Além disso, em cada estação e/ou subestação uma pessoa é responsável por articular as compras dos produtores e as viagens dos caminhões de modo a reduzir ao máximo os custos operacionais. Ainda, deve encaminhar a discussão dos preços e das qualidades dos produtos entre os membros dos núcleos.

Com isso, o Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida está organizado em oito rotas em funcionamento (Figura 11). Magnanti apresenta as três grandes rotas principais, as extensões e o número de famílias: “a) Erechim–Curitiba: tem uma extensão de 1.130 km e envolve 200 famílias agricultoras; b) Lages–Curitiba–São Paulo: tem uma extensão de 2.100 km e envolve 280 famílias; c) Barra do Turvo–Curitiba: tem uma extensão de 300 km e envolve 80 famílias” (MAGNANTI, 2008, p. 28).

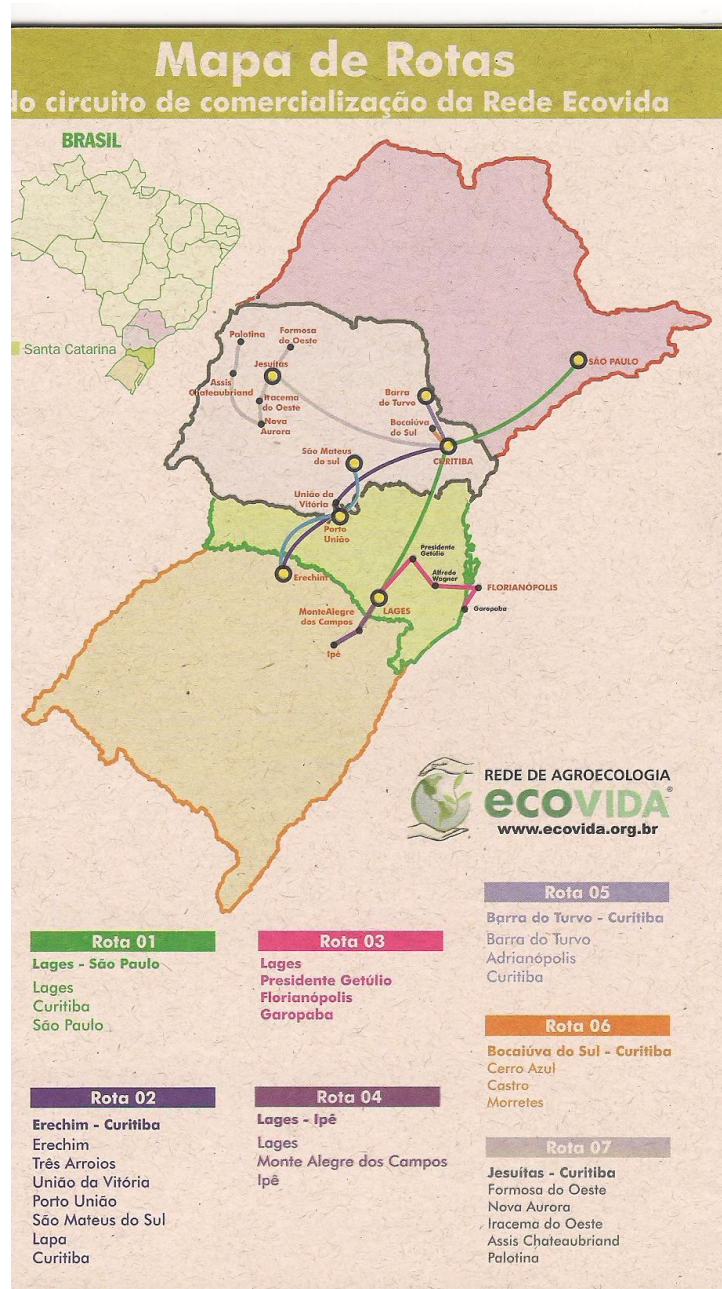


FIGURA 11. Mapa de rotas do circuito de comercialização da Rede Ecovida.

Fonte: Folder da Cooperativa Ecoserra.

Dessa forma, este circuito da Rede Ecovida é a principal expressão do circuito agroecológico na região sul do Brasil. Percebe-se nesse circuito alguns dos significados compartilhados, principalmente os da agroecologia e da economia solidária, e dos meios de troca, bem como a organização de rotas que extrapolam as vendas diretas, no sentido mais comum do termo. Agora vamos ver como os produtores agroecológicos de São Joaquim entraram nesse circuito e como se relacionam ao circuito orgânico.

#### 4.3 Entrando nos circuitos

Nessa seção vamos discutir na situação concreta que estudamos o paradoxo a que se refere Zelizer (2005), resultado da separação ideológica e moral provocada pelo raciocínio dos mundos hostis. Isso porque, apesar do circuito agroecológico ter sido o primeiro e o principal circuito no qual os produtores de maçã agroecológica de São Joaquim entraram, foi também a partir de onde acessaram o circuito orgânico. O paradoxo aqui é que enquanto o circuito orgânico é caracterizado moralmente como o circuito do mercado e, portanto, o circuito impessoal, da racionalidade instrumental, e o circuito agroecológico, o da solidariedade, na vida concreta as práticas desafiam esses raciocínios de mundos hostis.

Para desvelar essa situação, um começo interessante é considerar as conexões que se estabeleceram, em diferentes momentos, entre os produtores de São Joaquim e os consumidores finais. A criação da Econeve foi seguida pela abertura de uma loja no centro do município de São Joaquim. Com essa loja foi experimentado um contato direto com os consumidores, no próprio município de São Joaquim, com a venda de diversos produtos, como nos conta Dona Mariana.

Ela [*a Econeve...*] fez um nome... [...] ela tinha uma lojinha que vendia muito bem. E o nosso produto também ia longe, através dessa Econeve né... nós também comprávamos produtos de fora... salame, vinho... muitos produtos orgânicos também vinham né... muita coisa de Antonio Prado.

Pode-se dizer que as vendas realizadas em São Joaquim fazem parte do circuito agroecológico. Mesmo os “produtos de fora”, como salame e vinho, que chegavam até a loja da Econeve em São Joaquim faziam parte desse circuito, que em grande parte era intermediado por outra cooperativa, de abrangência regional, a Cooperativa Ecológica de Agricultores, Artesãos e Consumidores da Região Serrana – Ecoserra. Como mostrou Santos (2006b), a Ecoserra foi criada em 1999 pelo Centro Vianeí e os grupos por ele assessorados na região, quando avaliaram que era necessária uma cooperativa para efetuar a compra coletiva de insumos agroecológicos. Assim, relata Natal Magnanti.

Lá bem no início da Ecoserra, em 99, ela começou trabalhar com... o forte dela era insumos. Tinha uma dificuldade aqui na região, pra produção. Por exemplo, “ah, vamos fazer uma carga de fosfato natural”, “vamos comprar semente”, de adubo verde, por exemplo.

Foi então que a Ecoserra surgiu como um importante intermediário dos produtos dos agricultores agroecológicos de toda a região, não apenas de São Joaquim, que eram articulados pelo Centro Vianeí em

[...] ações relacionadas ao crédito rural, através das cooperativas de crédito, à agroecologia, com os grupos e associações ecológicas, à educação rural, com as casas familiares rurais, ou à mobilização organizacional-política, com os sindicatos, associação de moradores, universidades entre outras (SANTOS, 2006b, p. 40).

Como mostrou Santos (2006b), no trabalho com os grupos da região, desde 1989 o Centro Vianeí discutia a comercialização, sendo que a idéia de comercialização direta foi sempre defendida como a mais importante. O mesmo grupo paralelamente desenvolvia ações de comercialização direta com consumidores, com destaque para a feira do Bairro Coral em Lages, que agregava os principais produtos agroecológicos da região, exceto a maçã que tem pouca saída no mercado regional (SANTOS, 2006b).

Porém, esse circuito agroecológico de venda direta foi aos poucos se mostrando insuficiente, não apenas porque a produção aumentou, mas também porque produtos como a maçã e a cebola têm pouca saída no mercado regional, em relação às quantias produzidas, como relatas Natal.

Daí, depois se chegou a conclusão de que não era só os insumos o problema. O pessoal já tava produzindo um volume considerável que as feiras já não davam conta, o mercado local não dava conta. Bom, vamos vender pra fora, sim. Aí a Ecoserra na época tinha um convênio com o Centro Vianeí e a gente destinou um técnico aqui da entidade pra fazer o trabalho de comercialização [...]. Fez essa relação, foi até São Paulo, conversou com o pessoal lá, com os atacadistas, foi feita uma missão. O presidente da cooperativa do Cerrito e mais uns dois ou três, lotaram um carro.

Nesse primeiro momento os produtores agroecológicos de São Joaquim faziam as vendas através da loja da Econeve. A intenção inicial não era fazê-las necessariamente com o intermédio da Ecoserra. Como relata Seu Antenor, a própria Econeve tinha contato com compradores localizados em Curitiba e São Paulo, que embalavam e revendiam para outros pontos de venda.

[...] acho que tinha 4 a 5 compradores. E depois, a gente um dia teve a oportunidade de ver o balancete, acho que tinha 4 ou 5 compradores.

Esses compradores foram conhecidos principalmente nos eventos e cursos dos movimentos de agroecologia, dentre os quais o próprio ENA, mas também viagens aos municípios de Ipê e Antonio Prado e à Botucatu/SP. E, também, eventos do movimento social mais geral, como o Fórum Social Mundial. Novamente, nesse processo, se vê no trecho da entrevista de Dona Mariana, o técnico da Epagri Elvio Peruchi era o principal articulador.

E o Peruchi era muito assim... o Peruchi era muito articulador sabe. O Peruchi era muito cara de pau, muito disposto, ele era um sonhador. [...] Só que ele daí, através da Epagri tinha chance de ir nesses congressos, Fórum Social [*Fórum Social Mundial em Porto Alegre*] também, tinha mais chance, sabe. Tinha folder, tudo, e ele era de distribuir sabe, ele não era de ficar parado. Ele distribuía, ele falava, era todo empolgado. Então, ele foi uma peça fundamental pra divulgação. Onde ele ia, ele divulgava.

No entanto, com a Ecoserra foi construída uma estrutura para operar as vendas dos produtos da região. Vale lembrar que, nesse momento, o Centro Vianeí e a Cresol São Joaquim estavam em parceria atuando diretamente junto à Econeve nos cursos, viagens e na liberação de técnicos, mencionados do capítulo anterior. Na montagem dessa estrutura destaca-se o projeto *Agricultura Tradicional e Agroecologia: da subsistência à inclusão Econômica e Social*, financiado pelo Pronaf Infra-estrutura (SANTOS, 2006b).

Através dele, a cooperativa teve recursos para construção de um galpão e para a instalação de uma câmara fria, assim como para a compra de um caminhão e de um veículo menor, aquisição de material de escritório (computador, *software*, impressoras, aparelho de telefone, mesa...) e outros equipamentos como balança, seladora, fax, etc. (SANTOS, 2006b, p. 48).

Esse projeto havia sido aprovado no quadro da política de desenvolvimento territorial do MDA para a região. De acordo com Cazella e Búrigo (2008), em 2004, no território Planalto Catarinense, o único pleito que se enquadrou nos pré-requisitos do MDA foi o referido projeto, que os autores identificaram como *Arranjo Agroecológico*, articulado pela Ecoserra e pelo Centro

Vianeí, e que recebeu R\$140.000,00 para a concretização de parte da estrutura mencionada anteriormente. Para os autores, apesar da importância sócio-política do projeto, o grau de inserção direta de suas ações é reduzido, pois são apenas 26 grupos e 250 famílias envolvidos. Ainda segundo os autores, somadas as contrapartidas locais e as emendas parlamentares, articuladas pela delegacia regional do MDA, o arranjo agroecológico contou com R\$240.000,00 para a construção de infra-estrutura<sup>60</sup>.

Conforme notaram Cazella e Búrigo (2008), não foram incluídos nessa ação de desenvolvimento territorial atores que historicamente se encontram em campos políticos separados do qual está o Centro Vianeí, como por exemplo, a Associação Comercial e Industrial de Lages (ACIL). Com isso, percebe-se que a estrutura organizada a partir da Ecoserra e do Centro Vianeí para o impulso da agroecologia é nitidamente recortada pelas resoluções ideológicas e morais desses atores, que encontram espaço na política de desenvolvimento territorial do MDA.

Desse modo, apesar da Econeve ter construído contatos, a primeira venda para fora de São Joaquim, na safra 2004/2005, foi toda feita com o intermédio da Ecoserra. Com isso, o bloco de organizações dos movimentos sociais constituídos em São Joaquim em torno da agroecologia concretizava sua primeira relação de mercado para fora do circuito agroecológico, com um produto da produção agroecológica, a maçã.

Com o mercado atacadista de São Paulo estabeleceu-se o vínculo mais notável dos produtores da região que integraram inicialmente o circuito agroecológico com o circuito orgânico. Uma das principais exigências para negociar com esses atacadistas é a necessidade de certificação por auditoria. Segundo Santos (2006) se estabeleceu uma divergência entre o Centro Vianeí e a Ecoserra, pois a direção da mesma estava priorizando o mercado atacadista de São Paulo, enquanto o Centro Vianeí preferia o mercado de venda direta. Segundo a autora, enquanto o mercado atacadista de São Paulo para os agricultores é um potencial de comercialização e de garantia de preços para os seus produtos, para os profissionais do Centro Vianeí esse mercado estimula a especialização em monoculturas (como a própria maçã e a cebola) e as rendas daí providas atendem um número pequeno de produtores.

Contudo, no caso da relação entre os produtores da Econeve com a Ecoserra, vemos que essas diferenças são mais difusas. Isso pode ser visto a partir da primeira venda, que foi tumultuada por problemas de perdas dos produtos e por problemas com os pagamentos. Assim, relata Natal.

Começaram a discussão, é ou não é, e as primeiras cargas que foram pra lá, foram em caminhão aberto, foram com lona, estragou, deu perda de 30 a 40%, dependendo do produto. [*Foram meio no escuro, pra descobrir como é que era?*]. Isso aí mesmo. Mas, isso foi uma decisão tomada pela decisão da cooperativa. “Oh, vamos construir esse mercado, vamo. Então vamo”. “Vamo mandar brócolis, vamos”. Brócolis enlonado, dois outros dias na estrada, sendo que o caminhão era terceirizado inclusive. Imagina o que deu né. Mas, foi uma

<sup>60</sup> Para uma análise mais aprofundada da constituição do território Planalto Catarinense e das políticas então implementadas com relação ao desenvolvimento territorial ver Cazella e Búrigo (2008). No entanto, vale observar que os autores analisaram que não houve a constituição de uma articulação territorial significativa, no sentido de envolver atividades agrícolas e não agrícolas, predominando as ações vinculadas a agroecologia. Para os autores, isso já havia vigorado na definição do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad) Campos de Lages, coordenado pelo Centro Vianeí em 2004. Em síntese, os autores argumentam que vigorou um viés agrário nessas ações territoriais, onde foram privilegiados agricultores familiares que não são os atores sociais mais empobrecidos da região.

decisão tomada e foi executada. [*O técnico não está mais aí?*] Não, inclusive deu problemas sérios por causa da comercialização com ele. Rolos das maiores aí.

Um “rolo” nesse sentido se refere a origem de um desentendimento na relação entre a Ecoserra e a Econeve, que tem as causas difíceis de serem precisadas e que aponta para conseqüências diversas. As causas alegadas pelos entrevistados são devidas a problemas nos pagamentos, a problemas de administração, a problemas com as perdas dos produtos e a desconfiança com a pessoa que era responsável pelas vendas na época. As conseqüências foram a diminuição das vendas para a Ecoserra na maioria dos casos, e em um dos casos, um produtor deixou de vender para a mesma.

É importante assinalar que nesse período também a loja da Econeve esteve diante de problemas de administração, que resultaram no seu fechamento, como nos relata Dona Mariana.

Vendia bem em São Joaquim [...] só que não tinha controle, era solto. Foi, foi que deu em nada, deu um rombo enorme, sabe. Mas os sócios, daí seguraram a barra, pagaram todas as despesas,. [...] E aonde então ela teve que fechar a lojinha né. E é uma pena. Muita gente depois procurou a lojinha e nós não tínhamos mais. Então ficou só o nome da cooperativa pra vender a maçã, porque todo mundo já tava produzindo mais maçã, onde a gente ficou só pra venda da maçã.

Os problemas de administração resultaram em prejuízo, como relata outro entrevistado, Renato da Costa.

[...] eu diria que era um mau negócio. Foi feito alguns levantamentos e concluiu-se que a loja dava prejuízo. Então, eu fui um dos incentivadores dali pra fechar.

Assim, o insucesso da primeira tentativa de venda direta ao consumidor, no município de São Joaquim, marcou também um novo momento nas vendas indiretas e na diferenciação dos circuitos. Até então, era através da loja da Econeve que se faziam as vendas para compradores. Dali para frente, na prática a Econeve deixaria de existir. Vejamos o que diz Renato.

[...] a Econeve, na verdade ela não funciona, a Econeve só tem o nome, juridicamente constituída, mas não funciona. Ela existe, tem o grupo, mas nós produtores de maçã somos 8, que estamos dentro da Econeve, mas a Econeve não funciona.

Na prática, passaram a existir apenas os “grupos”, que ora são vistos de um modo e ora de outro. Um dos nossos entrevistados, por exemplo, na sua classificação, não fez parte do grupo político, mas do grupo da produção:

Eu na verdade nunca participei ativamente dos movimentos políticos. Sempre cumpri minha obrigação de eleitor, só. Então eu via a movimentação dentro do PT e... os outros, quase todos, eu não sei o Antenor, mas deve ser porque a Dona Mariana também é. (...) o Marcos não sei. O Amadeu, o Silvío, Dona Mariana, esses são pessoas assim integrantes da cúpula aí do PT [risos]. Bom, eu comecei entrar ali no sistema produtivo e comecei fazer parte do grupo de produção, mas não do grupo político do PT.

É útil tomar a classificação em grupo de produção e grupo político para analisarmos a relação dos produtores com os circuitos, desde a primeira venda no circuito orgânico. Como mencionamos anteriormente, as conseqüências do “rolo” ocorrido na primeira venda foram da

diminuição da venda da produção via Ecoserra até o encerramento das negociações com a mesma. Porém, a Ecoserra é a conexão fundamental com o circuito agroecológico, que a partir de 2006 estruturou-se com mais amplitude no Circuito Sul de circulação de alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. Desse modo, o tipo de relação que se manteve com a Ecoserra depois da primeira venda e depois da dissolução prática da Econeve passou a determinar o tipo de relação dos produtores com os circuitos.

Em nosso entendimento, os que estão vinculados ao grupo da produção e ao grupo da política ao mesmo tempo, vendem suas maçãs tanto no circuito agroecológico quanto no circuito orgânico. As vendas no circuito agroecológico estão de certa forma ainda numa sequência de problemas que vêm desde a primeira venda. O problema principal é o atraso no pagamento, mas envolve outros que tangem a administração e os preços. Mas, esses produtores, que estão vinculados aos dois grupos ao mesmo tempo, preferem negociar pelo menos parte de sua produção com a Ecoserra para manter a mesma em funcionamento.

O envolvimento no grupo político, mesmo que com intensidades diferentes, parece provocar o estabelecimento de uma distinção nas fontes do dinheiro e a maneira como o mesmo é usado (ZELIZER, 1989). Isso ajuda explicar a manutenção das relações com a Ecoserra por parte daqueles que estão envolvidos com o grupo político. É preciso observar as diferentes intensidades de participação no grupo político. Por exemplo, Renato da Costa, que diz não participar do grupo político do PT, pode ser considerado participante do grupo político com menor intensidade, pois chegou a participar da direção da Ecoserra, embora não se envolva nas demais organizações. A distinção que o mesmo faz no dinheiro que provém da Ecoserra é a seguinte:

É uma questão social. Porque se nós avaliarmos... nós até perdemos bastante por fazer a venda via Ecoserra. Porque, veja bem, de 2,50 pra 3,25<sup>61</sup> são 0,75 centavos que tem de margem. Então se eu considerar 2,50 pra 0,75, são 30%. É um valor considerável. [*E quanto o senhor entregou pra Ecoserra; quanto que isso dá mais ou menos, o percentual em relação ao que vende fora da Ecoserra.*] O percentual hoje... devo ter entregue uns 12 % pra Ecoserra. E o motivo assim de eu não entregar mais são questões de pagamento da Ecoserra [...] Eu tenho 1,1ha. Eu produzo na média 40 toneladas.

Baptista (2007) propôs a existência de uma etiqueta específica para que o dinheiro esteja presente no domínio na religião sem causar problemas. O autor verificou que nos atendimentos de pais-de-santo no camdomblé, o pagamento pelo serviço era feito com a colocação do dinheiro em determinado ponto onde o mesmo era feito. No nosso caso, parece que estamos diante de uma etiqueta ao contrário, a ausência de uma determinada quantia de dinheiro, que poderia ser conseguida se o produto fosse vendido para outro comprador. Mas, no fundo, isso está mais para uma dádiva, como vemos no seguinte trecho da entrevista de Renato.

Eu diria que eu faço questão que a Ecoserra sobreviva, não por nós aqui. Mas pelo outros agricultores que dependem exclusivamente da Ecoserra. Tanto o pessoal aí da região de Bom Retiro, de Alfredo Wagner, Anita Garibaldi, São José do Cerrito. Se não tiver a Ecoserra o pessoal vai entrar em dificuldade, pois vendem toda a produção deles pra Ecoserra.

Já em outro caso, um envolvimento maior com o grupo político, pode ser considerado participar do grupo político do PT. Por exemplo, Amadeu, que hoje é vereador municipal,

<sup>61</sup> R\$2,50 foi o valor recebido nas vendas realizadas via Ecoserra na última safra 2008/2009, enquanto 3,25 foi o preço pago pelos demais compradores, dos mercados atacadistas de São Paulo e Curitiba.

praticamente deixa a venda de sua produção a cargo de outras pessoas do grupo. Resolveu não negociar mais com a Ecoserra porque chegou ao limite de não receber o produto vendido na safra anterior.

[*Vocês são associados da Ecoserra?*] Somos associados. [*Houve algum problema de administração, de...*] Com certeza, de administração. O que é que aconteceu, o que é que deu: os agricultores acabaram perdendo. Isso não foi a primeira vez. Isso aconteceu outras vezes. Esperava que isso fosse acertando, amenizando e não aconteceu isso. Este ano daí eu preferi não mandar meu produto. Pelo primeiro ano. Aí quem fez a venda este ano foi também através do Silvio e do Renato . O Renato que fez uma parte da venda da minha fruta este ano.

Seu vínculo com a Ecoserra chegou ao ponto de romper a relação de comercialização. Mesmo deixando de negociar com a Ecoserra, pode-se dizer que quem o conecta com o circuito agroecológico são seus companheiros de grupo, que fazem sua venda. Vale ressaltar que essa conexão não se dá necessariamente com a venda direta no circuito agroecológico, pois ele não tem certeza de onde o seu produto é comercializado. Porém, é provável que sua produção seja comercializada em ambos circuitos, passando ou não pela Ecoserra depois que está nas mãos de seus colegas. A conexão mais evidente com o circuito agroecológico nesse caso não é distinção da fonte do dinheiro, mas sim do uso que é feito do dinheiro proveniente da produção agroecológica. A mesma aparenta estar vinculada fortemente à construção do projeto da agroecologia, pois não tem uma relação objetiva com os ganhos necessários para sua manutenção na atividade.

[*Pra onde venderam a maçã?*] Da nossa esse ano aqui eu sei, por exemplo, maçã indústria, a grande maioria foi pra indústria e faltou maçã. Foi pra uma empresa aqui no Rio Grande, aqui pertinho, perto de Ipê, Flores da Cunha. Foi pra São Paulo, foi aqui pra uma cidade... Jaraguá do Sul. Teve mais um comprador. Sei que tinha 4 compradores, todos de maçã indústria, orgânica, esse ano. Então faltou maçã. Então eu acredito no sucesso da agroecologia. [*Pra indústria está ainda a sessenta centavos.*] Sessenta centavos. [*Você tem um cálculo de custo, assim, mais ou menos?*] Não tenho esse cálculo. Não tenho porque a produção foi muito pequena. [*Digamos assim...*] É a produção foi muito pequena, depende muito da produção. Quando a produção dá alta produtividade o custo de produção vai lá em baixo, quando dá pequeno o custo vai lá em cima. [*Não tem uma idéia se deu lucro essa ano?*] Com certeza não. Entre indústria e produção total fechei em 10 mil reais este ano. O que é 10 mil reais dividido em 12 meses? Não tira a despesa. Nada. [*Mais despesa...*] Muito mais despesa, então. [*Mas, você pretende continuar?*] Pretendo continuar. Acredito no projeto. Acredito que vai dar certo ainda. Se tiver investimento em pesquisa, vai dar certo. Tem tudo pra dar certo.

Combinado ao nível de participação no grupo político, outro recorte que precisa ser feito é relativo às relações de gênero. Aqui outra formulação de Zelizer (1989) é importante ser considerada. Ela verificou que no caso da “mulher casada, seu dinheiro estava rotineiramente situado à parte do dinheiro real, por uma mistura complexa de idéias sobre vida familiar, por uma mudança na estrutura de poder de gênero, e pela classe social” (ZELIZER, 1989, p. 367-368 [tradução nossa]). Este parece ser o caso de um produtor que deixou de entregar a produção para a Ecoserra logo no primeiro problema de atraso no pagamento.

Ele nunca fez parte do grupo político, mas sua esposa sim. Em nosso entendimento, por ele ser o responsável pela produção, sem participar do grupo político, no primeiro problema de pagamento decidiu não mais negociar sua produção via Ecoserra. Desde então sua maçã é negociada exclusivamente no circuito orgânico, apesar de sua esposa ter ocupado nesse período um posto de destaque em uma organização dos movimentos sociais de São Joaquim. A Dona Mariana, como é comumente conhecida, participa na Cresol São Joaquim e até as eleições municipais de 2008 poderia ser considerada do grupo político do PT, ou seja, tinha um alto nível de participação no grupo político.

Ainda foi vendido no ano passado pra Ecoserra, Renato, Carlos... Silvio acho que entregou uma parte também. [*Vocês não entregaram mais?*] Não, esse ano não entregamos um quilo. [*Pra Ecoserra, mas pra outros sim, pra...*]. [...] Esse ano eu vendi a maçã boa tudo pra Curitiba. [*Pra Ecoserra não mais por causa desse problema de pagamento...*]. [...] Porque como surgiu esse outro lá... E como absorveu toda a produção. [*Mas vocês não achavam importante mais negociar com a Ecoserra?*] Não. Porque daí como surgiu outro comércio e era mais... atrasa também mas sempre paga.

Esses três exemplos são significativos para ilustrar a relação dos produtores de São Joaquim com os circuitos agroecológico e orgânico. Vale observar que todos participaram e a maioria ainda participa dos dois circuitos ao mesmo tempo. Esse fato foi notado por um dos entrevistados, Silvio da seguinte maneira.

Pra mim não tem diferença. Só que existem as linhas, né. Então nós seria agroecológico, porque tem o pessoal mais ligado a Ecovida. Então por isso que nós tratamos a relação com a agroecologia. Mas, a certificação que nós fizemos com a Ecocert é orgânico, não é agroecológico. Então, é só uma questão de palavras, mas é tudo a mesma coisa. [*Então agroecológico vem mais desse vínculo com a Ecovida?*] Exatamente. Por que a produção ecológica segue várias linhas. Daí tem a agroecológica, orgânico, biodinâmico, natural. Mas, é tudo é ecológico. [*Tudo ecológico. Mas, assim, em termos de produzir, vocês produzem orgânicos e agroecológicos do mesmo jeito?*] É, a mesma forma. Tem quem diga que orgânicos trata daquelas em grandes propriedades, trabalha grandes extensões, monocultura. Mas não é bem assim. É questão das linhas verdes. [*Então, vocês produzem maçã que tanto faz chamar de orgânica ou de agroecológica?*] É. Até, na verdade, nós fizemos uma caixa para embalar as maçãs pra vender. Maçãs da cooperativa Econeve. “Maçãs orgânicas, produção agroecológica” [risos]. Porque aí tem uns que entendem que é agroecológico, outros entendem que é orgânico. Então a gente colocou as duas coisas... Tem gente que confunde orgânico com transgênico.

Um detalhe a ser observado é que o produtor que deixou de vender no circuito agroecológico é o único que tem ensacado todas as frutas como forma de evitar a mosca-das-frutas. Os demais ensacam apenas uma pequena parte, sendo que uma boa parte da produção não é ensacada e tem sido comercializada, principalmente para a industrialização na forma de vinagre. Em todos os casos, os preços obtidos tem sido no mínimo o dobro do que o máximo que é possível ser alcançado com a venda de maçã convencional. Mas, como procuramos discutir nesse capítulo, estes produtores, que afastaram a mosca de sua sopa, tem seus ganhos diretamente ligados à suas relações com a luta política.

## CONCLUSÃO

Visualizamos que a produção de maçã em Santa Catarina e no Brasil teve um desempenho significativo em um prazo de aproximadamente quarenta anos. Hoje o Brasil tem capacidade suficiente para abastecer a população com a fruta e também exportar. Porém, isso, que chamamos de setor macieiro, enfrenta um conjunto de questões que é comum a outros setores do chamado agronegócio. Esta seria a busca por padrões de produção menos concentradores de riqueza e de poder, bem como menos agressivos ao meio ambiente e a saúde humana. Em São Joaquim estudamos o surgimento de uma experiência nesse sentido, que em grande media não pode ser entendida como um desdobramento do setor macieiro, mas como uma contraposição a este e tudo que representa: a “modernização da agricultura”.

Essa experiência deu-se na organização dos movimentos sociais em São Joaquim, que teve na Igreja Católica a principal base de apoio nos momentos iniciais. Como procuramos mostrar, com nosso aporte teórico, os padres ocupam papel chave na conexão entre distâncias sociais, que se confundem ou não com distâncias geográficas, culturais, simbólicas e econômicas. Vimos que estes tiveram um papel importante na organização do grupo que deu os primeiros passos para a criação de uma cooperativa de crédito, através principalmente do estudo em grupo e de reuniões com o objetivo de procurar saídas para aquilo que se vislumbrava como necessário de mudar.

No campo da agroecologia a ação dos padres ganhou reforço de outra a figura chave; um técnico do escritório local da Epagri. Além da importância de sua atuação que destacamos ao longo dos dois últimos capítulos, outra observação é importante ser feita. A atuação de pessoas como está desafia a institucionalidade estabelecida. A Epagri como um todo e também São Joaquim é reconhecida como uma das responsáveis pela modernização da agricultura. Mas, eis que um técnico da mesma é um dos principais responsáveis por provocar uma significativa alteração nos rumos dessa modernização ao incluir na mesma uma leva de agricultores familiares. Se isso não bastasse, ele contribuiu fundamentalmente para ameaçar, ainda que de forma sutil, a hegemonia da moderna agricultura, com a produção agroecológica de maçã. O importante a reter aqui é que existe uma permeabilidade nas instituições, pois podemos vê-las como a cristalização de redes sociais (GRANOVETTER, 1992).

A ONG de atuação regional também tem sua contribuição crucial no processo que estudamos. Foi uma forte ponte com os movimentos para fora de São Joaquim, em outras regiões do estado e do país. Vemos que o tipo de relação que essa constrói com outras do mesmo gênero é de uma duradoura qualidade. Ela envolve princípios sedimentados sobre o que seria um modelo de agricultura alternativo ao da modernização, entre outros que fomos levantando ao longo da dissertação.

A produção agroecológica que se estabeleceu em São Joaquim foi acompanhada de perto por esta ONG e pelo técnico da Epagri. Ambos forneceram apoio na forma de organização de cursos, experimentações viagens para conhecer outras experiências e também propriamente na organização da cooperativa Econeve. Aqueles agricultores que estavam predispostos buscar essa produção alternativa a moderna agricultura tiveram essa oportunidade. Vale ressaltar, que a ação da ONG e do técnico reforçada pela decisão da então Credineve em estimular a agroecologia no município.

Entretanto, uma dificuldade técnica se interpôs no caminho, a dificuldade em conter os danos causados pela mosca-das-frutas. Vimos que o único método de controle disponível, sem o

uso de produtos químicos, é o ensacamento dos frutos. Mas, isso coloca os produtores em uma situação complicada por aumentar os custos de produção, sem saber se haverá condições de cobri-los com a venda. Essa situação interrompeu o que seria para os produtores a complementação da condição de agricultor agroecológico. Trabalhar com agroecologia seria possível se a produção pudesse ser realizada no mercado.

Àqueles que não desistiram de produzir diante do obstáculo desse inseto, uma questão estava colocada: de que maneira é possível realizar a produção no mercado? Vimos que estes produtores estão inseridos em um quadro mais amplo da institucionalização econômica dos movimentos de agroecologia. Essa institucionalização os coloca diante da atuação no mercado. No caso da agroecologia essa atuação se dá fundamentalmente na criação de um circuito, que extrapola os limites locais e regionais, onde se procura fazer vigorar os princípios da mesma. Mas, na vida prática, vimos que os produtores de maçã agroecológica também se relacionam com outro circuito, o orgânico.

Isso, de acordo com Zelizer (2005) é um paradoxo que está fundamentado em uma separação entre mundos hostis que orientam a ação. Ou seja, atuação nos diferentes circuitos é um paradoxo, pois coloca em questão os princípios que os separam. Para a autora, ao invés de separados, os princípios de solidariedade por um lado e de racionalidade instrumental por outro, estão presentes ao mesmo tempo nas mesmas relações.

No caso dos produtores de São Joaquim destacamos que uma maneira de diferenciar os circuitos é através da distinção na fonte do dinheiro e outra é através na maneira de usar o dinheiro. Através dessas práticas os produtores ordenam sua atuação em um e em outro circuito. Essa questão foi perceptível numa situação de tensão na relação de pagamento das vendas feitas via cooperativa Ecoserra.

Sobretudo, àqueles que não desistiram de produzir maçã agroecológica o trabalho na produção está intimamente relacionado ao trabalho político. Mesmo que isso seja feito em graus diferenciados de envolvimento e, como notamos permeados por relações de gênero, trabalhar com a agroecologia envolve uma combinação de trabalho político com trabalho na produção. Essa combinação envolve ganhos incertos; ora se pode obter prejuízo total, ora se pode obter bons lucros.

No entanto, prejuízos e lucros, termos da ciência econômica, não são necessariamente o que determina a permanência dos produtores na produção agroecológica. É claro que sucessivos prejuízos podem fazer (como fizeram, de fato, com muitos daqueles que tentaram produzir) os produtores desistir da produção agroecológica. Porém, a determinação desses produtores a continuar ou não com a produção está menos ligada com o prejuízo ou com o lucro do que com outros fatores. Ou melhor, estes estão sempre relacionados aos demais.

Por isso, não podemos tomar como segura a idéia de que uma escolha dessas pode seguir um cálculo racional/instrumental. Como procuramos discutir, mais do que uma escolha entre prejuízo e lucro, está em questão a relação que os produtores estabelecem com o mercado, que se dá em dois circuitos. Ou seja, não consideramos um circuito mais mercantil, impessoal, instrumental do que outro. Pelo contrário, vimos que um retro-alimenta o outro.

Desse modo, seria impensável considerar a existência da produção agroecológica de maçã sem a participação dos agricultores no circuito orgânico e vice-versa. Isso não quer dizer que não existam os produtores racionais e instrumentais. Mas, quero dizer, com isso, que não os encontraremos apenas entre os produtores orgânicos. É preciso considerar que também os produtores vinculados aos movimentos de agroecologia, mesmo aqueles que vendem em feiras locais, também fazem seus cálculos.

Agora, também não podemos ver isso como uma relativização absoluta. Para tirar algumas conclusões mais profícuas, podemos dizer algo com base nas informações que levantamos nessa pesquisa e nas reflexões desenvolvidas. A atuação dos produtores em movimentos tende forçosamente a criação de condições para que se estabeleçam modos de produção, aperfeiçoamento de técnicas, rotinas comuns de organização da produção, conquista de estruturas para a organização da produção, criação de canais de comercialização, sentidos e códigos de negociação.

Mas, o que vimos é que essas condições criadas pelos produtores vinculados aos movimentos são diminutas em relações as facilidades que os padrões criados pelas grandes empresas têm para se estabelecer. Os padrões são entendidos quase como “naturais”, ou em outros termos, são facilmente entendíveis e organizáveis, pois estão mais incorporados pelas pessoas. Essas questões são muito instigantes. O que procuramos apontar aqui é como a atuação dos movimentos nos mercados pode proporcionar algumas novidades interessantes, como são os circuitos que em que os produtores de São Joaquim se envolvem. Mas, outras miradas sobre este debate, e sobre outras questões podem aprofundar a compreensão do fenômeno.

Uma última observação que fazemos, é que a hipótese que deixamos em segundo plano, por considerarmos que a atuação dos movimentos nos mercados era a questão fundamental do objeto de pesquisa, não é totalmente descartável. Essa hipótese não considerava adequadamente a importância da atuação dos vínculos fortes proporcionados pelos movimentos sociais, mas a importância de laços fracos (no sentido atribuído por Granovetter) proporcionados nos espaços dos movimentos (encontros, feiras, cursos, etc). O que vemos é que os laços fracos foram fundamentais para que os produtores agroecológicos de São Joaquim continuassem existindo. Entre outras coisas, isso significa dizer que circular e conhecer experiências diferentes, ouvir histórias de sucesso ou não, estabelecer parcerias é altamente profícuo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. Agroecologia: paradigma para tempos futuros ou resistência para o tempo presente? *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 6, p. 29-40, jul.-dez. 2002. Editora UFPR.

\_\_\_\_\_. A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 210p.

ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara. *AGROECOLOGÍA: Teoría y práctica para una agricultura sustentable*. México: PNUMA - Serie Textos Básicos para la Formación Ambiental, 1ª edición, 2000, 257p.

ANUÁRIO DA FRUTICULTURA BRASILEIRA. Santa Cruz do Sul: Gazeta do Sul, 2008.

ANDRIGUETO, José Rozalvo. Marco legal da produção integrada de frutas do Brasil. In: ANDRIGUETO, J. R.; KOSOSKI, A. R (orgs.). Brasília: MAPA/SARC, 2002. 60p.

\_\_\_\_\_, J. R.; KOSOSKI, A. R. Desenvolvimento e Conquistas da Produção Integrada de Frutas no Brasil. In: *Palestras do II Simpósio Nacional do Morango; I Encontro de Pequenas Frutas e Frutas Nativas do Mercosul*, Pelotas, 2004 / Editores Maria do Carmo Bassols Raseira et al. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2004. 296p.

\_\_\_\_\_, J. R.; NASSER, L. C. B.; TEIXEIRA, J. M. A.; SIMON, G.; MEDEIROS, S. A. F.; SOUTO, R. F.; MARTINS, M. V. DE M. Sistema Agropecuário de Produção Integrada (SAPI). XX Congresso Brasileiro de Fruticultura. 54th Annual Meeting of the Interamerican Society for Tropical Horticulture. 12 a 17 de Outubro de 2008 - Centro de Convenções – Vitória/ES.

ARL, V. Uma identidade que se constrói em rede – Rede Ecovida de Agroecologia. *Caderno de Formação 01*. Lapa/PR, julho de 2007.

ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 6, p. 67-80, jul.-dez. 2002. Editora UFPR.

BAPTISTA, J. R. de C. Os deuses vendem quando dão: os sentidos do dinheiro nas relações de troca no candomblé. *MANA* 13(1): 7-40, 2007.

BLOCK, Fred. Karl Polanyi and the writing of The Great Transformation. *Theory and Society* 00: 1-32, 2003.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas. Petrópolis, RJ: Vozes. 1999.

BOLLER, Ernst F.; LENTEREN, Joop C. van; DELUCCHI, Vittorio (Eds). International Organization for Biological Control of Noxious Animals and Plants. History of the first 50 years (1956 – 2006). IOBC – OILB. Zürich, 1 November 2006.

BOLLER, Ernst F.; MINKS, Albert K; CROSS, Jerry V; LENTEREN, Joop C. February 2009: The Working Group „Integrated Protection of Fruit Crops“ is celebrating its 50th Anniversary.

[http://www.iobc-wprs.org/pub/History Orchard WG 20090317.pdf](http://www.iobc-wprs.org/pub/History%20Orchard%20WG%20090317.pdf)

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 6, p. 11-28, jul.-dez. 2002. Editora UFPR.

BRANDT, M. A criação da Sociedade Agrícola Fraiburgo (Safra) e o início da pomicultura em Fraiburgo – SC, na década de 1960. *Revista Discente Expressões Geográficas*. Florianópolis-SC, nº 01, p. 27-41, jun/2005.

BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Agência de Porto Alegre. Superintendência de Planejamento. *Cadeia produtiva da maçã: produção, armazenagem, comercialização, industrialização e financiamentos do BRDE na região sul do Brasil*. Porto Alegre: BRDE, 2005. 65 p.

BYÉ, P; SCHMIDT, V. D. B; SCHMIDT, W. Transferência de dispositivos de reconhecimento da agricultura orgânica e apropriação local: uma análise sobre a Rede Ecovida. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 6, p. 81-93, jul.-dez. 2002. Editora UFPR.

CALLON, M. Society in the Making: The Study of Technology as a Tool for Sociological Analysis. In: BIJKER, W. E.; HUGHES, T. P. and PINCH, T. F (eds). *The Social Construction of Technological Systems: New Directions in the Sociology and History of Technology*. Massachusetts/London: The MIT Press. 6ª ed, 1997 [1989], p. 83-103.

CAPORAL, Francisco Roberto. Apresentação. In: THEODORO, Suzi Huff; DUARTE, Laura Goulart; VIANA, João Nildo (orgs). *Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CARNEIRO, M.J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L.F. et al. (eds.) *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

CARVALHO, M. A; SILVA, C. R. L. Vulnerabilidade do comércio agrícola brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 43 (1): 9-28. 2005.

CASTRO, A. B. Renegade development: rise and demise of State-led development in Brazil. Democracy, markets and structural reform in Latin American, 1996.

CAZELLA, A. A; BÚRIGO, F. L. O desenvolvimento territorial no planalto catarinense: o difícil caminho da intersectorialidade. *Revista Extensão Rural*, DEAER/CPGExR/CCR/UFSM, Ano XV, Jan./Jun. de 2008, p. 5-30.

DELGADO, G. C. . "Questão Agrária no Brasil:1950-2003". In: Luciana Jaccoud. (Org.). "Quetão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo". 01 ed. Brasília DF: IPEA, 2005, v. 01, p. 51-90.

\_\_\_\_\_. Notas para apresentação em Seminário: Dinâmica recente da produção e consumo de alimentos, feed-grains, cana-de-açúcar no Brasil. *Workshop Sobre “Impactos da Evolução do Setor Sucroalcooleiro”*: Campinas, 2008.

DELGADO, N. G. Liberalização comercial e agricultura familiar no Brasil: A experiência das décadas de 1980 e 1990. Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente nas Américas. Documento de Discussão nº25. Julho de 2008

Diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina: mapa da fome. Florianópolis : SDS/Instituto Cepa/SC, 2003. 235p.

DIAS, M. M. As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). *Tese de Doutorado*. UFRRJ/CPDA. Rio de Janeiro, 2004, 207p.

- DUMONT, Louis. “Um estudo comparativo da ideologia moderna e do lugar que nela ocupa o pensamento econômico”. In: *Homo Aequalis*. Bauru: EDUSC, 2000, p. 13-44.
- FIORAVANÇO, J. C. Maça brasileira: da importação à auto-suficiência – a tecnologia como fator determinante. *Informações econômicas*. SP, v. 39, n.3, mar. 2009.
- FLEXOR, Georges. Os alimentos de qualidade específica entre contratos e convenção. *Congresso da Sociedade Brasileira Sociologia*. Recife/ PE, 2007.
- FLORIANI, G. História Florestal e Sócio-Lógica do Uso do Solo na Região dos Campos de Lages no Século XX. Lages. *Dissertação Ciências do Solo*. UDESC, 2007.
- FONSECA, M. F. de A. C. A institucionalização dos mercados de orgânicos no mundo e no Brasil: uma interpretação. *Tese de doutorado*. Seropédica: UFRuralRJ. ICHS. CPDA. 2005. 476p.
- FONSECA, Claudia. Apresentação - De família, reprodução e parentesco: algumas considerações. *Cadernos Pagu* [online]. 2007, n.29, p. 9-35.
- GARCIA, M. F. Feira e trabalhadores rurais: as feiras do brejo e do agreste paraibano. *Tese de doutorado*. PPGAS/MN/UFRJ. Rio de Janeiro. 1984
- \_\_\_\_\_. A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-en-sologne. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 20, abril 2003: 5 – 44.
- GENDRON, C; BISAILLON, V. e OTERO, A. I. The Institutionalization of Fair Trade: More than Just a Degraded Form of Social Action. *Journal of Business Ethics* (2009). 86: 63-79.
- GIBBON, P; BAIR, J; PONTE, S. Governing global value chains: an introduction. *Economy and Society*, 37, nº 3 August 2008: 315-338
- GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997, 112p.
- GONÇALVES, P. A. de S; SANTOS, J. P. dos. Ação da Cal Hidratada sobre Danos de Moscas-frutas, *Anastrepha fraterculus* (Wiedemann, 1830) (Diptera: Tephritidae), em Ameixeira Cultivada em Sistema Orgânico. *Rev. Bras. De Agroecologia*. Nov. 2009 Vol. 4 No. 2, p 57-59.
- GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- GRANOVETTER, Mark, 1973: The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology* 78, 1360–1380.
- \_\_\_\_\_, Mark, 1983: The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited. *Sociological Theory*, Vol. 1, 201–233.
- \_\_\_\_\_, Mark, 1985: Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology* 81 (3): 489–515.
- \_\_\_\_\_, Mark. Economic Institutions as Social Constructions: A Framework for Analysis. *Acta Sociologica*. (1992), 35, 3-11.
- \_\_\_\_\_, Mark, 1995. Getting a Job.
- \_\_\_\_\_, Mark. Ação Econômica e Estrutura Social: O Problema da Imersão. *RAE-eletrônica*, v. 6, nº. 1, Art. 5, jan./jun. 2007[1985].

GUIVANT, Julia S. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida *ego-trip*. *Ambient. soc.* [online]. 2003, vol.6, n.2, pp. 63-81.

KAGEYAMA, A. *et al.* O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Em: Delgado, G.; Gasques, J. G.; Villa Verde, C. M (orgs). Agricultura e políticas públicas. Brasília, IPEA, 1990.

KESKE, C. Controle fitossanitário e qualidade de frutos em ameixeira e pessegueiro sob sistema orgânico no Alto Vale do Itajaí, SC. *Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas)*. UFSC/CCA. Florianópolis/SC – 2004.

KLANOVICZ, Jó e NODARI, Eunice. Das Araucárias às Macieiras: transformações da paisagem em Fraiburgo – Santa Catarina. Florianópolis: Insular. 2005.

\_\_\_\_\_, Jó. *Natureza corrigida: Uma História Ambiental dos Pomares de Macieira No Sul do Brasil (1960-1990)*. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. UFSC: Florianópolis, SC, 2007, 311p.

KRIPPNER, Greta R. The elusive market: Embeddedness and the paradigm of economic sociology. *Theory and Society*, 30: 775-810, 2001.

KRIPPNER, Greta R. *et al.* Polanyi Symposium: a conversation on embeddedness. *Socio-Economic Review*, (2004) 2, p. 109-135.

LANNA, M. “Sobre Marshall Sahlins e as ‘cosmologias do capitalismo’”. In: *Mana*, vol. 7, nº 1, 2001, p. 117-131. [scielo]

LEITE, S. P. Liberalização comercial e internacionalização: condicionantes à agricultura brasileira. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 7, dezembro 1996: 113-133.

\_\_\_\_\_; AVILA, R. V. de. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2007, vol.45, n.3, pp. 777-805.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. Em: Champagne, Patrick et al. *Iniciação a prática sociológica*. Rio de Janeiro: Vozes. 1998.

LUZZI, N. O debate agroecológico no brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais. *Tese de Doutorado*. UFRRJ/CPDA. Rio de Janeiro, 2007, 194P.

MALUF, Renato S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MARRADI, A.; ARCHENTI, N.; PIOVANI, J. I. Metodología de las ciencias sociales. 1ª ed. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007, 328 p.

MEDEIROS, L. "Sem terra", "assentados", "agricultores familiares": considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. IN: GIARRACA, N. (ORG.) *Una nueva ruralidad en America Latina?* BUENOS AIRES: EUDELA/CLACSO, 2001.

\_\_\_\_\_. Reforma Agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2003, 104p.

MELO, J. M. C. de. O capitalismo tardio. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense. 1982.

- MICHELETTI, M. (2003). *Political virtue and shopping*. New York: Palgrave Macmillan.
- MUNARIN, A. Educação e esfera pública na serra catarinense: a experiência do plano regional de educação. Florianópolis: UFSC/CCE. Teses NUP. 2000, 373p
- MURRAY, Douglas L.; RAYNOLDS, Laura T. Globalization and its antinomies: negotiating a Fair Trade movement. In: RAYNOLDS, L. T.; MURRAY, D. L.; WILKINSON, J (eds.). *Fair Trade: the challenges of transforming globalization*. New York: Routledge. 2007, p. 3-14.
- NEIBURG, F. “As Moedas Doentes, Os Números Públicos e a Antropologia do Dinheiro”. *Mana* 13(11) 119-151, 2007, Rio de Janeiro, Contra Capa.
- OLIVEIRA, V. L. de. “Usando máscara e fazendo vista grossa”: a agricultura ecológica e sua dimensão moral. *Revista IDeAS - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 32-52, jan.-jun. 2008.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2 ed., 2006.
- OLTRAMARI, Ana Carla; ZOLDAN, Paulo; ALTMANN, Rubens. Agricultura orgânica em Santa Catarina. 2. ed. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2005. 55p.
- PALMEIRA, M. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. IN: PAIVA, V. (org.). *Igreja e questão agrária*. SÃO PAULO: Edições Loyola, 1985. P. 43-51.
- \_\_\_\_\_. Modernização, Estado e questão agrária. *Estud. av.* [online]. 1989, vol.3, n.7, pp. 87-108.
- \_\_\_\_\_; LEITE, S. P. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. Costa, L. F. C.; Santos, R. (ed.). *Política e Reforma Agrária*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad. P. 92-168. 1998.
- PEIXER, Z. I. A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages. Lages, Editora Uniplac, 2002, 296p.
- PEREIRA, João Antenor. Percepção do uso do solo e desenvolvimento rural: um estudo de etnopedologia no Planalto Sul de Santa Catarina. *Dissertação de mestrado*. CAV/UEDESC. Lages/SC. 2004.
- PEREIRA, L. B; SIMIONI, F. J; CARIO, S. A. F. Evolução da produção de maçã em Santa Catarina: novas estratégias em busca da competitividade. In: XLIV CONGRESSO DA SOBER: “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”. Fortaleza, 23 a 27 de Julho de 2006.
- POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- \_\_\_\_\_, Karl. (1957). The Economy as an Instituted Process. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad & PEARSON, Harry W. (orgs.). *Trade and market in the early empires: economies in history and theory*. Nova York/Londres, The Free Press/Collier-Macmillan.
- RADOMSKY, G. F. W. Práticas de certificação participativa na agricultura ecológica: rede, selos e processos de inovação. *Revista IDeAS - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 133-164, jan./jun. 2009.

RAYNOLDS, Laura T.; WILKINSON, John. Fair Trade in the agriculture and food sector. In: RAYNOLDS, L. T.; MURRAY, D. L.; WILKINSON, J (eds.). *Fair Trade: the challenges of transforming globalization*. New York: Routledge. 2007, p. 33-48.

RIBEIRO, Luciane Meire. Incentivos para certificação da qualidade no sistema de Produção Integrada de Frutas (PIF): um estudo de casos na cadeia produtiva da maçã. *Dissertação de mestrado*. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da UFSCar.

RUPP, L. C. D. Percepção dos agricultores orgânicos em relação à *Anastrepha fraterculus* (Wied.) (Diptera: Tephritidae) e efeito de preparados homeopáticos no controle da espécie em pomares de pessegueiro. *Dissertação (mestrado)*. CAV/UEDESC. Lages, 2005. 89 p.

SAHLINS, M. Cosmologias do Capitalismo: O Setor Trans-Pacífico do 'Sistema Mundial'. In: *Religião e Sociedade*, v. 12, nº 1-2, 1992, p. 8-25.

SANHUEZA, R. M. V. História da Produção Integrada de Frutas no Brasil. <http://www.cnpqv.embrapa.br/publica/artigos/historia.html> - Acesso em 09/04/2009

SANTOS, L. C. A certificação participativa de produtos ecológicos desenvolvida pela Rede Ecovida de Agroecologia no Sul do Brasil: limites e desafios. In: LOVATO, P. E; SCHMIDT, W (orgs). *Agroecologia e sustentabilidade no meio rural: experiências e reflexões de agentes de desenvolvimento local*. Chapecó: Argos, 2006a. 151p.

SANTOS, H. L. dos. Construção Social de Mercado Orgânico: O caso da Cooperativa Ecoserra na Serra Catarinense. *Dissertação de mestrado*. Agroecossistemas UFSC. Florianópolis, 2006b.

SAUTU, R; BONIOLO, P; DALLE, P; ELBERT, R. Manual de metodología: Construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología. 1ªed. 1ªreimp. – Buenos Aires: *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO*, 2005.

SCHMIDT, W. O setor macieiro em Santa Catarina – formação e consolidação de um complexo agroindustrial. (Dissertação de mestrado). UFRRJ. Itaguaí/RJ. 1990.

\_\_\_\_\_. Agricultura orgânica: entre a ética e o mercado? *Agroecol. e Desenv.Rur.Sustent.*, Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar.2001, p. 62-73.

SCHMITT, C. J. Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul. *Tese de doutorado* (Sociologia – PPGS/UFRGS), 2003, 345p.

SIMIONI, F. J; PEREIRA, L. B. Cadeia agroindustrial da maçã: uma análise da estrutura de governança sob a ótica da economia dos custos de transação. S/D. Disponível em [www.sober.org.br/palestra/12/04023.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/12/04023.pdf).

SMELSER, Neil and SWEDBERG, Richard. The sociological perspective on the economy. In: *The Handbook of Economic Sociology*. New Jersey: Princeton University Press. 1994. 835p.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar. 2ª edição, 1986.

STEINER, Philippe. A doação de órgãos: a lei, o mercado e as famílias. *Tempo Soc.* vol.16 no.2 São Paulo Nov. 2004

\_\_\_\_\_, Philippe. Le marché selon la sociologie économique. *Revue européenne des sciences sociales*, Tome XLIII, N° 132, Paris-Genève, Droz.2005.

\_\_\_\_\_, Philippe. *Les Marchés Agroalimentaires sont-ils des “marchés speciaux”?* mimeo, 2006a

\_\_\_\_\_, Philippe. *A sociologia econômica*. São Paulo: Atlas, 2006b.

SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. 1ª ed. São Paulo: Hucitec. 2000.

SWEDBERG, Richard. Market as social structure. In: *The Handbook of Economic Sociology*. New Jersey: Princeton University Press. 1994. p. 255 – 282.

\_\_\_\_\_, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 16, n. 2. novembro 2004.

THEODORO, Suzi Huff; DUARTE, Laura Goulart; VIANA, João Nildo (orgs). *Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

WILKINSON, J. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: *inputs* para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 23, n. 2, 805-824, 2002.

\_\_\_\_\_, J. A renegociação do espaço rural por atores tradicionais, movimentos sociais e ONGs no contexto das reformas de Estado. *Reformas del Estado, Movimientos Sociales y Mundo Rural en el Siglo XXI em América Latina*, 22-24 de novembro de 2006. *Cátedra Interinstitucional Arturo Warman, Colégio de México*.

\_\_\_\_\_, J. Fair trade: dynamic and dilemmas of a market oriented global social movement. *Journal of Consumer Policy*. Special Issue. Vol. 30, Number 3, September, 2007.

\_\_\_\_\_, J. Introdução: Agricultura familiar e mercados velhos e novos. In: *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

ZELIZER, V. The Social Meaning of Money: "Special Monies". *American Journal of Sociology*, Vol. 95, No. 2 (Sep., 1989), pp. 342-377

\_\_\_\_\_, V. Repenser le marché: La construction sociale du ‘marché aux bébés’ aux États-Unis, 1870-1930. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 94, set, 1992, p. 3-26.

\_\_\_\_\_, V. Circuits within capitalism. In V. Nee, & R. Swedberg (Eds.). *The Economic Sociology of Capitalism*. 2005. (pp. 289–321). Princeton: Princeton University Press. 2005.

\_\_\_\_\_, V. Circuits in economic life. *economic sociology\_the european electronic newsletter*. Volume 8, Number 1, November 2006. p. 30-35.

\_\_\_\_\_, V. Pasts and Futures of Economic Sociology. *American Behavioral Scientist*. Volume 50, Number 8, April 2007, p. 1056-1069.

## Jornais

Jornal Carucaca, São Joaquim, setembro/outubro de 2003.

Jornal Mural, São Joaquim, Janeiro de 1999, Caderno Especial Credineve.

**Sites visitados**

[cepa.epagri.sc.gov.br:8080/cepa/Informativos\\_agropecuarios/Maca/Maca.pdf](http://cepa.epagri.sc.gov.br:8080/cepa/Informativos_agropecuarios/Maca/Maca.pdf) - Acesso em 09/04/2009

[www.sanjo.com.br](http://www.sanjo.com.br) - Acesso em 10/05/08

[www.amap-sc.com.br/](http://www.amap-sc.com.br/) - Acesso em 25/09/2008.

[www.encontroagroecologia.org.br](http://www.encontroagroecologia.org.br) – Acesso em 26/09/2008

[www.ibd.com.br](http://www.ibd.com.br) - Acesso em 18/11/08

[www.ecocert.com.br](http://www.ecocert.com.br) – Acesso em 18/11/08

[www.saude.sc.gov.br/geral/sdr/](http://www.saude.sc.gov.br/geral/sdr/) - Acesso em 23/04/2009.